



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

ORÇAMENTOS DA UNIÃO
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2004

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

MENSAGEM PRESIDENCIAL

Brasília, DF
2003

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal - SOF
SEPN 516, Bloco "D" Lote 08
70770-524 - Brasília, DF
Telefone: 0(XX)61 348-2000

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Secretaria de Orçamento Federal.
Orçamentos da União exercício financeiro 2004 :
projeto de lei orçamentária. - Brasília: MP, SOF, 2003.
6v. em 8.

Conteúdo: Mensagem presidencial - v. 1 Texto do projeto de lei orçamentária, quadros orçamentários consolidados, detalhamento da receita, legislação da receita e da despesa - v. 2 Consolidação dos programas de governo - v. 3 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Legislativo, órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público da União - v. 4 t. 1-2 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Presidência da República e ministérios (exceto MEC), outros encargos - v. 5 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Ministério da Educação - v. 6 Orçamento de investimento: quadros orçamentários consolidados, detalhamento da programação, detalhamento das ações.

1. Orçamento Federal. 2. Proposta Orçamentária.
3. Projeto de Lei 2004. I. Título.

CDU: 336.121.3(81)'2004'
CDD: 351.72205

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Dec. n. 1.825,
de 20 de dezembro de 1907.

Mensagem nº

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Encaminho à apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei que "Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2004", em cumprimento ao disposto no art. 165, § 5º, da Constituição, e no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O Projeto compreende os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto e foi elaborado de acordo com a Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, que estabelece as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2004 (LDO - 2004).

Brasília, de agosto de 2003.



I. CENÁRIO MACROECONÔMICO	3
INTRODUÇÃO	3
ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÔMICA DO PAÍS	3
CENÁRIO MACROECONÔMICO E PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2004	6
II. RESUMO DAS POLÍTICAS ECONÔMICA E SOCIAL DO GOVERNO	8
POLÍTICA MONETÁRIA, METAS DE INFLAÇÃO, MERCADOS MONETÁRIO E DE CRÉDITO	9
POLÍTICA FISCAL, TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS E DÍVIDA PÚBLICA	12
III. POLÍTICAS SETORIAIS DE DESENVOLVIMENTO	15
POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR	16
POLÍTICA AGROPECUÁRIA	17
POLÍTICA INDUSTRIAL	18
POLÍTICA DE INFRA-ESTRUTURA	19
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	20
IV. POLÍTICAS SOCIAIS	21
O PROGRAMA FOME ZERO E A POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR	22
IGUALDADE RACIAL	24
EMPREGO E RENDA	25
SAÚDE	26
PREVIDÊNCIA SOCIAL	29
ASSISTÊNCIA SOCIAL	30
UNIFICAÇÃO DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	31
EDUCAÇÃO	33
DESENVOLVIMENTO URBANO	35
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	39
CULTURA	40
V. RECEITA	41
RECEITAS DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	41
Receitas Administradas pela Secretaria da Receita Federal - SRF	43
Outras Receitas Não-Financeiras	44
Receitas Financeiras	47
RECEITAS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	48
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	48
VI. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49
VII. SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS	51
REGIME DE PREVIDÊNCIA DO SETOR PRIVADO	52
REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	54
VIII. DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	56
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL	56
DÍVIDAS DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO	57
IX. AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO	59
(INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS)	59
APLICAÇÕES E EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	59
INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO	60

ANEXOS

ANEXO DA AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO	62
METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL E OS PARÂMETROS UTILIZADOS	64
Receitas, exceto Previdência Social	65
Transferências Constitucionais por Repartição de Receita	66
Despesas, exceto Benefícios Previdenciários	67
Resultado do Regime Geral da Previdência Social	68
Resultado Nominal do Governo Central	69
METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS EMPRESAS ESTATAIS	69
DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES	73

I. CENÁRIO MACROECONÔMICO



Introdução

Este texto apresenta uma análise da conjuntura econômica do País e da política econômica do Governo. Na análise da conjuntura econômica é indicado o cenário macroeconômico para 2004 e seus impactos sobre a proposta orçamentária, de acordo com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Na análise da política econômica, são atualizados os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial para 2004, conforme estabelece a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. O presente texto contém, ainda, um resumo das políticas econômica e social do Governo, em atendimento ao disposto na LDO para 2004.

Análise da Conjuntura Econômica do País

O desempenho da economia, no primeiro semestre de 2003, foi condicionado pelos choques adversos ocorridos no ano passado e pelo ajuste macroeconômico que se tornou necessário para combatê-los. A gravidade da conjuntura pela qual atravessou o País, no segundo semestre de 2002, impôs a necessidade de adotar-se medidas severas para sua reversão, condição essencial para implementar, em um segundo momento, políticas que induzissem uma trajetória de crescimento sustentável da economia, com geração de empregos, distribuição de renda e promoção de justiça social.

A crise vivida no segundo semestre de 2002 foi, em muitos aspectos, a mais grave de nossa história recente. Houve uma drástica redução de recursos externos, com a perda de quase US\$ 30 bilhões de financiamento do exterior em poucos meses. Naquele semestre, em relação ao mesmo período de 2001, o investimento direto estrangeiro caiu 45%, o crédito comercial caiu 85% e a taxa de rolagem das linhas de médio e longo prazo do setor privado caiu de 91% para 35%. Verificou-se, também, crescente dificuldade de rolagem da dívida pública interna, refletindo-se no encurtamento do prazo médio dos títulos e na elevação das taxas demandadas nos leilões. Nesse contexto, o real depreciou-se 46% frente ao dólar americano entre setembro de 2001 e setembro de 2002.

Em consequência, a inflação teve forte impulso, com iminente ameaça de descontrole, e a relação entre a dívida líquida do setor público e o Produto Interno Bruto – PIB chegou a 62,3%, em setembro de 2002. Em novembro de 2002, a variação dos índices de preços atingiu 6,7% ao produtor (Índice de Preços por Atacado ao Mercado – IPA-M) e 3,0% ao

consumidor (Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), correspondendo a taxas anualizadas de 118% e 43%, respectivamente. Finalmente, o efeito das turbulências do ano sobre a atividade econômica deu-se com a queda de 2,0% no volume de vendas no varejo entre os últimos trimestres de 2002 e 2001.

Diante daquele quadro, o objetivo primordial do novo Governo foi restaurar a credibilidade na política econômica e, sobretudo, no rumo da economia nacional, de modo a garantir a recuperação das linhas de financiamento interno e externo, essenciais à retomada da atividade econômica.

No âmbito das contas públicas, uma das primeiras medidas para conquistar a estabilidade fiscal foi rever o orçamento fiscal de 2003, com base em estimativas mais realistas dos fluxos de receitas e gastos públicos, ampliando a meta de superávit fiscal para 4,25% do PIB. O ajuste fiscal enfatizou a maior eficiência nos gastos, ao contrário de ocasiões anteriores em que a tônica foi buscar maior receita via aumento de impostos. Ademais, visando um ajuste definitivo e duradouro das contas públicas, o Governo encaminhou ao Congresso Nacional as propostas das Reformas Previdenciária e Tributária.

As medidas adotadas foram fundamentais para a contenção das expectativas inflacionárias e, assim, para a queda dos custos de rolagem da dívida pública e alongamento de seu prazo de maturação. Em números, no que diz respeito à dívida pública mobiliária federal interna, cabe destacar, no primeiro semestre de 2003, o declínio dos deságios e alongamento dos prazos de emissão das Letras Financeiras do Tesouro - LFT, bem como a volta das emissões de títulos pré-fixados (Letras do Tesouro Nacional - LTN), também com alongamento dos prazos de emissão e redução das taxas médias aceitas nos leilões.

De modo simultâneo e sincronizado, o Banco Central enfrentou com realismo a ameaça do descontrole inflacionário. Em Carta Aberta enviada ao Ministro da Fazenda, em 21 de janeiro de 2003, o Banco Central propôs elevação da meta de inflação de 4% em 2003 para 8,5%, outorgando maior flexibilidade à determinação da taxa de juros pelo Comitê de Política Monetária, COPOM. Nesse contexto, a taxa SELIC foi elevada em 0,5 ponto percentual em janeiro e em 1 ponto percentual em fevereiro, mantendo-se em 26,5% a.a. até meados de junho. E na reunião do COPOM de março foi retirado o viés de alta da SELIC, que permitiria ao presidente do Banco Central do Brasil elevar a taxa de juros no interstício entre as reuniões mensais sem a necessidade de convocar reunião extraordinária.

A persistência da inflação em patamar elevado nos primeiros meses de 2003 - devido aos efeitos defasados da forte depreciação cambial em 2002, dos choques de oferta de alguns produtos agrícolas e da crise de confiança dos agentes econômicos - combinada à implementação de uma política monetária austera, levou à desaceleração do produto industrial. No primeiro semestre de 2003, o produto industrial cresceu 0,1% em relação a igual



período de 2002. Apesar da produção ter crescido 2,5% no primeiro trimestre de 2003 em relação a igual período do ano anterior, ela caiu 2,1% no segundo trimestre, no mesmo tipo de comparação.

Como resultado da queda no nível de atividade, a taxa de desemprego, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, aumentou de 11,6% em maio de 2002 para 13% em julho de 2003. Esse aumento refletiu, também, a expansão da população economicamente ativa e a maior procura de trabalho por parte das pessoas que já haviam desistido de procurar emprego, uma vez que, apesar das restrições enfrentadas neste período, houve geração de 867 mil novos postos de trabalho.

Os efeitos da queda da produção industrial no PIB têm sido amenizados pelos bons resultados do setor agrícola, que apresentou uma expansão da produção de grãos da ordem de 24% na safra 2003/2002. O desempenho do setor agropecuário tem atuado positivamente sobre as atividades das indústrias de bens intermediários e atenuado a queda da produção de bens de capital. Os índices apurados pelo IBGE mostram que, no acumulado do primeiro semestre de 2003, a produção de bens intermediários apresentou crescimento de 1,4%. A produção de bens de capital caiu 2,1%, enquanto os setores de bens de consumo duráveis e não-duráveis tiveram queda de 4,5% e 3,4%, respectivamente.

Do ponto de vista das exportações, o nível da taxa de câmbio efetiva favoreceu seu crescimento, verificando-se um aumento de 26,6% na comparação entre os primeiros semestres de 2003 e de 2002. Além do aumento global das vendas, constatou-se uma expansão de 22% na quantidade exportada de manufaturados entre o acumulado do ano até julho de 2003 e o mesmo período de 2002, o que tem colaborado para as taxas positivas na produção de bens intermediários. Ademais, a melhoria dos termos de troca, a conquista de novos mercados e a ampliação das exportações brasileiras para mercados tradicionais, apesar de um quadro de baixo dinamismo do comércio mundial, demonstram a competitividade da indústria nacional.

No âmbito interno, a consistência da política monetária, a queda dos preços dos combustíveis, o crescimento da safra agrícola - permitindo a estabilidade de preços dos produtos alimentícios - e a apreciação cambial, criaram as condições adequadas à flexibilização da política monetária. Quando foi confirmada a trajetória cadente de preços, os quais, inclusive, apresentaram deflação no mês de junho, foi possível ao Banco Central iniciar a redução paulatina da taxa de juros em 0,5 ponto percentual, no mês de junho, e em 1,5 ponto percentual, em julho.

A firmeza na condução da política econômica resultou em melhoria significativa do quadro adverso do início do ano. A maior confiança na trajetória econômica do País revelou-se na expressiva queda de 61% na sua taxa de risco, medida pela diferença entre as taxas de

retorno do C-Bond do Governo Brasileiro e do Título do Tesouro Norte-Americano de prazo equivalente, que passou de 2.053 pontos-base em outubro de 2002 para 799 pontos-base em julho de 2003. Além disso, ocorreu também um aumento da participação de títulos pré-fixados na dívida pública, que passou de 1,9%, em janeiro de 2003, para 6,3%, em julho de 2003.

O maior ingresso de recursos externos, devido à crescente captação privada e aos saldos positivos da balança comercial, reverteu a depreciação cambial do segundo semestre de 2002, propiciando a recuperação do valor do Real no começo do ano e sua posterior estabilidade, com impactos favoráveis para a queda da inflação e para a redução do percentual da dívida corrigida pelo câmbio.

Por outro lado, o reconhecimento das excepcionais pressões inflacionárias originadas em 2002, que ainda repercutiam no segundo trimestre de 2003, e o compromisso do Governo com a desinflação, sem impor sacrifícios adicionais para o crescimento econômico, levaram à redefinição, pelo Conselho Monetário Nacional, da meta de inflação para 5,5% e 4,5% em 2004 e 2005, respectivamente, ambas com intervalo de tolerância de 2,5% de modo a acomodar a eventualidade de choques inesperados.

Dessa forma, o Governo está consolidando o necessário equilíbrio macroeconômico, com o controle da inflação, queda dos custos de rolagem, alongamento do prazo de maturação e melhoria da composição da dívida pública. Esta consolidação em curso e o equilíbrio orçamentário são suficientes para permitir uma redução sustentável das taxa de juros e recuperação gradual do crescimento econômico.

Cenário Macroeconômico e Proposta Orçamentária para 2004

O cenário macroeconômico para 2004 é de retomada do crescimento e manutenção da estabilidade econômica. Estima-se que o crescimento anual do PIB se situe no patamar de 3,5% e seja liderado pela expansão das exportações e do investimento.

A significativa redução das taxas de inflação observada em 2003 e a manutenção da estabilidade monetária e fiscal pela política macroeconômica do Governo permitem estimar, para 2004, a convergência da taxa de inflação para a meta acordada no Conselho Monetário Nacional, isto é, 5,5% segundo o IPCA. Além disso, em linha com a redução e estabilização das taxas de inflação, estima-se que a taxa de câmbio nominal média seja de aproximadamente 3,4 reais por dólar americano em 2004.

Mantidos a atual trajetória de redução da inflação, o equilíbrio das contas públicas e a estabilização do endividamento do Governo, estima-se que a taxa média de juros básica da economia possa ser reduzida para 15,2% em 2004.

Tabela 1: Projeção de Variáveis Macroeconômicas para 2004

Variável	Projeção para 2004
Crescimento do PIB - taxa % de crescimento anual	3,5
IPCA - % de variação acumulada no ano	5,5
Taxa de câmbio Real/Dólar Americano - média anual	3,4
Taxa SELIC anual - taxa % média	15,2

Com base nos parâmetros apresentados na Tabela 1 e seus efeitos sobre a economia e as finanças do Governo, calcula-se que o PIB nominal e a receita total do Governo Central se situem em, aproximadamente R\$ 1.731 e R\$ 402 bilhões, em 2004, respectivamente. Em termos relativos, estima-se que a receita total do Governo Central representará 23,2% do PIB em 2004, sendo 15,8% provenientes da receita administrada pela Receita Federal, 5,4% da arrecadação líquida do INSS e 2,0% de receitas não-administradas pela Receita Federal.

A partir da estimativa de transferências a Estados e Municípios e dada a meta de resultado primário, projeta-se que a despesa primária total do Governo Central seja de aproximadamente R\$ 300 bilhões em 2004. Em termos relativos, estima-se que a despesa primária do Governo Central representará a 17,3% do PIB, sendo 4,9% em despesas com pessoal e encargos sociais, 7,1% em benefícios previdenciários e os restantes 5,3% em outras despesas correntes e de capital. A Tabela 2 apresenta as projeções de receitas e despesas primárias do Governo Central, em milhões de reais e % do PIB, para 2004.

Tabela 2: Projeção do Resultado Primário do Governo Central para
2004

Variável	2004	
	R\$ Milhões	% do PIB
I-Receita Total	402.164	23,23
I1 -Receita Administrada	274.429	15,85
I2 -Arrecadação Líquida do INSS	92.575	5,35
I3 -Receitas Não-Administradas	35.433	2,05
I4 -Incentivos Fiscais	-273	-0,02
II-Transferências a Estados e Municípios	60.182	3,48
III-Receita Líquida (I- II)	341.982	19,76
IV -Despesa Primária Total	299.559	17,31
IV 1 -Pessoal Encargos Sociais	83.871	4,85
IV 2 -Benefícios da Previdência	124.038	7,17
IV 3 -Outras Desp. Correntes e de Capital	91.650	5,29
V -Resultado Primário (III- IV)	42.423	2,45
PIB	1.730.979,5	100

II. RESUMO DAS POLÍTICAS ECONÔMICA E SOCIAL DO GOVERNO

Em janeiro de 2003, os índices gerais de preços registravam uma inflação elevada, evidenciando que o impacto do choque cambial de 2002 não havia se esgotado. O real estava depreciado frente ao dólar americano, os fluxos de financiamento externo ao País estavam praticamente interrompidos, a relação dívida líquida pública/PIB apontava trajetória explosiva e o risco-Brasil estava em 1.364 pontos-base. Tal quadro de instabilidade das variáveis macroeconômicas impunha uma redefinição radical das políticas monetária e fiscal de forma a restaurar a confiança no País e a credibilidade de suas instituições, pré-qualificando a economia brasileira ao crescimento sustentável no futuro próximo.

Política Monetária, Metas de Inflação, Mercados Monetário e de Crédito



Em janeiro, com a variação acumulada em 12 meses do IPCA atingindo 14,5% e projetando uma taxa de inflação anualizada de 30,6% para 2003, a primeira providência do Banco Central do Brasil foi rever a meta inflacionária anual de 4%, fixada pelo Governo anterior. Em Carta Aberta ao Ministro de Estado da Fazenda aumentou a meta para 8,5% com a finalidade de outorgar mais flexibilidade à administração da SELIC, minimizando os efeitos altamente adversos sobre os níveis de atividade e emprego que o perseguimento de meta de inflação mais baixa inevitavelmente imporá.

Em consequência, as duas primeiras reuniões do COPOM do atual Governo elevaram para 25,5% e 26,5%, a SELIC, em janeiro e fevereiro de 2003, respectivamente. Reforçando a política de juros no combate à inflação, em sua reunião de fevereiro de 2003, o COPOM elevou para 60% os compulsórios sobre os depósitos à vista dos bancos. Tal política monetária restritiva objetivava tanto reforçar o combate à inércia inflacionária quanto diminuir a liquidez das instituições financeiras para operações no mercado cambial.

Esse conjunto de medidas fez-se sentir na economia por meio: da elevação do componente cíclico de spread bancário para pessoas físicas e jurídicas, já que a SELIC, o compulsório e o nível de produção industrial apresentam elevada correlação com a variação dos spreads; do arrefecimento progressivo da inflação medida pelos principais índices de preços; da apreciação e diminuição da volatilidade do real em relação ao dólar americano; e da queda acentuada do risco-Brasil.

Cabe ressaltar ainda em relação aos elevados spreads praticados no Brasil, cujo componente tendencial está relacionado à dificuldade de execução de garantias por parte dos credores, que está sendo discutido no Congresso Nacional projeto de uma nova Lei de Falências. Esta tem por objetivo elevar a previsibilidade, equidade e transparência do processo falimentar, de modo a reduzir o spread bancário nas operações de crédito e evitar a destruição de empregos e ativos de empresas em dificuldades financeiras, como atualmente ocorre.

Em maio, as taxas de juros futuros já apresentavam redução significativa, principalmente para prazos superiores a seis meses, acentuando-se, em consequência, a inclinação negativa da curva de juros. Esse movimento retratava a queda do risco-País, a apreciação cambial, a desaceleração dos índices de preços, a projeção de queda acentuada da inflação no segundo semestre e expectativas do mercado de queda da taxa de juros básica da economia. Tais expectativas baixistas foram confirmadas pelas decisões das reuniões ordinárias do COPOM de junho e julho, que reduziram a taxa SELIC para 26% e 24,5%, respectivamente. E na decisão do Banco Central do Brasil de reduzir os compulsórios sobre depósitos à vista

para 45%, na primeira semana de agosto.

O Conselho Monetário Nacional aprovou uma série de medidas visando ampliar e democratizar o acesso ao crédito e a outros serviços financeiros para os trabalhadores, micro e pequenas empresas e população de baixa renda. O microcrédito viabiliza o autoemprego, novos postos de trabalho e, ao potencializar o poder aquisitivo das famílias e o consumo popular, reveste-se de enorme importância no projeto de inclusão social e distribuição de renda.

Em junho deste ano, o Governo anunciou um conjunto de medidas que se destinam a ampliar o crédito e o acesso a outros produtos financeiros para a população de baixa renda, que se constituem em um dos instrumentos cruciais para o desenvolvimento e para a inclusão social. As medidas que disponibilizam linhas de financiamento para empréstimos de valores pequenos, a taxas de juros reduzidas, ampliando o universo de atuação das cooperativas de crédito e simplificando a abertura de contas bancárias, estão detalhadas a seguir:

- Cooperativas de Crédito de Livre Admissão: por meio da Resolução nº 3.106, de 25 de junho de 2003, do Conselho Monetário Nacional, passa a ser permitida a criação de cooperativas de livre admissão de associados, acoplada à instituição de regras prudenciais bem definidas, que fortalecem o papel das cooperativas centrais. Altera-se, portanto, o modelo anterior, em que as cooperativas só podiam atender a segmentos específicos da população (produtores rurais, comerciantes de determinado ramo, por exemplo). Agora, toda a sociedade local pode ser atendida.

- Contas Especiais Simplificadas de Depósito à Vista: por meio da Resolução nº 3.104, de 25 de junho de 2003, do Conselho Monetário Nacional, os bancos estão autorizados a abrir, sem burocracia, contas especiais simplificadas para a população de baixa renda que não possua outra conta de depósito à vista, a serem movimentadas apenas por meio de cartão magnético. O objetivo é ampliar o acesso da população ao sistema financeiro, propiciando a melhoria das condições de obtenção do crédito, de realização de poupança e de aquisição de produtos financeiros, além de maior comodidade para pagamento de contas e para liberação de recursos a pessoas beneficiadas por programas governamentais de interesse social. Os bancos federais já estão operando esse tipo de conta.

- Microempréstimo Simplificado: através da Medida Provisória nº 122, o Governo estabeleceu o direcionamento de parcela dos depósitos à vista (2%) captados pelas instituições financeiras para operações de microempréstimo. As estimativas são de que essas operações beneficiarão milhões de pessoas, entre pessoas físicas detentoras de depósitos à vista e aplicações financeiras de pequeno valor, microempreendedores e pessoas físicas de baixa renda, que tomarão empréstimos de pequeno valor, a taxas de juros reduzidas, sendo os bancos autorizados apenas a cobrar uma tarifa de abertura de crédito.

- Ampliação dos Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT para Capital de Giro para Micro e Pequenas Empresas e para a compra de material de construção: com recursos novos

da ordem de R\$ 1,1 bilhão, dos quais R\$ 800 milhões destinado a realização de operações no Banco do Brasil e R\$ 300 milhões à Caixa Econômica Federal - CEF.

No que se refere à democratização do crédito, o Banco do Brasil e a CEF estão trabalhando na promoção da redução das taxas de juros e ampliação do volume de crédito e dos serviços financeiros, com vistas à ampliação do acesso da população de baixa renda ao sistema financeiro. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES também está envolvido no esforço de democratização do crédito por meio da ampliação dos recursos disponíveis para as operações de microcrédito.

Para micro, pequenas e médias empresas o BNDES liberou R\$ 3 bilhões, o que representa um aumento de 14% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esses recursos permitirão a manutenção e a criação de 681 mil empregos efetivos (diretos, indiretos e efeito-renda). O Banco do Brasil teve R\$ 1,1 bilhão aplicado para capital de giro e para investimento de pequenas e micro empresas, atendendo a 73 mil novas empresas e gerando 110 mil empregos.

Condizente com a conjuntura e com a política monetária do primeiro semestre de 2003, as operações de crédito retraíram-se em relação ao primeiro semestre do ano passado. O volume das operações de crédito do sistema financeiro, com recursos livres e direcionados, totalizou R\$ 381 bilhões em junho de 2003, registrando aumento nominal de apenas 8,4% em relação a junho de 2002. Em termos do PIB, o total de operações de crédito passou de 26,9% em junho de 2002 para 24,7% em junho de 2003.

O total de operações de crédito para o setor privado atingiu R\$ 368 bilhões em junho de 2003, assinalando uma elevação de 7,7% em relação a junho de 2002. O total de operações de crédito para a indústria alcançou R\$ 112 bilhões em junho de 2003, isto é, um crescimento nominal de apenas 6% em relação aos R\$ 106 bilhões registrados em junho de 2002.

As operações de crédito para o setor público alcançaram R\$ 13 bilhões em junho de 2003, registrando variação nominal de 31% em relação a junho de 2002. Tal resultado decorreu do comportamento da dívida bancária de Estados e Municípios, que variou 51% no período, atingindo R\$ 9 bilhões em junho de 2003.

A parcela das operações de crédito pactuadas com recursos direcionados, que inclui as operações com taxas de juros estabelecidas em programas ou repasses governamentais, atingiu R\$ 145 bilhões em junho de 2003, influenciada pelas operações conduzidas pelo Sistema BNDES, que totalizaram R\$ 82 bilhões. Em relação ao mesmo período de 2002, o total de operações direcionadas para o setor público aumentou 19% em termos nominais, sendo que as operações do BNDES aumentaram 17%.

Esta evolução do crédito refletiu-se no comportamento dos agregados monetários. Com relação aos meios de pagamento (M1), o saldo em fim de período passou de R\$ 83 bilhões em julho de 2002 para R\$ 84 bilhões em julho 2003, influenciado, basicamente pela retração das operações de crédito, que se traduziu em uma queda de 3,6% dos depósitos à vista no período.

Devido ao baixo crescimento nominal dos meios de pagamento, a velocidade renda de circulação da moeda (M1) diminuiu no primeiro semestre de 2003 em relação a igual período de 2002, refletindo o baixo nível de crescimento, a redução das operações de crédito e a queda da inflação.

Política Fiscal, Títulos Públicos Federais e Dívida Pública

No campo fiscal, mediante o Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, e o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004 enviado ao Congresso Nacional em abril, o Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva redefiniu o ajuste fiscal para o corrente ano e estabeleceu, como meta de resultado primário do setor público para 2004-2006, valores equivalentes a 4,25% do PIB. O aumento da meta de resultado primário tem como principal objetivo reduzir a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB e alongar seu perfil de vencimento de forma consistente com o crescimento sustentado da economia ao longo do tempo.

Diferentemente do acontecido em anos anteriores, o novo Governo tem procurado atingir as metas de resultado primário com cortes e racionalização de gastos (Programa de Otimização e Redução de Custos) e não com elevação das receitas. Conforme estabelecido pelo Decreto nº 4.591, de 2003, a meta de receita total do Governo Central para 2003 equivale a 22,6% do PIB, ante 24,5% realizado em 2002. No lado do gasto, a meta de despesa total para 2003 equivale a 20,18% do PIB, ante 22,08% realizado em 2002.

Cabe destacar que o ajuste fiscal será reforçado pela Reforma Previdenciária, já aprovada em segundo turno pelo Congresso Nacional e pela Reforma Tributária.

A proposta de Reforma da Previdência foi enviada ao Legislativo em 30 de abril. Já aprovada na Câmara dos Deputados, a tramitação prossegue no Senado. Sua aprovação permitirá maior equidade nas transferências orçamentárias dos regimes previdenciários, bem como o fortalecimento do serviço público, ao induzir a permanência dos servidores até idades compatíveis com a aposentadoria, dentro dos padrões internacionais.



Dentre outros propósitos, a Reforma Previdenciária contribuirá não só para a redução de despesas, sobretudo com o Regime Previdenciário do Serviço Público, mas também para a ampliação das receitas por meio da inclusão de segmentos da população economicamente ativa hoje não-contribuinte. Isso permitirá uma margem maior para os gastos sociais e investimentos governamentais voltados a assegurar a retomada da trajetória de crescimento econômico.

Dada a magnitude da carga tributária brasileira, a proposta de Reforma Tributária, também encaminhada ao Congresso Nacional no primeiro semestre deste ano, tem como objetivo a racionalização e o aumento da eficiência do sistema tributário brasileiro sem, contudo, elevar a arrecadação do Governo, além do patamar atualmente vigente em termos do PIB. As medidas propostas na Reforma Tributária visam aprimorar o princípio de progressividade e justiça social na estrutura tributária brasileira, diminuir os incentivos à informalidade no mercado de trabalho, desonerar a produção, aumentar a competitividade de produtos nacionais no mercado externo e substituir a guerra fiscal entre Estados por políticas integradas de desenvolvimento.

No primeiro semestre deste ano, a meta de resultado primário do Governo Federal (Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e das Empresas Estatais Federais) foi atingida, cumprindo-se o critério de desempenho estabelecido no âmbito do acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Em números, no primeiro semestre de 2003, o superávit primário do setor público atingiu R\$ 40 bilhões o que corresponde a 5,41% do PIB, quando comparado a R\$ 34,5 bilhões constantes do acordo com o Fundo Monetário Internacional para o período e a R\$ 28,9 bilhões (4,66% do PIB) no primeiro semestre de 2002. Para esse resultado, o Governo Central (Governo Federal, INSS e Banco Central) contribuiu com R\$ 29,4 bilhões (3,97% do PIB), os governos estaduais e municipais com R\$ 9 bilhões (1,22% do PIB) e as empresas estatais com R\$ 1,6 bilhão (0,22% do PIB).

Devido à política de taxa de juros, necessária ao combate a inflação, o montante de juros nominais pagos pelo setor público atingiu R\$ 74,3 bilhões (10,03% do PIB) no primeiro semestre de 2003. Em consequência, o resultado nominal do setor público foi negativo em R\$ 34,3 bilhões (4,63% do PIB) no primeiro semestre de 2003, comparativamente a R\$ 17,4 bilhões (2,8% do PIB) em igual período de 2002.

Não obstante o alto pagamento de juros no primeiro semestre de 2003, a apreciação do real e a política fiscal do novo Governo conseguiram interromper a trajetória de elevação da relação dívida líquida do setor público/PIB. Em junho de 2003 a dívida líquida do setor público alcançou 55,4% do PIB, contra 56,5% do PIB em dezembro e 63,2% em setembro de

2002. A redução semestral de 1,1% do PIB foi obtida, em grande parte, pelo aumento do superávit primário e pela variação cambial observados no período, conforme apresentado na Tabela 3¹.

Tabela 3: Variação da relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB observada entre dezembro de 2002 e junho de 2003

Variável	Variação % do PIB acumulado em 12 meses
Variação da relação dívida líquida/PIB	-1,1
Resultado Primário	-2,6
Juros nominais	4,8
Variação cambial	-4,3
Outros ajustes	0,4
Reconhecimento de dívidas	0,1
Variação do PIB	0,5

Fonte: Banco Central do Brasil

A progressiva melhora nas expectativas dos agentes financeiros tem possibilitado que as operações com títulos públicos federais sejam conduzidas de modo a possibilitar maior distensão do prazo dos títulos emitidos, redução do custo de rolagem da dívida pública, maior participação dos títulos pré-fixados e queda dos títulos indexados.

A parcela de dívida pública mobiliária federal interna indexada ao dólar caiu de R\$ 134,9 bilhões, em janeiro, para R\$ 95,4 bilhões, em julho, reflexos de resgates líquidos no mercado primário e da apreciação do real. Em termos relativos, a parcela da dívida pública mobiliária federal interna indexada ao câmbio caiu de 21,2% em janeiro para 14,4% em junho. A exposição em dólar (ou proteção em Depósito Interfinanceiro - DI) do Banco Central em operações de swap cambial atingiu R\$ 104,2 bilhões em julho, comparativamente a R\$ 96,7 bilhões.

O cronograma de amortização da dívida mobiliária no mercado, exceto dívida securitizada, operações de financiamento e títulos antecipados, representava, em julho, a seguinte configuração: R\$ 119,2 bilhões, 17,7% do total, vencendo em 2003, R\$ 186,7 bilhões, 27,7% do total, vencendo em 2004, e R\$ 369,1 bilhões, 54,7% do total, vencendo a partir de 2005.

Cabe ainda registrar a emissão de bônus globais pelo Tesouro Nacional, marcando o

1 Na Tabela 3, resultado primário negativo significa um superávit primário de 2,6%.

retorno do Governo brasileiro ao mercado internacional de capitais. Em 29 de maio foram emitidos bônus BRA-2007N no valor de US\$ 1 bilhão e vencimento em janeiro de 2007. Em 10 de junho foram emitidos bônus Global BRA-2013 no valor de US\$ 1,25 bilhão e vencimento em junho de 2013.

III. POLÍTICAS SETORIAIS DE DESENVOLVIMENTO

A estabilidade macroeconômica é condição necessária, mas não suficiente para garantir a retomada do crescimento sustentado. Em conjunto com a estabilidade monetária e fiscal, são necessárias políticas de desenvolvimento e financiamento para que, além da recuperação do nível de atividade e do emprego no curto prazo, ocorra também um aumento contínuo da capacidade produtiva e da renda per capita da economia brasileira.

Para a retomada do crescimento econômico de forma sustentável faz-se necessário, sobretudo, a realização de novos investimentos, que elevem a produtividade agrícola e industrial e permitam atender o consumo interno e elevar o nível das exportações brasileiras.

O investimento produtivo requer, necessariamente, aplicações em infra-estrutura. Os custos associados à logística de transporte e comercialização representam parcela significativa do preço final dos produtos. A crise de financiamento do setor público dos últimos anos postergou a realização de uma série de investimentos fundamentais nas áreas energética, portuária, de transportes e saneamento.

A crise energética de 2001 evidenciou a necessidade de uma racionalização e redirecionamento nos rumos do setor além da implementação, emergencial, de novos investimentos em geração e transmissão de energia elétrica. No sistema de transportes, grande parte das estradas brasileiras, principal meio de transporte de cargas, encontra-se em péssimas condições de trafegabilidade, onerando os custos de comercialização.

A despeito dos escassos recursos do setor público, muitos investimentos em infra-estrutura não podem mais ser adiados. Em alguns casos, os investimentos serão realizados diretamente pelos Governos; em outros, o Governo deverá atuar apenas como coordenador e agenciador do investimento a ser viabilizado pelo setor privado.

O problema de fato reside em como financiar esse crescimento. Além do financiamento externo, o Brasil necessita desenvolver os canais internos de financiamento para viabilizar a realização dos investimentos não apenas por meio dos bancos públicos, como o

BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, mas também pelo sistema financeiro privado.

Neste sentido, o Governo brasileiro vem trabalhando para a redução dos estrangulamentos ao crédito interno de forma diferenciada nos diversos segmentos da economia. Na infra-estrutura, aprofunda estudos para a implementação das parcerias público-privadas e também atua no sentido de viabilizar a criação de fundos específicos para setores estratégicos. Além disso, vem atuando no sentido de aprimorar o marco regulatório para a atração de novos investimentos.

No segmento do crédito para trabalhadores, micro e pequenas empresas, o Governo criou uma série de medidas para estimular o microcrédito, que incluem a disponibilização de linhas de microfinanciamento a taxas de juros reduzidas, a ampliação do campo de atuação das cooperativas de crédito e simplificação da abertura de contas bancárias. Em uma segunda frente, os bancos públicos também estarão comprometidos com a redução dos juros cobrados em suas linhas de financiamento às micro e pequenas empresas.

A questão regional também é fundamental para um desenvolvimento mais equilibrado e socialmente mais justo e por isso está sendo discutida com todos os Estados da Federação, no âmbito do Planejamento Plurianual. A redução das desigualdades regionais deve ser pensada de forma estratégica no processo de desenvolvimento brasileiro, sendo um importante elemento para a priorização de investimentos.

Política de Comércio Exterior

No primeiro semestre de 2003, a balança comercial registrou superávit de US\$ 10.272 milhões, resultado de exportações de US\$ 32.658 milhões e importações de US\$ 22.386 milhões.

O valor das exportações é, igualmente, recorde histórico para o primeiro semestre, superando 2001 – recorde anterior – quando as vendas externas alcançaram US\$ 28.927 milhões. Na comparação com janeiro/junho de 2002, pela média diária, o aumento das exportações foi de 32,5%. Do lado das importações, houve aumento de 1,3%.

As exportações se ampliaram para todas as principais regiões: Ásia (78,3%), África (29,4%), Mercosul (55,6%), Europa Oriental (33,2%), União Européia (32,9%), Oriente Médio (39,3%), Estados Unidos (18,8%) e Aladi, exceto Mercosul (6,85%).

Os Estados Unidos continuam sendo o principal destino da maior parte das exporta-



ções brasileiras (US\$ 8.037 milhões). O crescimento das exportações para a China evidencia o êxito na política de promoção das exportações empreendida pelo Governo, sobretudo para mercados não-tradicionais. As vendas para a China, neste semestre, cresceram 227%, atingindo a cifra de US\$ 2.129 milhões, consolidando aquele País como segundo maior importador de produtos brasileiros. Os produtos mais exportados para o mercado chinês foram: soja em grão, minério de ferro, celulose, siderúrgicos, autopeças, óleo de soja, madeira serrada, couros e peles e aparelhos e instrumentos elétricos e eletrônicos.

Com relação à Argentina, as exportações cresceram 91,7% ao passarem de US\$ 969 milhões, em janeiro-junho/2002, para US\$ 1.827 milhões, em janeiro-junho/2003. Em termos absolutos representam aumento de US\$ 858 milhões, valor que já alcança quase 86% da expectativa de US\$ 1 bilhão estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para o crescimento das exportações para esse mercado em 2003. Essa cifra reflete a retomada da Argentina como importante mercado comprador do Brasil, ocupando o quarto lugar na pauta, em janeiro-junho/2003. Os principais produtos exportados para a Argentina foram: automóveis, autopeças, plásticos e suas partes, químicos orgânicos e inorgânicos, aparelhos elétricos e eletrônicos, minério de ferro, pneumáticos, papel, cartão e algodão.

Outro destaque, a Rússia apresentou incremento de 35,3% nas compras de produtos brasileiros no período. Em termos absolutos, as exportações para este País passaram de US\$ 501 milhões no primeiro semestre de 2002 para US\$ 667 milhões, no mesmo período de 2003.

Um aspecto importante na análise do desempenho do primeiro semestre de 2003 é a diversificação de mercados. O Brasil vem conquistando espaço em países de todo o mundo, principalmente, em mercados não-tradicionais e pouco representativos individualmente mas, se agregados, representam importante passo na consolidação e redução da vulnerabilidade externa.

Política Agropecuária

O principal responsável pelo extraordinário crescimento das exportações brasileiras foi o setor agropecuário. Este bom resultado é fruto, sobretudo, dos investimentos em tecnologia que o setor vem realizando nos últimos anos e que devem ser incrementados em 2004.

Diante da perspectiva de retomada do crescimento econômico, que deverá ter como

carro-chefe o crescimento das exportações e dos investimentos, a agricultura foi contemplada no âmbito do Plano de Safra 2003/2004, com R\$ 27,2 bilhões de reais (acréscimo de 25,8% sobre o montante de recursos alocados no Plano de Safra anterior) para financiar o custeio, a comercialização e os investimentos do setor. No caso da aquisição de máquinas agrícolas, o Programa Moderfrota proverá financiamento a agricultores de menor renda, com juros abaixo dos praticados no mercado financeiro, abrindo espaço para a elevação da produtividade no setor. Além dos mecanismos de crédito e apoio ao custeio e à comercialização de produtos agrícolas, o Plano de Safra contempla política de preços mínimos e garantias, e políticas de zoneamento agrícola e seguro rural.

Em conjunto com o Plano Safra 2003-2004, foi lançado também o Plano Safra para Agricultura Familiar 2003-2004, com recursos de R\$ 5,4 bilhões, a maior oferta de crédito de todos os tempos para o setor, que ocupa 4 milhões de famílias. Além de crédito, o Plano prevê mecanismos de garantia de renda e apoio à comercialização para o produtor, como a compra pública de alimentos pela Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, a serem utilizados pelo Programa Fome Zero. Com o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar - Pronaf Alimentos, será estimulada a produção de alimentos básicos (arroz, feijão, mandioca, milho e trigo).

Política Industrial

Para assegurar o crescimento que se projeta para 2004, é de suma importância a implementação de políticas que incentivem o investimento e o aumento da produtividade na indústria. O aumento das exportações através da conquista de novos mercados requer ganhos contínuos de produtividade. Dentro desse contexto, o Governo vem retomando e aprofundando, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, os Fóruns Setoriais de Competitividade. Esta iniciativa tem por finalidade desenvolver e ampliar a capacidade e adensamento das cadeias produtivas; a promoção do emprego, ocupação e renda; e o desenvolvimento tecnológico e regional com a inclusão das micro, pequenas e médias empresas no processo produtivo.

Para 2004, o Governo Federal pretende implementar uma Política Industrial voltada à substituição de itens importados, que desequilibram o Balanço Comercial em fases de retomada do crescimento econômico, e à promoção das exportações². A Política Industrial estará integrada à Política Tecnológica, uma vez que as inovações tecnológicas são a principal fonte de lucros extraordinários por parte das empresas e de conquista de novos mercados.

Devemos reduzir, em particular, as distorções hoje existentes no sistema econômico de modo a garantir a elevação da eficiência do setor produtivo, especialmente no setor de bens comercializáveis e melhorar nossa participação no comércio exterior. O aumento do



volume de comércio permitirá a diminuição do risco-Brasil além de reduzir a volatilidade da taxa de câmbio a choques externos e, em consequência, a vulnerabilidade externa.

A agregação de valor às manufaturas brasileiras requer investimentos crescentes em Pesquisa e Inovação Tecnológica. Neste primeiro semestre de 2003 foram aprovados R\$ 517,4 milhões em linhas de crédito para projetos de pesquisa financiados por intermédio da Agência Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP. E a perspectiva para 2004 é de que este valor se amplie. Também foi aprovada, pela Finep e pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, uma linha de crédito no valor de R\$ 220 milhões para aplicação em projetos de inovação tecnológica.

A maior eficiência da nossa estrutura produtiva se dará pela melhoria contínua da capacidade inovadora das firmas brasileiras e o concomitante aumento de nossa participação no comércio exterior.

Política de Infra-Estrutura

A construção das condições para a retomada do investimento público e privado (e do aumento da produtividade) não pode prescindir de uma agenda de desenvolvimento que enfrente com sucesso as restrições de financiamento hoje existentes e que tenha, como objetivo central o desenvolvimento da infra-estrutura.

Por outro lado, o atual quadro de restrição orçamentária e a necessidade de financiar projetos sociais requerem a definição de um novo padrão de financiamento da infra-estrutura, que leve em conta os condicionantes desta modalidade de investimentos. A redefinição dos modelos de financiamento não deve se limitar ao aumento dos recursos disponíveis. Faz-se necessária a busca de engenharias financeiras que otimizem os escassos recursos públicos e, paralelamente, ofereçam condições atraentes ao eventual parceiro privado.

A viabilização de novas formas de financiamento do investimento em infra-estrutura é fundamental para assegurar as condições da retomada do crescimento econômico sustentável. Deve-se ampliar a capacidade de investimento público, gerador de externalidades significativas para o investimento privado. Além disso, o desenvolvimento de novas formas de parcerias público-privadas de modo a permitir maiores investimentos nessas áreas é fundamental. Apesar das dificuldades relacionadas ao financiamento, muitos investimentos em infra-estrutura estão em andamento e outros deverão se iniciar em 2004.

O BNDES liberou este ano R\$ 830 milhões para o projeto Malhas Sudeste e Nordeste, concebido pela Petrobrás, para a expansão da rede de transporte de gás natural nessas regi-

ões. O projeto está orçado em US\$ 1 bilhão. O Banco está apoiando também duas usinas geradoras de energia - Barra Grande de Lençóis (SP) e Goiás (GO) - com financiamentos de R\$ 89 milhões. Os dois projetos fazem parte do Programa de Apoio a Empreendimentos de Co-Geração de Energia Elétrica a partir de resíduos de cana-de-açúcar. Além desses projetos, o ENDES aprovou o financiamento de R\$ 144,7 milhões para construção de usina hidrelétrica no Rio Paraguaçu, na Bahia.

Ainda na área energética, concluiu-se a linha de transmissão, em circuito duplo, de 500 kw no trecho Bateias (PR) - Ibiúna (SP) e obras associadas, o que aumenta a capacidade de intercâmbio entre os sistemas Sul e Sudeste/Centro-Oeste, regiões em que se concentram metade da população brasileira, 66% de toda energia consumida no Brasil e 68% do PIB.

Por intermédio da Petrobrás, ao longo desse primeiro semestre, foi realizado um esforço exploratório que resultou em novas descobertas, estimadas em 1,3 bilhões de barris de óleo e de 70 bilhões de metros cúbicos de gás, o que representa cerca de 30% das reservas provadas de gás natural.

O ENDES liberou também US\$ 1,2 bilhão para duas plataformas de prospecção destinadas à Petrobrás, e financiou US\$ 45 milhões para a construção de dois navios de apoio marítimo a plataformas de petróleo. As obras gerarão 600 empregos diretos.

No âmbito dos transportes, foram liberados R\$ 116,1 milhões para restauração de 967 km de rodovia; R\$ 52,9 para restauração e descentralização de 293 km de rodovias federais e R\$ 108 milhões, para manutenção de 2.589 km de rodovias em regime de gestão terceirizada. A Operação Tapa-buraco recuperou a trafegabilidade de 14.600 km de rodovias.

Também foram retomadas obras de duplicação das rodovias: BR-101/SC/RS, entre Florianópolis (SC) e Osório (RS); BR-381/MG/SP, entre Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP); do corredor São Paulo/Curitiba/Florianópolis, compreendendo as BR-116, BR-376 e BR 101.

Política de Desenvolvimento Regional

A redução das desigualdades regionais possui um papel-chave no projeto de desenvolvimento do Plano Plurianual 2004-2007. Dentro desta prioridade do Governo já estão sendo estruturados os primeiros pilares para uma Política de Desenvolvimento Regional com a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com uma clara definição da missão, objetivos e instrumentos de atuação desse importante instrumento para a melhoria da qualidade de vida na região.



No âmbito do financiamento às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os Fundos FNO, FNE e FCO contam com recursos para o estímulo às atividades produtivas dos setores rural, industrial, agroindustrial, turístico, de infra-estrutura, comercial e de serviços e atendem preferencialmente aos mini e pequenos produtores rurais, às micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas. No primeiro semestre de 2003, os Fundos Constitucionais de Financiamento injetaram R\$ 1,0 bilhão nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, realizando 23.416 operações de crédito, tendo destinado R\$ 606,8 milhões para o setor rural; R\$ 291,7 milhões para o industrial e agroindustrial; R\$ 18,6 milhões para o setor turístico; R\$ 24,5 milhões para o de infra-estrutura e R\$ 90,6 milhões para os setores comercial e de serviços.

IV. POLÍTICAS SOCIAIS

Esse texto traça um breve panorama das políticas sociais brasileiras impulsionadas pelo Governo Federal no período recente e apresenta as perspectivas para o ano de 2004. Destaque-se que o período pós-Constituição de 1988 vem se caracterizando pela consolidação do processo de democratização, pelo fortalecimento das instituições e por significativos avanços no campo social, particularmente no que se refere ao financiamento das políticas sociais, à descentralização político-administrativa na gestão dessas políticas e à maior participação da sociedade no controle social dessas políticas.

Como resultado do redesenho das políticas sociais e do aumento de sua cobertura no sentido de garantir o direito dos cidadãos à proteção social, os últimos anos registraram uma melhoria em diversos indicadores sociais. Assim, recorrendo-se a exemplos de indicadores que refletem de forma sintética as condições de vida da população brasileira, destaque-se: a queda de 38% da taxa de mortalidade infantil entre 1990 e 2000, que saiu de 48,0 óbitos de crianças menores de um ano por mil nascidas vivas para 29,6; o aumento da expectativa de vida ao nascer que passou de 65,6 anos no Censo de 1991 para 68,6 anos no ano de 2000; e a diminuição do analfabetismo que caiu 28% entre 1992 e 2000, passando, no período, de 17,2% para 12,4%.

No entanto, em que pesem esses inegáveis avanços, ainda são inúmeros os problemas sociais a serem enfrentados pela sociedade brasileira. Entre os desafios que se apresentam merecem especial atenção: o combate à fome, e à miséria, ao racismo e às desigualdades raciais; a preservação e o aprofundamento dos avanços na área de saúde e de assistência social; o crescimento da taxa de cobertura da previdência social; uma maior integração entre as políticas de desenvolvimento e o mercado de trabalho; a implementação de uma efetiva política de desenvolvimento urbano e a contínua melhoria da qualidade do ensino.

Com o intuito de enfrentar esses desafios, o novo Governo desencadeou uma série de medidas político-administrativas que podem ser agrupadas da seguinte forma:

- Estruturação de novas políticas ancoradas em novas instituições, tais como, a política nacional de segurança alimentar e nutricional, que tem por objetivo central o combate à fome, coordenada pelo Gabinete do Ministro Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA; a política de promoção da igualdade racial que visa o combate ao racismo e as iniquidades raciais, coordenada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; a política de promoção da igualdade de gênero, impulsionada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; e a política integrada de desenvolvimento urbano que busca assegurar oportunidades de acesso à moradia digna, à terra urbanizada, à água potável, ao ambiente saudável e à mobilidade sustentável com segurança no trânsito, coordenada pelo Ministério das Cidades;

- Racionalização de recursos públicos por meio, por exemplo, da unificação dos programas de transferência de renda;

- Multiplicação de fóruns democráticos de deliberação coletiva, tais como, a convocação, de forma inédita, de conferências nacionais, a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Fórum Nacional do Trabalho e os Fóruns Estaduais para debater o Plano Plurianual – PPA 2004/2007 de governo;

- Promoção de reformas estruturais, iniciando-se com a da Previdência e a Tributária.

O Programa Fome Zero e a Política de Segurança Alimentar

O Presidente Lula inseriu o tema do combate à fome na agenda política brasileira e mundial. A fome que subsiste no País é, essencialmente, uma questão de acesso aos alimentos e não de disponibilidade. O Brasil produz o necessário para atender às demandas alimentares de sua população, no entanto, não tem conseguido promover uma distribuição equitativa desses alimentos.

A falta de acesso aos alimentos por parcela considerável da população é, ainda, um reflexo da desigualdade da distribuição de renda. No Brasil, é grande a distância entre ricos e pobres. E mais: essa distância tem permanecido estável ao longo do tempo. Assim, por exemplo, nos últimos vinte e cinco anos, o coeficiente de Gini, com algumas pequenas exceções, tem permanecido no patamar de 0,60, o que corresponde a um dos níveis mais elevados do mundo. Em outras palavras, verifica-se uma perversa simetria social, em que os 10% mais ricos se apropriam de cerca de 50% do total da renda das famílias e, como por espelhamento, os 50% mais pobres possuem cerca de 10% da renda. Além disso, os 10% mais ricos dispõem de uma renda cujo valor oscila de 22 a 31 vezes acima da renda obtida

pelos 40% mais pobres da população brasileira.

Tendo em vista esse quadro alarmante, o combate à desigualdade, à fome e à pobreza representa hoje o grande desafio do Governo brasileiro, cujas dimensões exigem para seu enfrentamento uma ampla parceria com a sociedade.

O programa Fome Zero parte do princípio de que é tarefa do Estado assegurar o direito humano à alimentação. Para tanto, o Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA, criado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, atua em duas frentes: (i) implementando ações e políticas específicas de segurança alimentar; (ii) articulando iniciativas de competência de outros Ministérios, Governos estaduais e municipais e instituições públicas e entidades da sociedade civil, na área social e de desenvolvimento.

As novas políticas de combate à fome visam:

- garantir o direito à alimentação como parte dos direitos fundamentais do ser humano, a partir da criação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar, construída de forma participativa com os diversos segmentos da sociedade;
- quebrar o círculo da pobreza e da fome, ao integrar políticas estruturais – voltadas para combater as causas da fome – com políticas de ampliação do acesso à alimentação – voltadas para atender aqueles que não têm acesso a uma alimentação saudável.

A ênfase estrutural do programa se baseia na articulação de ações que promovam a geração de renda e de oportunidades para dinamizar as economias locais de forma sustentável, estimulando a demanda por alimentos, combinada com aquisições de safras e fomento à agricultura familiar. Outras políticas dizem respeito ao aumento do salário mínimo vigente, à realização de uma ampla reforma agrária para tornar mais equitativa a estrutura fundiária do País e o apoio a cadeias produtivas. Isso requer um papel de articulador do Ministério de Segurança Alimentar e Combate à Fome, a partir de um planejamento conjunto com outras instituições, responsáveis por ações estruturantes relacionadas ao Programa Fome Zero. Essa proposta se insere na concepção mais ampla de um modelo de desenvolvimento que favoreça a geração de emprego e o crescimento do País, em novos moldes.

O Fome Zero estabeleceu dois espaços institucionais de participação da sociedade civil organizada: o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e os Comitês Gestores Locais. O CONSEA é presidido por representantes da sociedade civil e secretariado pelo titular do MESA, e tem entre suas atribuições: (i) propor e pronunciar-se sobre diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar de responsabilidade do MESA e demais órgãos executores dessa política; e, (ii) mobilizar a sociedade civil e estimular a criação de conselhos estaduais e municipais de segurança alimentar, requisito para a implan-

tação do programa Fome Zero.

No que se refere à participação na gestão dos programas em âmbito local, estimula-se a criação de Comitês Gestores nos Municípios, com participação da sociedade civil organizada e das famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda, visando garantir o controle social e a convergência e a integração de ações complementares de caráter mais estrutural.

Igualdade Racial

Um dos marcos desse Governo foi a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR. Em que pese algumas iniciativas pontuais anteriores, como a criação da Fundação Cultural Palmares, em 1988, e do Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (GIT), em 1995, até então não havia sido criada, no âmbito federal, uma instância de enfrentamento da questão racial em um contexto abrangente e integral, a despeito de uma renitente e secular realidade de desigualdade entre negros e brancos no Brasil.

De fato, há alguns anos, diagnósticos oficiais já vêm demonstrando que, de modo geral, as mudanças e melhorias alcançadas pela população brasileira nas últimas décadas não conseguiram alterar significativamente os diferenciais entre as condições de vida de brancos e negros. Os negros continuam sendo os mais pobres, percebendo em média menos da metade dos rendimentos dos brancos, constituindo-se em 70% do total dos indigentes e na maior parte dos trabalhadores em situação precária. Em condições de vida semelhantes, os negros auferem rendimentos menores que os brancos, têm menos oportunidades de emprego e de progressão escolar, com uma incidência de analfabetismo duas vezes maior que a verificada para a população branca; além disso, são as maiores vítimas da violência. O país, nas últimas décadas cresceu, modernizou-se, sem que isso se consubstanciasse em mudança na situação relativa dos negros. Os números mostram, em síntese, que a hierarquia racial secular mantém-se até hoje e que as desigualdades históricas cristalizam-se na prática diária da discriminação racial.

Na perspectiva ensejada pelo novo Governo percebe-se que, como ocorreu em outros países, o Estado deve ter um papel central no desmonte dos mecanismos de disseminação do racismo ainda presentes. É nesse contexto que se destacam políticas, programas e ações tais como a sensibilização social, a reversão de representações e/ou de imaginários coletivos de cunho discriminatório, a elevação das condições de vida da população afro-descendente, a promoção de igualdade de oportunidades e a construção de uma identidade pluri-étnica para a sociedade brasileira, entre outras.



Trata-se, assim, de um conjunto articulado de políticas, programas e ações que têm como objetivo, em última análise, combater o preconceito e a discriminação racial em todas as suas formas de manifestação; um conjunto que, como sugere a própria característica do problema a ser enfrentado, perpassa uma extensa gama de áreas da ação governamental, envolvendo a educação, a saúde, a infra-estrutura, o emprego e a renda, entre outros.

Emprego e Renda

Para o atual Governo, a área de trabalho constitui-se em um setor estratégico, no qual a geração de emprego e melhoria da renda passam a ser vistas como condições essenciais para o desenvolvimento econômico e social brasileiro. No entanto, no âmbito das políticas públicas, a capacidade de o Estado intervir nessa estrutura mantém-se subordinada aos aspectos macroeconômicos, o que reduz a possibilidade de reverter, em um curto espaço de tempo, o cenário atual. Nesse contexto, ganha importância a formulação de novas estratégias de geração de emprego e renda que possam, influir positivamente na complexa realidade do mercado de trabalho brasileiro.

No que se refere ao financiamento das políticas de emprego e renda, o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT – continuará sendo a principal fonte de recursos para o desenvolvimento dos programas. Os programas estratégicos de geração de emprego e renda, desenhados de forma concertada no âmbito do Conselho de Gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, deverão ser reforçados. Entre as políticas ativas existentes, o PROGER e PROGER RURAL continuarão atuando via fornecimento de crédito às micro e pequenas empresas e à produção associativa, amparados pelo FUNPROGER e pela Sala do Empreendedor do Banco do Brasil. O PRÓ-EMPREGO e o PRÓ-TRABALHO serão aperfeiçoados com o objetivo de criar novos empregos e incrementar a renda, principalmente dos trabalhadores de renda mais baixa. No sentido de incorporar ao mercado de trabalho os trabalhadores com menor qualificação deverá ser fortalecido o FAT – Habitação com o objetivo de gerar emprego na construção civil, setor mais intensivo em mão-de-obra.

Os recursos do FAT também se manterão como a base de apoio aos programas de microcrédito. O FAT – Empreendedor Popular busca expandir a capacidade de financiamento de pequenos empreendimentos e o Programa de Crédito Produtivo Popular busca formar uma rede de instituições privadas capaz de financiar pequenos empreendimentos, formais ou informais, e microempresas. A concessão do microcrédito aos pequenos agricultores, no âmbito da agricultura familiar, por meio do PRONAF, constitui-se em mais um programa do Governo nessa área.

As principais novidades da área são os programas do Primeiro Emprego e de Economia Solidária, além da criação do Fórum Nacional do Trabalho.

O programa Primeiro Emprego tem como objetivo dar apoio aos jovens que estão ingressando no mercado de trabalho por serem os mais atingidos pelo fenômeno do desemprego. Na realidade, do total de desempregados, aproximadamente 47% corresponde a jovens trabalhadores. O programa se dirige a jovens de 16 a 24 anos desempregados, ocupados de maneira precária ou que acabaram de se incorporar ao mercado. Serão priorizados jovens cuja renda familiar per capita seja de até 1/2 salário mínimo, que tenham baixo nível de escolaridade (sem ensino médio) ou que pertençam a grupos socialmente discriminados no que se refere a gênero, raça/cor e necessidades especiais.

O programa Economia Solidária, por seu turno, procura viabilizar pequenas e microempresas, cooperativas de compra e venda e cooperativas de produção, no sentido de estimular a constituição de redes locais que viabilizem os pequenos empreendimentos e criem uma cultura mais solidária.

Além disso, com o objetivo de promover a ampla discussão dos problemas e desafios que se apresentam na área de emprego e renda foi criado, em 29 de julho de 2003, o Fórum Nacional do Trabalho, que conta com a participação de representantes de diversos segmentos sociais.

O desafio maior na área de emprego e renda é a reversão do atual quadro de desemprego, informalidade e queda de rendimentos. Para tanto, faz-se necessário que a ação do Ministério do Trabalho e Emprego seja ampliada, passando a incluir como público de suas políticas os quase 60%³ de trabalhadores informais existentes na economia. A constituição de um Sistema Público de Emprego que responda à complexa realidade do mercado de trabalho brasileiro, atuando sob uma ótica inclusiva, e que contemple tanto trabalhadores formais quanto informais, se torna assim, um dos objetivos a serem perseguidos pela nova gestão.

Saúde

Desde a Constituição Federal de 1988, muitos avanços foram registrados no campo da saúde, conforme reiteradamente se pronunciaram a 9^a, 10^a e a 11^a Conferências Nacionais de Saúde. Para viabilizar, no entanto, o direito de todos e de cada um dos brasileiros à saúde, consoante o preceito constitucional, ainda há muito por fazer e, mais ainda, para que esse direito seja "garantido mediante políticas econômicas e sociais que visem a redução dos riscos de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Na área de controle de enfermidades, em que pese os resultados positivos em relação às doenças controláveis por vacinas e à AIDS, não foi alentador o desempenho alcançado

com a epidemia da dengue, da tuberculose, da hanseníase, da malária, citando apenas alguns exemplos.

No tocante à organização do Sistema Único de Saúde, a partir de 1993 intensificou-se o processo de descentralização da gestão para Estados e Municípios, especialmente para esses últimos. A orientação municipalizante da descentralização se, por um lado, possibilitou uma grande adesão das municipalidades ao processo, por outro, gerou problemas na organização da atenção à saúde, com reflexos negativos sobre a continuidade e integralidade do atendimento, devido à ausência de instrumentos reguladores mais explícitos da articulação entre os subsistemas municipais e destes com as secretarias estaduais de saúde.

Na esteira da reorientação do modelo assistencial merece destaque a estratégia de expansão da atenção básica à saúde por meio dos Programas de Saúde da Família - PSF e de Agentes Comunitários de Saúde - PACS e da instituição do Piso de Atenção Básica - PAB. Tal estratégia embora possibilitado uma notável expansão dos serviços básicos de saúde, não resolveu os problemas de articulação com os serviços mais especializados e, até mesmo, entre diferentes ações que são desenvolvidas no âmbito da atenção básica.

Diante desse quadro, os maiores desafios do SUS estão ligados à melhoria da qualidade dos serviços prestados, elevando a resolutividade, especialmente da atenção básica, qualificando-a como porta de entrada do sistema e garantindo o acesso aos serviços de média e alta complexidade. Em outras palavras, no campo assistencial o desafio é dotar o sistema de maior capacidade de resposta às necessidades da população em termos de acesso oportuno, tratamento digno, continuidade e integralidade da atenção. Isso significa investir em recursos organizativos e humanos, sem descuidar dos investimentos estratégicos para reorganização do sistema.

Completados seis meses de exercício, a atual administração promoveu realizações no sentido de expandir o Programa da Saúde da Família e aperfeiçoar o PAB. Os incentivos financeiros para os Programas Saúde da Família, Agentes Comunitários de Saúde, Saúde Bucal, Vigilância Sanitária e Assistência Farmacêutica Básica foram reajustados e foi implementado o Projeto de Expansão e Consolidação do Programa de Saúde da Família.

Um novo Piso da Atenção Básica foi estabelecido, passando de R\$ 10,50 para R\$ 12,00 per capita, garantindo melhoria no atendimento médico básico à população. O valor das consultas médicas especializadas foi reajustado a partir de maio, a exemplo do que havia sido concedido aos serviços privados.

Também foi criada a ação "De Volta pra Casa", que garante um Auxílio-Reabilitação Psicossocial, no valor de R\$ 200,00, para a reintegração sócio-familiar dos pacientes em condições de ficar de junto de seus familiares.

Em dezembro de 2003 será realizada a XII Conferência Nacional de Saúde, cuja convocação foi antecipada e tem como tema central "Saúde: um direito de todos e dever do Estado - a Saúde que temos e o SUS que queremos". No âmbito dessa conferência será discutido um conjunto de prioridades declaradas pelo atual Governo, dentre as quais se destacam:

Expansão e qualificação da Atenção Básica, com ênfase especial no Programa de Saúde da Família - PSF, nos grandes centros urbanos e ampliação de recursos.

Implantação de Serviços de Resgate e Atendimento Pré-Hospitalar, especialmente os resultantes de acidentes de trânsito nas grandes cidades (mais de cem mil habitantes) e nas rodovias.

Requalificação da Atenção Hospitalar, por meio da articulação de pequenos hospitais com o PSF, redefinição dos incentivos dados aos hospitais filantrópicos e melhoria da integração dos hospitais universitários à rede pública.

Implementação dos preceitos da Reforma Psiquiátrica, com incentivo à desospitalização e ampliação do atendimento ambulatorial, com a conseqüente redução dos leitos psiquiátricos.

Redução em 25% do índice de mortalidade materna nas capitais do país, nos próximos quatro anos.

Gastos Mínimos com Saúde - Emenda Constitucional nº 29/2000

A Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, determina que um montante mínimo deve ser despendido anualmente em ações e serviços públicos de saúde. Assim, no âmbito do Governo Federal, para a obtenção do valor mínimo contido na PLOA 2004, foi utilizada como base da projeção a estimativa do montante a ser empenhado e liquidado em 2003, equivalente a R\$ 27,2 bilhões, conforme o critério definido pelo Tribunal de Contas da União.

Sobre esse valor foi aplicado o fator correspondente à previsão da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) Nominal do exercício de 2003 em relação a 2002 (igual a 1,1924). Tal cálculo resulta no valor de R\$ 32,5 bilhões como o mínimo a ser despendido

pelo Governo Federal no setor saúde no exercício de 2004, sendo que R\$ 3,4 bilhões referem-se a pagamento de Pessoal e Encargos Sociais dos servidores ativos e R\$ 29,1 bilhões às demais despesas do Ministério, conforme ilustra o quadro abaixo:

Gasto Mínimo com Ações de Saúde
Variação PB Realizado

Descrição	Em penhado			Coneção (fator)	Aplicação Mínima
	PessoalAtivo	OCC (*)	Total		
Em penhado 1999	2.500,8	15.852,2	18.353,0		
Em penhado 2000	2.630,8	17.720,8	20.351,5	1,0500	19.270,6
Em penhado 2001	2.628,5	19.845,5	22.474,0	1,1308	23.014,1
Em penhado 2002	2.973,9	21.762,9	24.736,8	1,0897	24.490,3
Aplic. Mínima PL0 2003	3.124,8	23.694,6	26.819,3	1,0895	
Aplic. Mínima a Reprog. 2003	3.243,0	23.996,9	27.239,9	1,1012	27.239,9
Aplic. Mínima 2004	3.427,1	29.053,9	32.481,0	1,1924	32.473,0

(1) Mínimo a ser aplicado em saúde: valor em penhado no exercício imediatamente anterior, multiplicado pela taxa de crescimento nominal do PIB.
Interpretação TCU/Ministério do Planejamento (base mensal)

Previdência Social

O Brasil é um dos poucos países latino-americanos que implementou, ao longo do século XX, um sistema previdenciário baseado em um modelo de cobertura menos restrito de seguridade social. Com efeito, entre os cerca de 20 milhões de benefícios de caráter previdenciário pagos mensalmente, 6,9 milhões são destinados aos trabalhadores rurais por meio da Previdência Rural. Note-se que a Previdência Rural - que apresenta exigências contributivas mais flexíveis e adaptáveis à realidade no campo - é, dentre as nações em desenvolvimento, o mais completo e sofisticado sistema de proteção social à população rural.

Faz-se necessário destacar, contudo, que cerca de 40%⁴ dos trabalhadores não são cobertos pelo sistema previdenciário público. Ou seja, são milhões de brasileiros que não têm acesso aos direitos referentes ao trabalho: não têm direito à aposentadoria pública nos seus dias de velhice, ao seguro-desemprego, nem a auxílios em caso de doença ou acidente do trabalho. Essa vulnerabilidade os torna fortes candidatos a ingressar no mundo dos pobres e miseráveis. Enfrentar essa questão é um dos principais desafios que se coloca para a sociedade brasileira.

Atualmente, o Sistema da Previdência Social Brasileiro é integrado por um Regime Geral da Previdência Social (RGPS/INSS), pelos Regimes próprios da Previdência do Setor Público (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e pela Previdência Complementar Privada, fechada e aberta, definida nos termos do art. 202 da Constituição Federal.

⁴ Pessoas de 16 a 59 anos e com rendimento igual ou acima de 1 salário mínimo (R\$180,00, Set/01). Exclui militares e estatutários.

Esse Sistema Previdenciário tem apresentado problemas ligados ao seu financiamento – o que tem gerado déficit em suas contas e impossibilitado a inclusão de outras parcelas da população. Para tentar sanar esses problemas, o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional, no dia 1º de maio de 2003, a Proposta de Emenda à Constituição – PEC 40/2003 que propõe inúmeras mudanças, particularmente nos regimes próprios do setor público.

Em relação ao Regime Geral de Previdência Social, a mudança mais importante contida na proposta da reforma da previdência é a elevação do teto de contribuição de R\$ 1.561 para R\$ 2.400, o que terá conseqüências positivas do ponto de vista da melhoria financeira do regime geral pois acarreta elevação da massa salarial de novos contribuintes ao subsistema gerido pelo INSS.

Essa medida procura amenizar as necessidades de financiamento do Regime Geral, que se situou no quadriênio 1999–2002 em torno de 1% do PIB, devendo atingir, em 2003, aproximadamente 1,4% do PIB, além de permitir o aumento da taxa de reposição de renda dos segurados.

Diante desse quadro o Regime Geral não tem permitido que se proponha a criação de novos benefícios sociais, fiscalmente onerosos, como, por exemplo, a extensão imediata de direitos previdenciários à população idosa do setor informal urbano, hoje majoritariamente excluída da Previdência, e apoiada precariamente pelos benefícios assistenciais da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS.

A proposta de reforma para os Regimes próprios da Previdência do Setor Público (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) – foi aprovada pela Câmara Federal. Segundo as estimativas do Governo, a reforma representará uma economia de R\$ 48 a R\$ 50 bilhões em vinte anos, liberando recursos para os gastos sociais. Além disso, a reforma deve incentivar o desenvolvimento dos fundos de pensão, que potencializará o financiamento de setores importantes da economia, como o de infra-estrutura.

No primeiro semestre de 2003 foi aprovada a reunificação, a partir de 2004, das datas de reajuste do salário mínimo e dos benefícios do INSS, representando a ruptura com uma prática histórica em relação à data de reajuste dos benefícios previdenciários e resultando em um ganho real para os aposentados e pensionistas da Previdência Social, uma vez que essa medida representa o adiantamento da data de vigência desse reajuste a partir de 2004.

Assistência Social

Desde 1988, quando a assistência social foi ineditamente reconhecida como direito, ela vem se afirmando no conjunto das políticas públicas. Os avanços a partir de então têm



sido progressivos e significativos, dentre os quais destacam-se: a promulgação da LOAS e sua regulamentação, a constituição do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), a aprovação do Plano Nacional de Assistência Social e a organização da assistência como um sistema descentralizado e participativo constituído, nas três esferas de governo, por órgãos gestores e por instâncias deliberativas de natureza colegiada. Avanços também foram observados nos indicadores que acompanham a execução da política assistencial.

Contudo, em que pese tais esforços, a assistência social continua sendo uma política em processo de consolidação. As carências assistenciais da população e, em particular, das populações vulneráveis priorizadas pela LOAS, têm sido apenas parcialmente atendidas pelas políticas atuais, ao mesmo tempo em que os recursos institucionais e financeiros existentes ainda carecem de consolidação.

Quanto aos recursos institucionais, há de se destacar que, nesse sentido, um importante passo foi dado com a recente criação do Ministério da Assistência Social- MAS, pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, resultante da conversão da MP 103, de 1º de janeiro de 2003, editada, portanto, logo no início do novo Governo. Essa medida respondeu a uma antiga demanda do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e do sistema participativo da assistência social, consubstanciado nas Conferências Nacionais.

A partir de 2004, além das ações tradicionais voltadas para os segmentos mais jovens e mais idosos da população, na área de assistência social serão criados novos programas com objetivos específicos, quais sejam: (i) promover a inclusão social de indivíduos e segmentos populacionais em situações de vulnerabilidade social na faixa de 25 a 59 anos; e, (ii) promover a emancipação e inclusão social de famílias vulnerabilizadas socialmente, priorizando os recortes de etnia e de gênero. Ambas as iniciativas introduzem inovações na delimitação do público-alvo para programas de assistência social.

Unificação de Programas de Transferência de Renda

Em período recente o Governo Federal criou diversos programas, de cunho assistencial, de transferência de renda destinados à famílias em situação de pobreza.

Há hoje consenso quanto à relevância desse tipo de mecanismo para o enfrentamento de problemas sociais. No entanto, diagnósticos recentes revelaram que a multiplicidade de programas dessa natureza resulta na superposição das ações e na pulverização dos recursos acarretando perda de eficiência e eficácia da intervenção governamental. Com o intuito de

promover maior racionalidade e organicidade da ação estatal, o Governo está trabalhando na unificação desses programas. Além disso, haverá um esforço permanente de alocação crescente de recursos orçamentários de modo a estender o atendimento a todas as famílias em situação de pobreza extrema. A universalização do atendimento no grupo social e economicamente mais vulnerável da população contribuirá para evitar o clientelismo na seleção dos beneficiários.

A unificação dos programas corresponde a uma resposta do Governo para aumentar emergencialmente a renda das famílias. E mais: não se trata somente de distribuir recursos financeiros a famílias em situação de pobreza extrema, mas também de associar a esse benefício ações de alimentação, saúde, assistência social e educação de modo a promover a universalização do acesso a esses bens e serviços. Da mesma forma, o repasse direto de recursos financeiros associado a outras ações, tais como, microcrédito, saneamento, moradia, energia apropriada e qualificação profissional contribuirá para estimular as economias locais criando condições para o desenvolvimento econômico e social das localidades onde vivem essas famílias.

Assim, o novo Programa Unificado de Transferência de Renda⁵ se distinguirá das modalidades anteriores na medida em que: (i) aumentará o valor médio dos benefícios até então concedidos; (ii) tomará homogêneo os critérios de seleção dos beneficiários; (iii) promoverá um atendimento voltado para o núcleo familiar e não apenas para alguns membros da família; (iv) contribuirá para, de forma sistêmica, melhorar o acesso aos serviços de educação, saúde, assistência social e educação alimentar; (v) realizará pagamento único; (vi) intensificará o controle social por parte dos beneficiários; (vii) será regularmente avaliado; (viii) será articulado com Estados e Municípios para a integração e convergência de ações semelhantes; e, (ix) promoverá a implementação de outros programas governamentais de modo a contribuir para a emancipação das famílias atendidas.

Programa de Transferência de Renda com Condicionais

R\$ milhões		
Ação	Valor	Metas
Famílias extremamente pobres	1.895	1,9 milhões de famílias atendidas
Famílias extremamente pobres e pobres com crianças de 0 a 15 anos	2.157	9,7 milhões de famílias atendidas
Famílias remanescentes de outros	1.073	1,2 milhões de famílias atendidas
Serviços de concessão, manutenção e cessação dos benefícios de transferência direta de renda	217	-
Gestão e Administração do Programa	5	-
Publicidade de Utilidade Pública	2	-
Total	5.350	13,2 milhões de famílias atendidas

⁵ Corresponde ao programa de transferência de renda com condicionais na Proposta Orçamentária para 2004.

Educação

Os principais avanços revelados pelos indicadores da educação brasileira, nos últimos anos, referem-se à ampliação do acesso aos ensinos fundamental e médio, e ao crescimento da matrícula na Educação Superior. Isso contudo não se refletiu em melhorias na qualidade do ensino.

No entanto, a despeito do mérito de se ter atingido patamares próximos da universalização do acesso ao Ensino Fundamental, restam pelo menos dois grandes desafios para os próximos anos: atacar as causas da persistência de um índice residual de crianças fora da escola e investir na qualidade da educação para que se efetive o preceito constitucional da escolarização mínima de oito anos.

Devido aos incrementos das matrículas nos níveis fundamental e médio, ampliou-se também a taxa de atendimento escolar sobre a faixa etária de 15 a 17 anos. Se, em 1995, cerca de 67% desses adolescentes estavam na escola, em 2001, esse índice havia atingido 81%.⁶ Apesar disso, não houve ganho substancial no tocante à redução na distorção idade-série, a qual oscilou de 55%, em 1996, para 53%, em 2001.⁷

Dentre os principais problemas que dificultam a melhoria da qualidade da oferta de ensino médio está a qualificação docente. Essa variável é importante, pois o investimento na formação e capacitação de professores é imprescindível não apenas para que esses profissionais possam assimilar, mas também transmitir esses novos conteúdos.

Se houve substancial aumento do acesso e da cobertura da população-alvo nesses dois níveis de ensino da chamada Educação Básica, o mesmo não pode ser atribuído à Educação Infantil. De acordo com dados do Censo Escolar do MEC, a expansão do atendimento às crianças de 0 a 6 anos, no período 1995/2002, foi de apenas 6,5%, muito aquém do que seria necessário já que cerca de 9,6 milhões de crianças de 4 a 6 anos permanecem sem acesso à pré-escola.

No Ensino Superior, a situação é considerada menos dramática, apesar de a oferta limitada de vagas pelas instituições públicas de ensino reforçar a exclusão de grande parcela dos candidatos à educação gratuita e de qualidade, a maioria egressa do ensino médio público. Dos cerca de 3,2 milhões de concluintes do ensino médio, em 2000, 1,2 milhão ingressou no ensino de graduação, sendo que apenas 274 mil em instituições públicas.

Apesar de ter havido uma ampliação da oferta de vagas, no período 1995/2001, essa expansão foi bem maior no setor privado (97%, contra 34% no setor público), enquanto, o crescimento da demanda, que pode ser aferido pelo total de inscrições nos exames vestibulares, foi maior entre as instituições públicas (56%, contra 48% no setor privado). Esses dados

6 Idem.

7 Ver Geografia da Educação Brasileira (INEP, 2002).

sugerem pelo menos dois fatores explicativos desse paradoxo entre oferta e demanda: a falta de poder aquisitivo dos potenciais demandantes para arcar com os custos do ensino privado e (ou) a inadequação da oferta pelo setor privado. De qualquer modo, o Censo da Educação Superior tem mostrado que o aproveitamento das vagas ofertadas tem sido decrescente entre as instituições privadas (69%, em 2001), enquanto que no setor público tem estado próximo do limite (95%).

O controle da qualidade da oferta de cursos de graduação também se coloca como desafio presente. Apesar de a avaliação da qualidade ter sido razoavelmente equacionada pelo MEC, mediante o Provão e a Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação, ainda se mantém como questão em aberto se, de fato, os resultados dessas avaliações constituir-se-ão em efetivos instrumentos que assegurem a manutenção de um padrão mínimo de qualidade do ensino ofertado.

Para enfrentar os problemas encontrados, a atual gestão do Ministério da Educação definiu com sua missão "Promover o processo de mudança no Brasil por meio da educação de qualidade para todos". Quatro diretrizes básicas devem nortear as ações do Ministério: i) mudar as condições de vida e trabalho dos professores e aprimorar sua formação; ii) universalizar o ensino, com qualidade, para todas as crianças e adolescentes; iii) abolir o analfabetismo; e iv) transformar a educação profissional e a universidade.

Para incentivar os professores em exercício, o Ministério da Educação encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei que institui a bolsa federal de incentivo à formação continuada, a ser concedida a todo professor aprovado no exame que esteja em exercício na rede pública. O valor da bolsa será estabelecido anualmente em função das disponibilidades orçamentárias da União. O controle da concessão e pagamento será feito por meio de um cadastro nacional de professores, a ser administrado pelo MEC. Além disso, o Ministério também se comprometeu em definir um piso salarial do professor ainda em 2003 e duplicar o salário médio dos docentes até 2007.

A universalização da educação básica com qualidade tem como pré-requisito essencial o equacionamento da questão do financiamento. Nesse sentido, o MEC anunciou sua intenção de ampliar o valor per capita do FUNDEF, em 2003, e encaminhar ao Congresso Nacional proposta de criação do FUNDEB, em 2004, cujo objetivo é o de assegurar o financiamento de toda a educação básica, em moldes semelhantes ao do FUNDEF.

No bojo da prioridade anunciada pelo MEC, de implantação de políticas de inclusão social, a erradicação do analfabetismo até 2006 ganha relevância particular, onde o desafio é o de alfabetizar mais de 16 milhões de pessoas, desigualmente distribuídos pelo país, em um esforço amplo de cooperação entre as três esferas de governo e mediante parcerias com a iniciativa privada.



Um dos requisitos elementares para o sucesso do programa de alfabetização é a ampliação do quadro de alfabetizadores. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, o Brasil possui cerca de 49 mil professores atuando no primeiro ciclo do ensino fundamental. Para erradicar o analfabetismo em quatro anos e, supondo que a alfabetização pudesse ser concluída em ciclos semestrais, em classes de 10 alunos, seriam necessários 200 mil professores. Apesar da exigência de professores para atuar no programa ser bastante significativa, é possível engajar muitos dos professores que já atuam no ensino fundamental em trabalho suplementar remunerado, em cursos noturnos de alfabetização. No intuito de viabilizar essa alternativa, o MEC publicou em abril uma resolução que prevê uma espécie de bolsa para os alfabetizadores, no valor de R\$ 15,00 por aluno atendido.

Transformar a educação profissional e a universidade corresponde à quarta diretriz básica do MEC. De acordo com a legislação vigente, a educação profissional foi concebida como complementar à formação geral, o que reflete o reconhecimento de que a formação de profissionais para o enfrentamento dos desafios atuais pressupõe uma sólida formação geral e uma qualificação profissional específica. Nesse sentido, uma nova proposta para a educação profissional, a ser implementada em 2004, buscará melhorar a articulação e complementaridade entre a educação profissional e o ensino médio, por meio de currículos flexíveis, modulados, possibilitando itinerários diversificados, acesso e saídas intermediárias e atualização permanente. Os currículos deverão orientar-se pelas competências requeridas para o exercício profissional e, portanto, os cursos deverão estar mais sintonizados com as demandas do mercado, dos cidadãos e da sociedade. Competências profissionais adquiridas fora da escola serão reconhecidas para fins de continuidade de estudos de nível técnico, a partir de avaliação realizada pela instituição formadora.

No âmbito da educação superior, pretende-se estimular a formulação de um novo projeto para a universidade brasileira, a ser concebido ainda em 2003, o qual deverá considerar as novas demandas que a sociedade coloca neste início de século XXI. Esse novo projeto de universidade deve levar em consideração as novas demandas sociais. Nesse sentido, o mesmo deverá ser desenhado a partir de consultas e debates públicos, com amplo envolvimento da comunidade acadêmica, de modo a se formar consensos e sinergias de esforços com vistas ao atendimento das demandas sociais identificadas.

Desenvolvimento Urbano

Nas cidades brasileiras os problemas concentram-se na precariedade das condições de habitação, infra-estrutura, equipamentos urbanos e comunitários, bem como na ineficiência da prestação de serviços públicos. Nas áreas urbanas informais - favelas, mocambos, alagados, loteamentos clandestinos e outros - esses problemas são agravados pela insuficiên-

cia de ações dirigidas à regularização administrativa, urbanística e jurídica e pela insegurança da posse da terra. No âmbito institucional, observa-se, ainda, a inadequação de políticas e instrumentos de planejamento e gestão urbana, e também a ausência de regulação na prestação dos serviços públicos.

Esse quadro, aliado à insuficiência de investimentos em serviços, equipamentos e infra-estrutura urbana, especialmente nas periferias das grandes cidades e das aglomerações urbanas e nessas áreas informais, resulta em grandes déficits de habitação, saneamento, transporte público e equipamentos urbanos.

Além de serem precárias as condições de habitação, há um persistente déficit habitacional quantitativo, que era da ordem de 6,7 milhões de novas moradias em 2000, que incidia, principalmente, sobre a população com rendimento familiar até 5 salários mínimos (89,1%) e concentrava-se nas áreas urbanas (81,3%) e nas regiões Nordeste (39,5%) e Sudeste (36,2%) do país.

As condições de mobilidade e acessibilidade urbana da população também se mantêm precárias, sobretudo entre os segmentos de baixa renda – na maioria das vezes moradores das periferias metropolitanas. Os dados disponíveis indicam que as populações mais pobres dos centros urbanos estão sendo privadas do acesso aos serviços públicos de transporte, devido à elevação real das tarifas dos serviços e à inadequação da oferta frente às necessidades dos mais pobres.

Persiste ainda no país uma demanda não atendida por serviços adequados de saneamento básico, que atinge de forma mais severa a população de baixa renda, concentrada nos pequenos Municípios e, principalmente, na periferia dos grandes centros urbanos e regiões metropolitanas do país. De acordo com dados disponíveis, dos cerca de 43 milhões de domicílios particulares permanentes existentes nas áreas urbanas e rurais do país, aproximadamente 10 milhões não se encontram atendidos por rede geral de água; 27 milhões não possuem serviços de esgotamento sanitário ou fossa séptica; e 20 milhões não dispõem de serviço de coleta direta ou indireta de lixo.

No que se refere aos serviços de esgotamento sanitário, cerca de 7,5 milhões de domicílios urbanos, ou 21,4%, não estão ligados às redes coletoras ou fossas sépticas. Em termos absolutos a região Nordeste é a menos favorecida, seguida da região Sudeste. Percentualmente o déficit se concentra nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

No que diz respeito aos resíduos sólidos, aproximadamente 2,2 milhões de residências não se encontram atendidas por serviços de coleta direta ou indireta de lixo, com um déficit de 6,3%. Apesar de o déficit não ser elevado, há que se considerar o problema da disposição final dos resíduos sanitários sólidos e líquidos, conforme padrões ambientais mi-



nimamente aceitáveis. Calcula-se que apenas 29% do lixo coletado tem destino final adequado, o que representa um dos maiores problemas ambientais urbanos do país no momento.

Ademais, a inexistência de legislação que solucione os conflitos relacionados com a titularidade na prestação dos serviços também tem causado problemas.

Para suprir tais deficiências foi criado o Ministério das Cidades por meio da Medida Provisória nº 103, em 1º de janeiro de 2003, para formular e executar uma política integrada de desenvolvimento urbano que assegure oportunidades de acesso à moradia digna, à terra urbanizada, à água potável, ao ambiente saudável e à mobilidade sustentável com segurança no trânsito, mediante articulação e parcerias com a sociedade e o poder público municipal, estadual e federal.

A construção dessa política será orientada, em âmbito federal, pelo Conselho Nacional das Cidades, a ser formado durante a Conferência Nacional das Cidades que se realizará no período de 23 a 26 de outubro de 2003.

O Ministério das Cidades tem por missão reformular e desenhar novos programas e executar ações nas áreas de Planejamento e Gestão Urbana, Habitação, Saneamento Ambiental, bem como Transporte Urbano. Neste sentido, estão sendo reiniciadas, em cerca de 700 Municípios em todos os Estados, mais de 1.600 obras de habitação, saneamento e infra-estrutura urbana.

No setor habitação deverão ser implementados programas voltados para habitação de interesse social, financiamento imobiliário, estímulo à utilização de imóveis vazios nas áreas urbanas centrais e melhoria da qualidade e produtividade do setor habitacional. Note-se, ainda, que para combater o déficit de habitação - favorecendo especialmente a população de baixa renda - estão sendo reformulados diversos programas de habitação que irão incentivar o setor da construção civil e promover a geração de empregos.

O Governo Federal criou, também, o Programa Nacional de Apoio à Regularização Fundiária Sustentável - "Cidade Legal". Coordenado pelo Ministério das Cidades, envolve a participação dos Ministérios da Justiça, do Planejamento, do Meio Ambiente e de outros parceiros no Governo Federal e na sociedade, visando assegurar aos moradores em assentamentos informais a segurança da posse da terra. O programa está sendo executado mediante convênios com prefeituras, em benefício de moradores de assentamentos populares consolidados, localizados em terras da União e incluídos em programas municipais de regularização com urbanização.

Além disso, está sendo iniciada a execução de programa destinado à contenção de

riscos em encostas urbanas visando apoiar os Municípios no diagnóstico, na prevenção, no treinamento e na elaboração de projetos para a prevenção de desastres.

Nas áreas de trânsito e transporte urbano, destacam-se a criação da Secretaria Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana, e a incorporação à estrutura do Ministério das Cidades da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre, ambas antes vinculadas ao Ministério dos Transportes, e a transferência do Departamento Nacional de Trânsito, que era integrante do Ministério da Justiça. O objetivo dessa Secretaria é a formulação e implementação, de forma integrada e coordenada, de uma nova política de mobilidade urbana, de forma sustentável, com a priorização dos transportes coletivos. Entende-se que o acesso a serviços urbanos adequados é essencial para combater a pobreza, a exclusão social e a segregação espacial. Dessa maneira, o Ministério tem como principal diretriz a mudança no padrão de circulação, acessibilidade e transporte, por meio da valorização do transporte coletivo e da melhoria das condições do transporte não-motorizado (a pé e bicicletas).

No setor saneamento os programas a serem implementados sob administração colegiada destinam-se ao saneamento ambiental urbano, gestão de resíduos sólidos, drenagem urbana, saneamento rural e combate à seca no Semi-Árido.

O Ministério das Cidades irá implementar, a partir de contrato de financiamento a ser assinado com o BID, ações para abastecimento de água e esgotamento sanitário em Municípios do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste, com população entre 15 mil e 75 mil habitantes. Outro contrato, negociado com o Banco Mundial, prevê a execução de obras e o apoio a Estados e Municípios em projetos de saneamento integrado de urbanização de favelas e outros núcleos urbanos de baixa renda, localizados em regiões metropolitanas e cidades com mais de 75 mil habitantes. Também estão sendo previstas ações para implantação de sistemas de gestão e execução de obras de saneamento integrado em Municípios com menos de 20 mil habitantes.

No âmbito das ações destinadas à gestão dos resíduos sólidos urbanos, as diretrizes se voltam para eliminar os lixões e o trabalho infantil no lixo. São consideradas também medidas de incentivo à redução, reutilização e reciclagem dos resíduos; a ampliação da cobertura e o aumento da eficiência dos serviços de limpeza pública, coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos.

Organização Agrária

Os programas e as ações direcionados para o desenvolvimento rural presentes na agenda governamental nos últimos anos objetivavam reduzir as diferenças na qualidade de vida e de acesso a bens e serviços públicos entre as áreas urbana e rural, tendo como principais estratégias o fortalecimento da agricultura familiar e o apoio aos trabalhadores rurais sem ou com pouca terra. Para induzir o desenvolvimento da agricultura familiar foi criado e implementado o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e, para atender às demandas por terra, o Programa Novo Mundo Rural.

Apesar da criação desses dois programas, a questão agrária permanece pendente de solução definitiva, como atestam os conflitos que ainda grassam no campo brasileiro. Por isso, avanços no processo de reforma agrária se impõem tanto para a extensão da cidadania aos excluídos do campo, como estratégia de suporte ao processo mais geral de desenvolvimento e consolidação democrática. O acesso à terra, condição básica da reforma agrária, não se esgota em si mesmo. Todos os instrumentos necessários à implementação de um efetivo processo de construção e reconstrução produtivas devem ser acionados, paralelamente ao conjunto de políticas públicas que visem garantir qualidade de vida e trabalho para o assentado e sua família. Assim, as principais ações a serem desenvolvidas em 2004 são as seguintes:

- 1 – dotar terras para novos assentamentos, privilegiando-se os processos de desapropriação por interesse social, arrecadação e discriminação de terras públicas;
- 2 – introduzir, na implementação dos novos projetos de assentamento, uma metodologia de trabalho que garanta a capacitação dos assentados e o acesso à modelos diferenciados de assentamento, de modo a garantir maior eficácia nos resultados;
- 3 – garantir que os mecanismos de suporte à estruturação produtiva dos assentamentos estejam disponibilizados nos momentos adequados – com tempestividade – tais como os créditos de custeio e investimento, extensão rural e assistência técnica, infra-estrutura e serviços sociais básicos;
- 4 – promover a recuperação e/ou conclusão dos projetos de assentamentos criados até 2002, em consonância com os critérios e objetivos de qualidade e sustentabilidade que nortearão as ações desta natureza de ora em diante;
- 5 – cuidar para que tanto a garantia de auto-consumo, como a produção voltada para o mercado, possam constituírem-se de forma sustentável;
- 6 – garantir a paz no campo, tanto pela mediação dos conflitos como por ações preventivas, dentre as quais a de maior efetividade será o próprio avanço do programa de reforma agrária.

No âmbito do apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar cabe destacar o Pla-

no Safra para a Agricultura Familiar 2003-2004. Esse Plano vai além de um conjunto de regras, taxas de juros e encargos financeiros, propondo novas bases para o desenvolvimento sustentável do campo. Isto representará a geração de emprego e renda em níveis adequados para milhões de pessoas, acompanhada da garantia da produção dos alimentos necessários para a segurança alimentar do povo brasileiro. Dentre suas linhas de atuação destacam-se a implementação de instrumentos de garantia de renda e apoio à comercialização, como o garantia-safra, Proagro, preço mínimo, compra pública de alimentos, estoque regulador e o cartão PRONAF, que simplificará a vida dos agricultores familiares nos seus relacionamentos com o sistema financeiro.

Cultura

As dinâmicas culturais dependem do desenvolvimento geral das atividades sócioeconômicas e estão intimamente relacionadas com os processos de desenvolvimento setorial, regional e nacional. A produção cultural brasileira ainda que plural, é concentrada, desigualmente distribuída no espaço regional e sua produção não é acessível a todos.

A formação de um sistema de produção cultural nacional que integre regiões e instituições culturais, permitindo o acesso universal aos bens culturais não se completou. Valorizar a cultura significa desenvolver mecanismos institucionais e infra-estruturais necessários para proporcionar a um maior número de pessoas o acesso a esses bens e, também, desenvolver capacidades de produção e expressão da diversidade de culturas locais.

O Governo Federal tem por desafio abrir espaços para a expressão de peculiaridades culturais nacionais - inclusive as de corte regional em sua pluralidade de expressões - de forma articulada e permeável às expressões culturais. Trata-se, pois, de não-somente resgatar os traços peculiares das diversas identidades culturais do País em formas de expressão de cunho universal, isto é, em diálogo aberto com todo o mundo mas, também, trata-se de conferir à cultura um lugar importante no processo de desenvolvimento social e econômico.

Assim, as principais diretrizes que deverão nortear o Governo a partir de 2003 estão listadas a seguir:

1. Democratização do acesso à cultura e aos seus meios de manifestação.
2. Promoção da produção e da difusão de bens e serviços culturais em todo o país e no exterior, privilegiando os setores, grupos sociais e regiões menos favorecidas.

- 
- 3 Valorização das múltiplas expressões culturais e da diversidade étnico-racial e regional.
 - 4 Defesa e promoção da integridade cultural social, econômica, política e territorial dos povos indígenas, comunidades quilombolas e populações tradicionais.
 - 5 Valorização e preservação do patrimônio cultural brasileiro.
 - 6 Utilização dos sistemas formais de educação como instrumento privilegiado de valorização da diversidade cultural brasileira.

V. RECEITA

O total das Receitas Orçamentárias previstas para o exercício de 2004 é de R\$ 1.490,5 bilhões, sendo R\$ 1.249,0 bilhões do Orçamento Fiscal, R\$ 208,7 bilhões do Orçamento da Seguridade Social e R\$ 32,8 bilhões do Orçamento de Investimento. Deste total, R\$ 860,0 bilhões são correspondentes à emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, destinados ao refinanciamento da Dívida Pública Federal, Interna e Externa Mobiliária. Esses recursos não afetam o nível global de endividamento do Governo Federal, representando somente a explicitação orçamentária da rolagem das amortizações da dívida.

Receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

As receitas federais são divididas em dois grandes grupos: as Receitas Não-Financeiras e as Financeiras. As Receitas Não-financeiras podem ser subdivididas em "Receitas Administradas pela Secretaria da Receita Federal", "Receita Líquida do INSS", "Concessões", "Dividendos", "Contribuição para o Salário Educação", "Diretamente Arrecadadas" e "Demais Receitas". Por outro lado, as Receitas Financeiras são aquelas que não constam da apuração do resultado primário, como as derivadas de aplicações no mercado financeiro ou da rolagem e emissão de títulos públicos, assim como as provenientes de privatizações.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL

Discriminação	Realizado 02		Reprog 2003		PL 2004	
	R\$ bilhões	% PB	R\$ bilhões	% PB	R\$ bilhões	% PB
I.RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	324,0	24,52	361,3	22,86	402,2	23,24
I1.Receitas Adm inistradas	223,8	16,93	245,7	15,59	274,2	15,84
I1.1. Imposto de Importação	8,0	0,60	8,8	0,56	10,0	0,58
I1.2. IPI	18,6	1,41	19,4	1,23	21,3	1,23
I1.3. Imposto de Renda	78,5	5,94	79,2	5,02	83,2	4,81
I1.4. DF	4,0	0,30	4,6	0,29	5,0	0,29
I1.5. COFINS	52,1	3,94	61,7	3,91	72,2	4,17
I1.6. PIS/PASEP	12,8	0,97	16,8	1,07	18,3	1,06
I1.7. CSLL	13,3	1,01	15,1	0,96	16,6	0,96
I1.8. CPMF	20,4	1,54	23,8	1,51	26,3	1,52
I1.9. Cont. Plano de Seg. do Servidor	4,4	0,33	4,1	0,26	6,1	0,35
I1.10. CIDE combustíveis	7,2	0,55	7,5	0,47	8,3	0,48
I1.11. Outras Adm inistradas SRF	3,2	0,24	3,2	0,20	2,9	0,17
I1.12. REFIN	1,4	0,10	1,5	0,10	3,9	0,23
I2. Anec. Líquida NSS	71,0	5,37	79,7	5,01	92,6	5,35
I3. Receitas Não Adm inistradas	29,2	2,21	35,9	2,26	35,4	2,06
I3.1. Concessões	1,8	0,14	0,5	0,03	0,4	0,02
I3.2. Dividendos	3,2	0,24	4,2	0,26	3,1	0,18
I3.4. Cota-Parte de Compensações Financeiras	7,2	0,55	12,2	0,77	12,0	0,69
I3.5. Demais Receitas	6,1	0,46	7,3	0,46	7,8	0,46
I3.6. FGTS	1,9	0,15	1,7	0,11	1,6	0,09
I3.7. Receita Própria	8,9	0,67	10,0	0,63	10,5	0,61
II.RECEITAS FINANCEIRAS	355,8	0,27	693,9	0,44	1.055,5	0,61
II1. Refinanciamento da Dívida	242,0	0,18	522,2	0,33	860,0	0,50
II2. Emissão de Títulos	30,9	0,02	102,2	0,06	106,6	0,06
II3. Operações Oficiais de Crédito	23,8	0,02	27,0	0,02	35,9	0,02
II4. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	31,9	0,02	18,7	0,01	19,8	0,01
II5. Demais	27,3	0,02	23,8	0,02	33,1	0,02
III.Receita Total (I+ II)	679,8	24,78	1.055,3	23,30	1.457,7	23,85

Na estimativa das receitas foram incluídos com fontes condicionadas os impactos decorrentes das previsões de alterações na legislação tributária, conforme previsto no art. 92, da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003. Neste sentido, foram consideradas, na estimativa de arrecadação do projeto de lei orçamentária 2004, as alterações de receita decorrentes da Proposta de Emenda à Constituição nº 40/2003 – Reforma Previdenciária, da Proposta de Emenda à Constituição nº 41/2003 – Reforma Tributária, bem como do projeto de lei que altera a legislação do Imposto de Renda. O efeito estimado na arrecadação desses dispositivos corresponde a um acréscimo da ordem de R\$ 30,2 bilhões, conforme tabela a seguir:



RECEITAS CONDICIONADAS – MPACTO NA ARRECADAÇÃO ⁽¹⁾

Discriminação	R\$ bilhões	Observações
TOTAL ⁽²⁾	30,2	
<u>PEC da Reforma Tributária</u>		
Contribuição sobre Movimentação Financeira	20,7	Receita condicionada à elevação da alíquota da contribuição de 0,08% para 0,38%. A receita condicionada refere-se à parcela de acréscimo no percentual tributado (0,30%).
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	4,4	Condicionada à criação da contribuição do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a leia e se equiparar.
<u>PEC da Reforma Previdenciária</u>		
Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	1,4	Condicionada à instituição da contribuição sobre os proventos de aposentadoria e pensões dos servidores públicos da União superiores a R\$ 1.440,00.
Contribuição Previdenciária do Regime Geral de Previdência Social	1,8	Condicionada à fixação do limite máximo para valor dos benefícios do regime geral de previdência social em R\$ 2.400,00.
<u>Projeto de Lei</u>		
Imposto de Renda – Pessoa Física	0,2	Condicionada à aprovação de alteração na alíquota incidente sobre os rendimentos dos contribuintes do Imposto de Renda – Pessoas Físicas.
Imposto de Renda Retido na Fonte – Trabalho	1,7	Condicionada à aprovação de alteração na alíquota incidente sobre os rendimentos dos contribuintes do Imposto de Renda Retido na Fonte – Trabalho.

⁽¹⁾ Receitas Condicionadas: correspondem às que as receitas cuja arrecadação depende de aprovação, por parte do Congresso Nacional, de alteração na legislação tributária e de contribuições, conforme dispõe o art. 92, § 3º, da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003.

⁽²⁾ Total: corresponde ao aumento estimado da arrecadação para o exercício de 2004, sem considerar as alterações na alocação dos recursos.

Além dos possíveis efeitos na arrecadação, a proposta de Reforma Tributária prevê desvinculação de 20% das receitas de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico. Isto possibilitará uma maior flexibilidade na alocação dos recursos.

Receitas Administradas pela Secretaria da Receita Federal - SRF

A previsão das Receitas Administradas pela Secretaria da Receita Federal para o exercício de 2004 é de R\$ 274,4 bilhões. Na projeção foram aplicados os parâmetros macroeconômicos estimados pela Secretaria de Política Econômica – Ministério da Fazenda sobre a base de arrecadação do exercício corrente. Para o presente exercício, a previsão leva em consideração os valores realizados até julho, excluídas as receitas extraordinárias e os estimados de agosto a dezembro.

Os principais parâmetros aplicados sobre a referida base de cálculo são o crescimento real da economia, a inflação e a taxa de câmbio. Além destes, outros parâmetros também

interferem na estimativa de alguns itens de receita, tais como a taxa de juros, a massa salarial nominal, entre outros. Os indicadores macroeconômicos estão entre os fatores preponderantes para a consistência da estimativa de arrecadação.

Assim, foram desenvolvidos estudos para diagnosticar e equacionar importantes diferenças observadas entre a previsão e a arrecadação das receitas. O resultado da avaliação demonstrou que a utilização do Índice Geral de Preços, Disponibilidade Interna (IGP-DI) como parâmetro de correção das receitas é inadequado. Assim, decidiu-se pela utilização de um índice de preço composto pelo IGP-DI e pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do IBGE. Este índice vem sendo usado nas projeções de receitas administradas pela SRF desde o início de 2003, as quais vêm demonstrando maior aderência à arrecadação efetiva.

Outras Receitas Não-Financeiras

Arrecadação Líquida do INSS

A previsão de Arrecadação Líquida do INSS é de R\$ 92,6 bilhões para 2004, 9,0% superior, em termos reais (INPC-IBGE), à estimada para 2003 na 3ª Avaliação Bimestral. Parte dessa receita é originária de medidas de recuperação de crédito implementadas pelo Ministério de Previdência Social – MPS, tais como programas de parcelamento de débitos, depósitos judiciais e valores referentes ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES. Para 2004, a meta de recuperação de créditos é de R\$ 3,9 bilhões. Outra parcela relevante é a decorrente da proposta de reforma previdenciária – Proposta de Emenda à Constituição nº 40/2003, que altera o atual teto de contribuição de R\$ 1.869,34 para R\$ 2.400,00, gerando um ganho de arrecadação de R\$ 1,82 bilhão, conforme dados do MPS. Tal receita está classificada como condicionada na proposta orçamentária de 2004.

Compensações Financeiras

A previsão de arrecadação das receitas de Compensações Financeiras totaliza R\$ 12,0 bilhões para 2004, valor que inclui R\$ 7,8 bilhões a serem transferidos para os Estados e Municípios. Os principais parâmetros utilizados na projeção destas receitas são a produção de petróleo e gás natural, a taxa de câmbio e o preço do barril de petróleo, variáveis que afetam diretamente os royalties e a participação especial devidos pela produção de petróleo ou gás natural.

As receitas de compensações financeiras apresentam uma participação em relação ao

PIB de 0,69%. Dentre esses recursos, cabe destacar as receitas oriundas dos royalties do petróleo e da participação especial, a quais atingem, respectivamente, os valores de R\$ 5,3 bilhões e R\$ 5,0 bilhões, representando 85% do total dessas receitas.

Discriminação	R\$ bilhões 2004
Utilização de Recursos Hídricos	0,8
Exploração de Recursos Minerais	0,4
Royalties pela Produção de Petróleo ou Gás Natural	2,7
Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo ou Gás Natural	2,5
Participação Especial	5,0
Royalties - Itaipu Binacional	0,6
(=) Receita Total de Compensações Financeiras	12,0
(-) Transferências a Estados e Municípios	7,8
(=) Receita Líquida da União	4,2

Dividendos

A receita de Dividendos atinge o montante de R\$ 3,1 bilhões, o que representa uma participação em relação ao PIB de 0,18%. Destacam-se a Petrobrás, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia, atingindo, respectivamente, os valores de R\$ 1,4, R\$ 0,6, R\$ 0,3 e R\$ 0,2 bilhão.

Discriminação	R\$ bilhões 2004
Petrobras	1,4
Caixa Econômica Federal	0,6
Banco do Brasil	0,3
BASA	0,2
Demais	0,6
Total	3,1

Contribuição para o Salário-Educação

A receita oriunda de Contribuição para o Salário-Educação, prevista para 2004, é de R\$ 4,6 bilhões, o que representa uma participação em relação ao PIB de 0,27%. O parâmetro utilizado na projeção dessa receita é a massa salarial, a qual estima-se que apresente uma variação média em relação ao ano anterior de 12,83%.

Concessões e Permissões

A previsão de arrecadação dos recursos de Concessões e Permissões totaliza R\$ 363,9 milhões para o exercício de 2004. Desse total, destaca-se cerca de R\$ 156,9 milhões, referente à receita de pagamento pela retenção de área para a exploração ou produção de petróleo ou gás natural. Cabe frisar, ainda, a previsão de ingresso de R\$ 93,3 milhões, relativos a receita de bônus de assinatura de novos contratos de concessão para atividades de exploração de petróleo ou gás natural.

Recursos próprios Não-Financeiros

A estimativa dos Recursos Próprios Não-Financeiros para o exercício de 2004, considerou o agrupamento desses, em fontes específicas, segundo sua origem, quais sejam: Recursos Próprios Não-Financeiros, Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia, Taxas por Serviços Públicos, Outras Contribuições Sociais e Outras Contribuições Econômicas.

O processo de elaboração dessas estimativas foi dividido em três etapas: i) alinhamento das séries históricas que serviriam de base de projeção, ii) estudo da consistência dos modelos de projeção e a aderência dos indicadores e iii) análise crítica das estimativas tomando como referência os seguintes balizadores: arrecadado 2002, valor de Lei e arrecadação realizada em 2003.

Para o exercício de 2004, o ingresso desses recursos está estimado em R\$ 10,5 bilhões, superando em 5,7% o valor projetado para 2003.

RECEITA PRÓPRIA

	R\$ M ilhões
Recursos Não Financeiros	
Recursos Próprios Não-F inanceiros	6.514,8
O utras C ontribuições Econôm icas	1.057,3
Taxas pel Poderde Políciã	1.824,5
Taxas porServiços Públicos	92,5
O utras C ontribuições Sociais	780
Recursos de Convênios	130,4
Doações para C om bate à Fom e	10,7
Doações de Entidades Internacionais	114,1
Doações de Pessoas ou Instituições Privadas Nacionais	13,6
TOTAL	10.537,9

Demais Receitas Não-Financeiras

A previsão de arrecadação das demais receitas primárias totaliza R\$ 3,2 bilhões para o exercício de 2004. Desse total, destacam-se a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares (R\$ 1,0 bilhão), a Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (R\$ 0,8 bilhão), as Rendas da SPU (R\$ 0,2 bilhão) e os Honorários Advocatícios (R\$ 0,2 bilhão).

Receitas Financeiras

A estimativa das Receitas Financeiras para o exercício de 2004 atinge o valor de R\$ 1.055,5 bilhões, o que equivale a 72,4% do total da receita prevista para o orçamento de 2004. Do montante estimado para as receita financeiras, R\$ 860,0 bilhões, ou 81,5%, dizem respeito ao refinanciamento da dívida pública e R\$ 106,9 bilhões, ou 10,1%, à emissão de títulos do Tesouro Nacional destinados a outras aplicações.

As demais receitas financeiras alcançam o total de R\$ 88,6 bilhões, o que significa 8,4% destas receitas. Cabe ressaltar os recursos decorrentes dos retornos das Operações de Crédito, os recursos provenientes das remunerações do saldo diário dos depósitos da União existentes no Banco Central do Brasil, os resultados positivos do Banco Central operado em seus balanços semestrais e os ingressos de operações de crédito, os quais atingem, respectivamente, R\$ 39,0 bilhões, R\$ 19,8 bilhões, R\$ 3,2 bilhões e R\$ 11,2 bilhões.

Receitas do Orçamento de Investimento

Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimento

Descrições de Fontes	R \$ milhões
Recursos Próprios	18.595
Geração Própria	18.595
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	866
Tesouro - Direto	81
Controladora	573
Outras Fontes	212
Operações de Crédito de Longo Prazo	9.211
Internas	1.492
Externas	7.719
Outros Recursos de Longo Prazo	4.137
Controladora	693
Outras estatais	3.436
Outras fontes	8
Total	32.809

Fonte: M P/D EST

A definição dos limites de investimento levou em consideração a efetiva capacidade de geração de recursos de cada empresa estatal federal, mediante a avaliação de suas propostas e a compatibilização dos seus dispêndios globais. Os programas e ações propostos têm, assim, suas fontes de recursos asseguradas, ficando afastada a possibilidade de utilização de recursos a definir ou a tomada de empréstimos de curto prazo para investimentos.

As fontes de financiamento dos investimentos, discriminadas a seguir, indicam que apenas 28,1% dos investimentos são financiados por operações de créditos.

Transferências Constitucionais e Legais

As Transferências Constitucionais e Legais por repartição de receitas constantes da Proposta Orçamentária para 2004 atingem o valor de R\$ 60,5 bilhões, registrando incremento nominal de 5,3% em relação à reprogramação para 2003. A variação ocorrida explica-se pelo aumento das receitas dos Impostos sobre a Renda, sobre Produtos Industrializados e da Contribuição para o Salário-Educação.

VI. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

A política de Recursos Humanos do atual Governo deve-se pautar pelo fortalecimento dos quadros da burocracia federal, com o respeito aos princípios do sistema de mérito, aos preceitos constitucionais e o compromisso com a regulamentação das relações de trabalho no âmbito do Setor Público. Para isso, há de se rever a situação atual de cargos e carreiras existentes na Administração Pública Federal e "alinhá-la" às suas necessidades, quanto à adequação do quantitativo de cargos existentes (análise de autorização de concursos), suas atribuições (análise dos cargos existentes) e remuneração, levando-se em consideração as restrições macroeconômicas, orçamentárias e financeiras.

Até julho de 2003, o Governo autorizou o ingresso de 18 mil novos funcionários no serviço público, entre concursos previstos em 2002 e autorizações extra para provimento de cargos efetivos em áreas em que a terceirização irregular grassava.

No âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, por exemplo, foram criados 4.400 cargos na Carreira Previdenciária, dos quais 3.800 foram providos, com o objetivo de viabilizar a continuidade das atividades do INSS e suprir a carência de pessoal nas suas áreas finalísticas, substituindo os prestadores de serviços até então terceirizados, cujos contratos tiveram seu fim determinado pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

Semelhante iniciativa foi levada a termo em relação aos Hospitais Universitários, com a autorização de provimento para 7.700 cargos, sem esquecer a criação de mais 6.275 vagas para Docentes e Técnicos nas Instituições Federais de Ensino Superior.

Para o ano de 2004, prevê-se análoga necessidade de ingresso de servidores, para continuação do processo de substituição de prestadores de serviço terceirizados e/ou contratados por projetos de cooperação internacional para desempenho de atividades em relação de subordinação, bem como criação de quadros de pessoal nas Agências Reguladoras e recomposição da força de trabalho pelas aposentadorias e falecimentos ocorridos, entre outros motivos.

Com relação aos ingressos de servidores públicos federais no ano de 2004, estima-se a necessidade de 41.080 novas contratações. Esse volume refere-se não apenas à recomposição da Força de Trabalho, mas à substituição de terceirizados, de contratados por projetos de cooperação com organismos internacionais e fundações de apoio, o reforço significativo nas áreas de Segurança Pública, Educação e Saúde, bem como iniciar a estruturação dos quadros de pessoal dos Ministérios da área de Infra-Estrutura e das Agências Reguladoras.

PROVIMENTO DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

Quantidade de Provim entos para 2004	
Auditoria e Fiscalização	2.902
Gestão e Diplomacia	2.527
Jurídica	711
Defesa, Justiça e Segurança Pública	8.232
Cultura, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia	3.353
Seguridade Social e Trabalho, Educação e Esportes	16.822
Regulação	3.100
Indústria e Comércio, Infra-estrutura, Agricultura e Reforma Agrária	3.433
Total	41.080

Para o exercício de 2004, o Orçamento prevê recursos da ordem de R\$ 84,5 bilhões para fazer face às despesas de Pessoal e Encargos Sociais da União. Este montante inclui a folha de pagamentos referente aos servidores civis e militares, ativos e inativos e aos pensionistas; a concessão da revisão geral de remuneração aos servidores civis; o pagamento de parcelas do passivo referente aos índices de 28,86% e de 3,17%, nos termos da legislação vigente, bem como o pagamento de parcelas relativas ao retroativo do ajuste de remuneração concedido aos Magistrados; a contribuição a entidades de previdência privada; as dotações destinadas ao pagamento de precatórios e sentenças judiciais; contratação de novos servidores; e reestruturações remuneratórias de cargos e carreiras.

Para iniciar os processos de recomposição e concomitante reestruturação da Força de Trabalho no Poder Executivo Federal, foram destinados recursos da ordem de R\$ 1,05 bilhão, dos quais R\$ 0,41 bilhão para provimento de cargos e empregos mediante concurso público, e R\$ 0,65 bilhão para reestruturações de cargos e carreiras.

Cabe ressaltar que os recursos reservados para essas estão alocados em ações específicas junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

No que concerne aos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público da União e Tribunal de Contas da União, estão reservados R\$ 0,25 bilhão para o provimento de cargos e funções vagos ou criados, inclusive para aqueles destinados às Varas da Justiça e Procuradorias Regionais. Esses recursos estão destacados na Reserva de Contingência e deverão ser objeto de alocação durante o processo de apreciação da Proposta Orçamentária pelo Congresso Nacional.

Adicionalmente, foram ainda destinados recursos com o objetivo de dar continuidade à implementação dos planos que reestruturaram a remuneração dos servidores do Senado

Federal, do Poder Judiciário e do Ministério Público da União. Neste caso, os montantes correspondentes foram alocados nas propostas orçamentárias dos referidos órgãos.

Em cumprimento ao art. 82 da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003 (LDO 2004), o Anexo VII da Proposta de Lei Orçamentária para 2004, contém as autorizações, no âmbito de todos os Poderes, para a concessão de vantagens, admissão de novos profissionais, criação de cargos, empregos e funções e alterações na estrutura remuneratória de cargos e carreiras. Cabe salientar que as eventuais contratações e revisões de remuneração deverão observar cumulativamente as limitações decorrentes dos quantitativos indicados e a disponibilidade de recursos prevista.

Para os fins de que trata o art. 83 da LDO 2004, no qual é autorizada, nos termos da Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001, a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público da União, das autarquias e fundações públicas federais, foram alocados em ação específica junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, recursos da ordem de R\$ 1,53 bilhão.

VII. SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS

Dentre os regimes que compõem o Sistema Previdenciário no Brasil, o Governo Federal responde pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, que atende aos trabalhadores da iniciativa privada, e pelo Regime Próprio dos Servidores Públicos da União. Para o exercício de 2004, as projeções apontam um déficit conjunto de R\$ 61,4 bilhões, ou 3,55% do Produto Interno Bruto – PIB, sendo que R\$ 31,5 bilhões referem-se ao RGPS e R\$ 29,9 bilhões ao Regime Próprio dos servidores públicos da União.

O crescimento das necessidades de financiamento dos sistemas de previdência social do país obrigou o Governo Federal a adotar medidas que, no longo prazo, possam reverter tal comportamento. No caso do Regime Geral, as mudanças procuram melhorar a forma de financiamento e também a administração do sistema. No Regime Público, as mudanças nas regras buscam a convergência para aquelas observadas no Regime Geral. As alterações visam a eliminar distorções, como aposentadorias precoces, benefícios de valores elevados e baixo nível de contribuição.

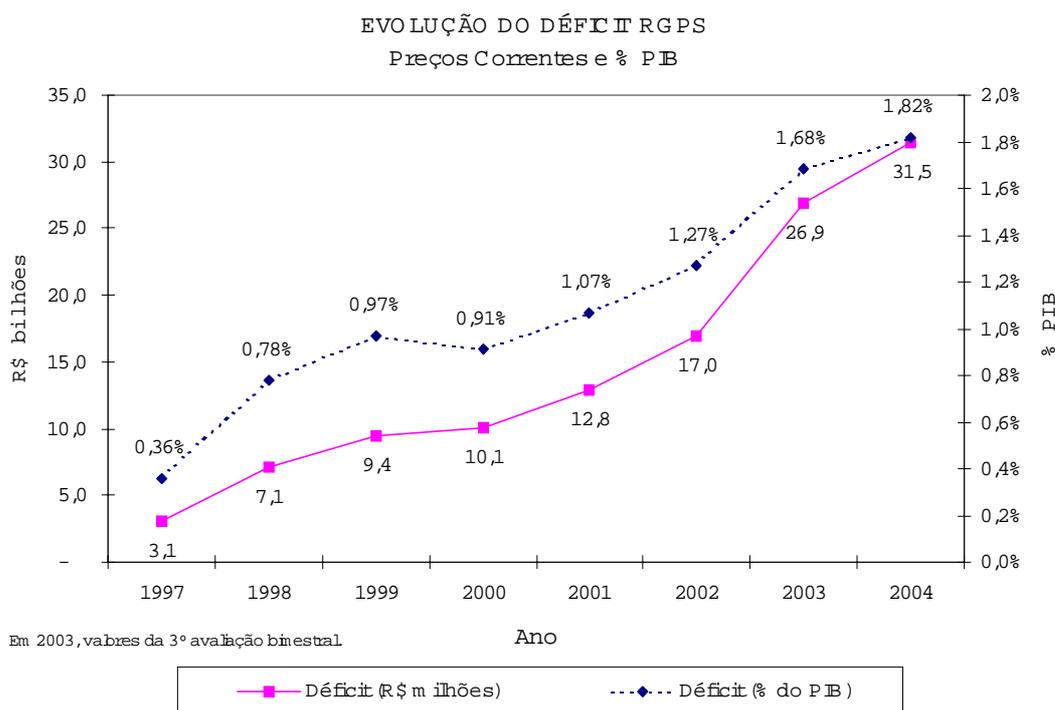
A Proposta Orçamentária para 2004 reflete a nova concepção dos sistemas previdenciários brasileiros implementada a partir de princípios de sustentabilidade atuarial e de justiça social. Com base nesses princípios, foi concebida a reforma da Previdência Social que, entre outros pontos, busca controlar a trajetória de déficit e propiciar a ampliação da

poupança interna do país.

A reforma dos sistemas previdenciários (PEC nº 40/2003) proposta do Governo Federal tem o objetivo, no longo prazo, a criação de um regime básico universal e compulsório que atenda a todos os brasileiros. Esse sistema será basicamente contributivo com valores de piso e teto bem definidos e gestão democrática. Para completar esse regime público básico também será estimulada a formação de fundos de pensão complementares para atender a demanda dos trabalhadores de faixas de renda mais elevadas.

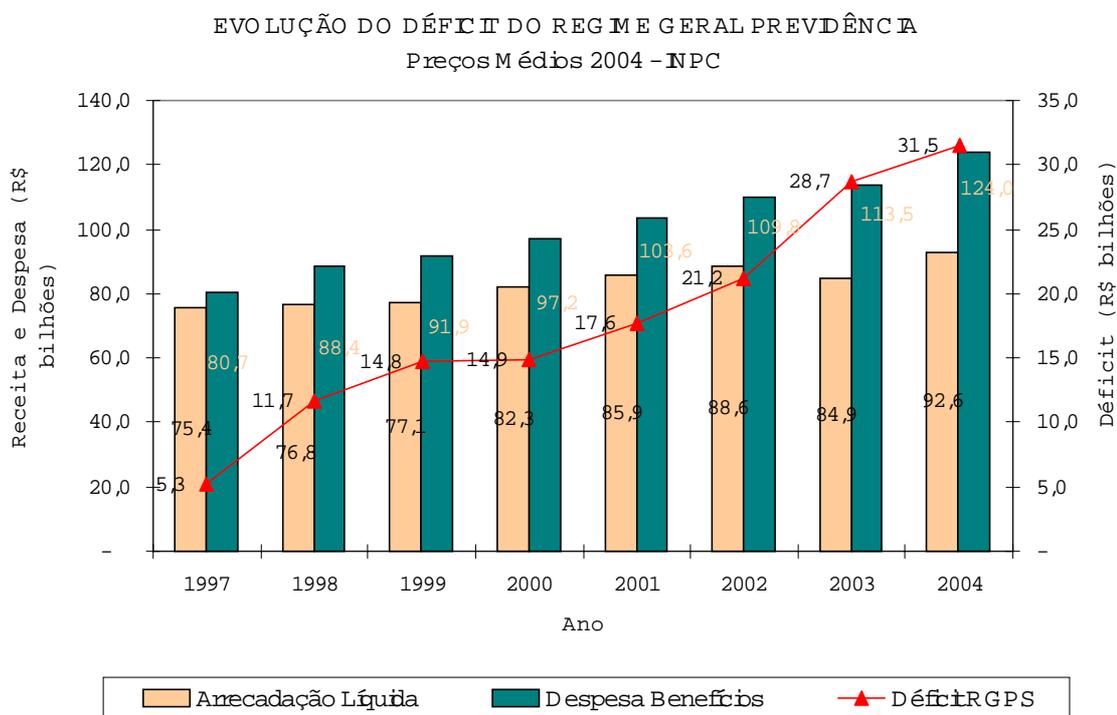
Regime de Previdência do Setor Privado

O Regime Geral de Previdência Social tem apresentado um déficit crescente nos últimos anos, como pode ser observado no gráfico a seguir. Em 2004, estima-se um déficit de R\$ 31,5 bilhões, que corresponde a 1,82% do PIB. No que diz respeito às receitas, a arrecadação líquida do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS apresenta, no período analisado, uma tendência de crescimento em termos reais. No entanto, isso não se verifica em 2003, quando há uma diminuição, de 4,18% em relação ao ano anterior. Tal fato pode ser explicado pelo cenário econômico verificado no início deste exercício, caracterizado pela retração da massa salarial. Já para 2004, com a expectativa de retomada de crescimento da massa salarial e do aumento do teto do RGPS, a projeção de expansão real da arrecadação do INSS é de 9,04% em relação a 2003, o que corresponde a uma receita total de R\$ 92,6 bilhões.



Parte da arrecadação líquida do INSS é proveniente da recuperação de créditos devidos, seja por meio de novos programas de parcelamentos de débitos ou dos valores referentes ao Fundo Nacional de Saúde - FNS, ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES e aos depósitos judiciais. A meta de recuperação definida pelo Ministério da Previdência Social - MPS, para 2004, é de R\$ 3,92 bilhões.

A proposta de reforma da Previdência - PEC nº 40/2003, produz impacto imediato na arrecadação do RGPS, visto que eleva o teto de contribuição de R\$ 1.869,34 para R\$ 2.400,00. Desse modo, o Ministério da Previdência Social - MPS estima um ganho de arrecadação de R\$ 1,82 bilhão, considerado no Projeto de Lei Orçamentária - PLO como receita condicionada. Impactos importantes também poderão ser gerados pela Reforma Tributária (PEC nº 41/2003). As mudanças no RGPS, propostas por essa reforma, visam principalmente alterar a forma de seu financiamento. Atualmente, a maior parte das receitas da previdência é arrecadada por meio de contribuições sobre a folha de salários dos trabalhadores. A nova proposta de reforma tributária procura reduzir esse tipo de contribuição, fazendo a compensação com outra que incida sobre o faturamento ou sobre o lucro das empresas.



A análise da evolução das despesas também revela uma trajetória de crescimento do montante despendido com benefícios previdenciários. Estima-se, para 2004, um gasto de R\$ 124,0 bilhões, inclusive Renda Mensal Vitalícia, o que corresponde a um crescimento real de

9,24% em relação a 2003. Vale ressaltar que o acréscimo do valor do salário-mínimo gera um impacto financeiro nas despesas da Previdência de cerca de 36% do total gasto em benefícios, apesar de 63% dos beneficiários do RGPS receberem o piso previdenciário.

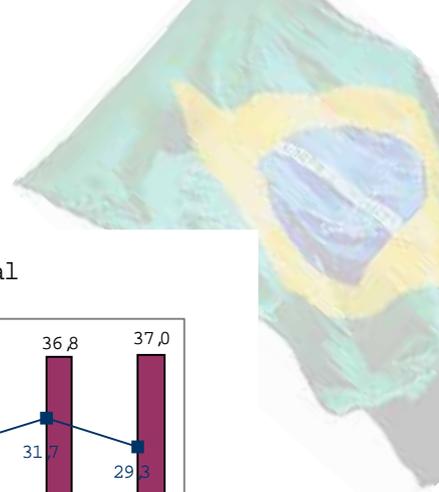
A correção dos demais benefícios do Regime Geral também sofrerá alterações em 2004, qual seja a mudança do mês de concessão de reajuste para a mesma data da correção do salário-mínimo, conforme a Lei nº 10.699, de 9 de julho de 2003. Assim, haverá antecipação em um mês do aumento desses benefícios, de junho para maio, o que também produz um impacto no total de despesas do RGPS.

A quantidade de benefícios da Previdência Social atinge atualmente 19,8 milhões, sendo 65% concedidos à clientela urbana. Para 2004, considerando um crescimento vegetativo de 3,85%, estima-se um total de 20,6 milhões de benefícios. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para cada beneficiário da Previdência Social, existem em média 2,5 pessoas que são indiretamente beneficiadas. Assim, em 2004, cerca de 72,1 milhões de pessoas serão beneficiadas direta ou indiretamente pelo RGPS. Tal informação fortalece o argumento de que o regime possui forte aspecto assistencial e distribuidor de renda.

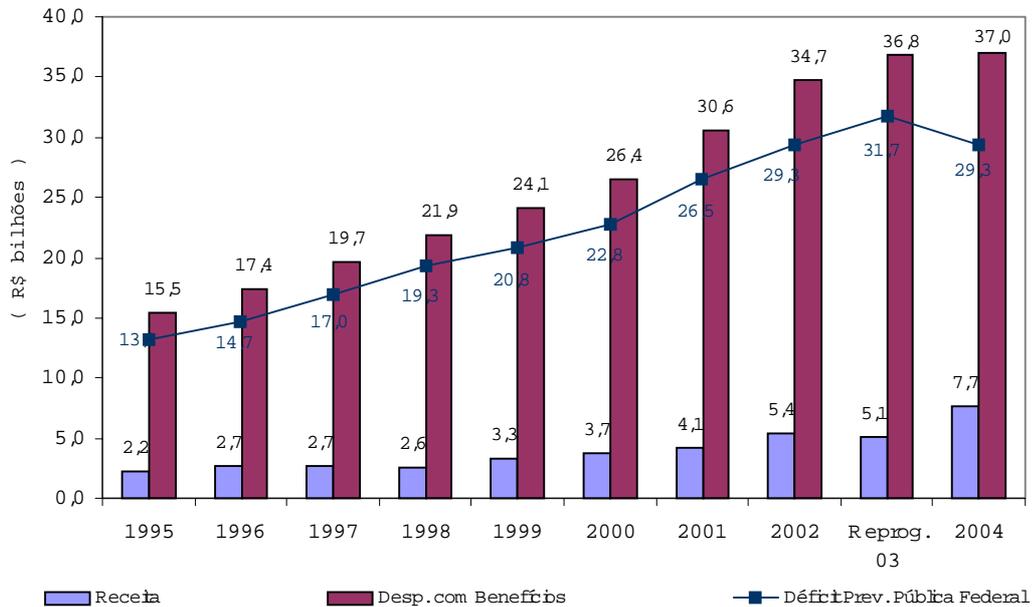
Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

A previdência pública brasileira sofreu alterações significativas em suas regras para eliminar diversas distorções na concessão de benefícios precoces e de alto valor. Estão sendo implementadas medidas necessárias para reduzir o ritmo do crescimento esperado do déficit do Regime de Previdência Pública, que neste orçamento, será de R\$ 29,9 bilhões, representando 1,73% do PIB.

Apesar do esforço para controlar o crescimento do déficit da previdência pública federal, verificou-se, até 2003, crescimento da receita de 11,7%, enquanto a despesa crescia a 11,5 %, ou seja, ganhos efetivos mínimos. Para mudar esse cenário de forma significativa foi proposta a reforma, principalmente, no sistema próprio de previdência dos servidores públicos. Os frutos do esforço do Governo para melhorar o sistema previdenciário público federal apresenta, para 2004, um aumento extra de arrecadação de 19,6% que corresponde a R\$ 1,4 bilhão, enquanto o impacto sobre as despesas será mais eficaz no longo prazo. O déficit será da ordem de R\$ 29,9 bilhões, conforme ilustrado no gráfico a seguir:



Evolução do Déficit da Previdência Pública Federal



As mudanças afetam as receitas e as despesas do Governo Federal. Do lado das receitas, as principais alterações são: cobrança de contribuição de 11% sobre a parte dos benefícios que exceder ao valor definido pela Proposta de Emenda à Constituição nº 40/2003 e eliminação das alíquotas com percentuais inferiores a 11%. Do lado das despesas as mudanças são: a criação de um teto para os valores das aposentadorias dos atuais servidores, que será no máximo igual à remuneração do Ministro do Supremo Tribunal Federal e teto do RGPS para os futuros servidores; e valor das futuras pensões limitados a um percentual do valor dos benefícios de aposentadoria.

VIII. DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

Dívida Pública Mobiliária Federal Interna de Responsabilidade do Tesouro Nacional

O estoque apurado da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna em julho de 2003 alcançou R\$ 932,5 bilhões, dos quais R\$ 631,0 bilhões em mercado e R\$ 301,4 bilhões na carteira do Banco Central. Estima-se que o estoque deverá totalizar R\$ 1.097,6 bilhões em dezembro de 2003, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Dívida Mobiliária Federal Interna	R\$ Bilhões		
	MERCADO	BACEN	TOTAL
Estoque em 31 de Julho de 2003	631,1	301,4	932,5
(+) Emissões Onerosa Pública	133,1	58,4	191,5
(+) Emissões por Cobrança Direta	4,0		4,0
(-) Pagamentos	105,4	70,5	175,9
Principal	91,7	63,8	155,5
Juros	13,7	6,7	20,4
(+) Juros Nominais	102,0	43,5	145,4
(=) Estoque em 31 de Dezembro 2003	764,8	332,8	1.097,6

O ano de 2003 tem-se caracterizado por um expressivo volume de emissões liquidadas, em linha com a política de manter reserva de recursos para garantir estratégia mais eficiente de refinanciamento da dívida pública.

Ao final do exercício de 2004, por sua vez, o estoque da dívida deverá totalizar R\$ 1.221,6 bilhões. A variação de R\$ 124 bilhões em relação a 2003 deve-se, principalmente, à apropriação de juros nominais pelo critério de competência da ordem de R\$ 162,5 bilhões, conforme evidencia o quadro a seguir:

Dívida Mobiliária Federal Interna	R\$ Bilhões		
	MERCADO	BACEN	TOTAL
Estoque em 31 de Dezembro 2003	764,8	332,8	1.097,6
(+) Emissões Onerosa Pública	551,6	327,9	879,5
(+) Emissões por Cobrança Direta	8,1	7,5	15,7
(-) Pagamentos	575,1	358,5	933,7
Principal	519,9	330,2	850,2
Juros	55,2	28,3	83,5
(+) Juros Nominais	123,3	39,2	162,5
(=) Estoque em 31 de Dezembro 2004	872,7	348,9	1.221,6



No ano de 2004 serão destinados R\$ 11,5 bilhões de recursos de fontes primárias e R\$ 43,3 bilhões decorrentes das outras fontes financeiras para abatimento da dívida mobiliária. Dessa forma, a partir de uma necessidade orçamentária total de R\$ 933,7 bilhões para fazer face às despesas com a dívida no exercício de 2004, as emissões necessárias para cobrir esse déficit serão de R\$ 878,7 bilhões.

As emissões especiais, no valor de R\$ 15,7 bilhões, no exercício fiscal de 2004, decorrerão dos seguintes fatores:

- a) emissão de títulos de curto prazo do Tesouro Nacional para cobertura do resultado negativo apresentado pelo Banco Central no segundo semestre de 2002, atualizado monetariamente, conforme estabelece o artigo 7º da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, no valor de R\$ 7,5 bilhões;
- b) emissão para o Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público na Atividade Bancária (PROES) no valor de R\$ 6 bilhões;
- c) emissão de R\$ 1,2 bilhão em NIN-I, destinadas ao pagamento de equalizações do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX); e
- d) emissão de R\$ 1 bilhão em NIN-C para securitizações diversas.

Com relação ao exercício de 2003, estima-se que as emissões financeiras em oferta pública totalizarão, no período agosto a dezembro, R\$ 191,5 bilhões. A estratégia de emissão utilizada no refinanciamento da dívida pública possui prazo médio ponderado de emissão de 12,9 meses, para as emissões realizadas em oferta pública e 5 meses para os títulos emitidos para a carteira do Banco Central.

Em 2004, projeta-se que as emissões por meio de oferta pública alcancem R\$ 879,5 bilhões, com prazo médio ponderado de 13,6 meses para as emissões em oferta pública e 7,7 meses para as emissões realizadas para o Banco Central. O aumento do prazo médio de emissão em oferta pública em relação ao segundo semestre de 2003 decorre da melhora gradual dos fundamentos macroeconômicos com o conseqüente reflexo no perfil do endividamento.

Dívidas de Responsabilidade da União

O estoque de dívida externa ao final de 2004 deverá chegar ao equivalente a R\$ 235,50 bilhões, em razão do volume esperado de captações e de financiamentos externos, cuja previ-

são é em montante superior às amortizações do período.

R\$ bilhões						
Dívida Externa	dez.00	dez.01	dez.02	jun.03	dez.03	dez.04
Contatual	55,19	55,84	56,89	56,75	54,57	48,87
Mobilária	155,95	155,04	164,13	168,39	173,93	186,63
TOTAL	211,14	210,88	221,02	225,14	228,5	235,5

(*) Para fins de comparação, todos os valores foram convertidos à taxa de R\$2,89/US\$.

No que diz respeito à atuação do Brasil no mercado financeiro internacional deverá ter continuidade a estratégia que vem sendo implementada com sucesso nos últimos anos. Referida estratégia tem por objetivos básicos, além do alongamento de prazos e redução de custos, o estabelecimento de uma curva de referência para os títulos brasileiros nos principais mercados financeiros (euro, dólar americano e iene).

Preende-se também dar continuidade ao processo de substituição da dívida externa reestruturada por papéis mais simples e convencionais, ao amparo da Resolução nº 69/1996, do Senado Federal, aproveitando-se de oportunidades que permitam alcançar os objetivos anteriormente mencionados, bem como realizar operações de recompra de títulos com resgate entre 2004 e 2006, minimizando a necessidade de rolagem neste período. Novos aportes financeiros por parte de organismos multilaterais também poderão ocorrer, objetivando consolidar as reformas estruturais implementadas e o financiamento de projetos prioritários de governo.



IX. AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO (INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS)

Aplicações em Operações de Crédito

Para 2004, as Agências Financeiras Oficiais de Fomento (Instituições Financeiras) reservaram R\$ 51,6 bilhões para aplicações em operações de crédito, no consolidado do Programa de Despesas Globais. Esse resultado representa aumento do fluxo líquido das operações de crédito para o próximo exercício, envolvendo recursos de geração própria, de terceiros e do Tesouro Nacional (Fundos Constitucionais). Ressalte-se que os recursos alocados representam apenas uma indicação, uma vez que os volumes de concessão de crédito são definidos periodicamente, de acordo com a política monetária do Governo Federal.

Não constam daquele total R\$ 12,6 bilhões referentes às transferências entre as empresas integrantes do Sistema BNDES.

As aplicações previstas pelas Agências de Fomento estão coerentes com as prioridades e metas da Administração Federal e com as disposições constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004. Respeitadas as especificidades de cada instituição, um maior volume de recursos está sendo canalizado para financiar os setores de serviços, industrial, rural, intermediação financeira, habitação e outros. Em obediência às limitações legais, são também direcionados recursos para o financiamento de projetos a cargo da União, dos Estados e dos Municípios.

Em conformidade com a Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003 (LDO - 2004), dados detalhados sobre os valores relativos à aplicação dos recursos - por agência, região, unidade da federação, setor de atividade, porte do tomador do empréstimo e fonte de recursos - serão disponibilizados no conjunto das informações complementares a serem encaminhados ao Congresso Nacional em até 15 dias após a remessa do Projeto de Lei Orçamentária.

Investimentos no Ativo Imobilizado

O conjunto das Instituições Financeiras Federais conta, na proposta do Orçamento de Investimento para o exercício de 2004, com R\$ 3,2 bilhões destinados aos gastos com aquisição e manutenção de bens do Ativo Imobilizado.

Desse montante, cerca de R\$ 1,6 bilhão está reservado aos projetos que envolvem a instalação, modernização e manutenção de agências e postos de atendimento distribuídos por todo o território nacional.

Para aplicação em infra-estrutura de apoio, os recursos previstos para o conjunto das instituições financeiras são da ordem de R\$ 1,6 bilhão.

Do total de investimentos propostos para o exercício de 2004, as instituições Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal são responsáveis por dispêndios correspondentes a 60,8% e 30,4%, respectivamente.



ANEXOS

ANEXO DA AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO

Com a finalidade de garantir a redução gradual da relação Dívida Pública/PIB, mantendo a estabilidade de preços e criando condições favoráveis ao crescimento sustentado, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2004 fixou a meta de resultado primário de 3,15% para a União. Desse total 2,45% do PIB referem-se aos orçamentos fiscal e da seguridade social e 0,70% ao orçamento de investimento das empresas estatais, o que perfaz os montantes de R\$ 42,4 bilhões e R\$ 12,2 bilhões, respectivamente.

Conforme exigido no art. 10 da LDO 2004, segue adiante a avaliação das necessidades de financiamento do governo central, discriminando os principais itens de receitas e despesas que afetam a determinação da meta de resultado primário. A Tabela a seguir já demonstra a evolução desses agregados, indicando os resultados primário e nominal do Governo Central observados na execução 2002, na Lei Orçamentária e na reprogramação de 2003, e os implícitos no Projeto de Lei Orçamentária de 2004.

Resultados Primário e Nom inaldo Governo Central

Discriminação	Realizado /2002		LeiOrçamentária 2003		Reprogramação 2003		Projeto de Lei 2004	
	R\$ bilhões	% PB	R\$ bilhões	% PB	R\$ bilhões	% PB	R\$ bilhões	% PB
I.RECEITAS PRIMÁRIAS	324,0	24,5	353,7	23,6	361,3	22,7	402,2	23,2
1.Receita Adm inistada	224,3	17,0	242,7	16,2	245,9	15,5	274,4	15,9
2.Aneec. Líquida INSS	71,0	5,4	78,6	5,2	79,7	5,0	92,6	5,3
3.Receitas Não Adm inistadas	29,2	2,2	32,4	2,2	35,9	2,3	35,4	2,0
Concessões	1,8	0,1	1,1	0,1	0,5	0,0	0,4	0,0
Dividendos	3,2	0,2	4,4	0,3	4,2	0,3	3,1	0,2
Cota-Parte de Compensações Financeiras	7,2	0,5	8,6	0,6	12,2	0,8	12,0	0,7
Receita Própria	8,9	0,7	9,8	0,7	10,0	0,6	10,5	0,6
Demais Receitas	8,1	0,6	8,5	0,6	9,0	0,6	9,4	0,5
4.Incentivos Fiscais	-0,5	0,0	0,0	0,0	-0,2	0,0	-0,3	0,0
II.TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	52,3	4,0	54,2	3,6	57,4	3,6	60,2	3,5
Despesa Orçamentária	51,9	3,9	52,7	3,5	56,1	3,5	59,4	3,4
Subsídios Fundos Regionais	0,4	0,0	1,6	0,1	1,4	0,1	1,1	0,1
Ajuste Caixa /Competência	0,0	0,0	-0,1	0,0	-0,1	0,0	-0,3	0,0
III.RECEITA LÍQUIDA (I-II)	271,7	20,6	299,5	20,0	303,9	19,1	342,0	19,8
IV.DESPESAS	240,2	18,2	265,7	17,7	265,0	16,7	299,6	17,3
1.Pessoale Encargos Sociais	73,9	5,6	76,6	5,1	78,5	4,9	83,9	4,8
Despesa Orçamentária	75,0	5,7	77,0	5,1	78,8	5,0	84,3	4,9
Ajuste Caixa /Competência	-1,2	-0,1	-0,5	0,0	-0,3	0,0	-0,4	0,0
2.Benefícios da Previdência	88,0	6,7	97,2	6,5	106,7	6,7	124,0	7,2
Despesa Orçamentária	88,3	6,7	97,8	6,5	108,5	6,8	124,9	7,2
Ajuste Caixa /Competência	-0,2	0,0	-0,6	0,0	-1,8	-0,1	-0,9	-0,1
3.Despesas Obrigatórias do Ministério da Saúde	17,1	1,3	19,0	1,3	19,0	1,2	19,5	1,1
4.Despesas Obrigatórias do Ministério da Educação	3,3	0,3	3,9	0,3	4,0	0,2	2,4	0,1
5.Outras Despesas Não Discricionárias	20,8	1,6	22,2	1,5	24,1	1,5	25,0	1,4
Despesas Orçamentárias	20,8	1,6	22,2	1,5	23,5	1,5	25,0	1,4
Ajuste Caixa /Competência	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0
6.Discricionárias Poderes Legislativo/Judiciário MPU	2,1	0,2	2,4	0,2	2,2	0,1	2,9	0,2
7.Discricionárias Poder Executivo	35,0	2,6	44,4	3,0	30,6	1,9	39,2	2,3
8.Parcela Primária da Reserva de Contingência							2,5	0,1
V.DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	0,4	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
VI.PRIMÁRIO FISCAL E SEGURIDADE (III-IV + V)	31,9	2,4	33,8	2,3	39,0	2,5	42,4	2,5
VII.JUROS NOMINAIS	-118,6	-9,0	-67,5	-4,5	-91,5	-5,7	-85,1	-4,9
VIII.NOMINAL GOVERNO FEDERAL (VI+VII)	-86,7	-6,6	-33,7	-2,2	-52,5	-3,3	-42,7	-2,5
X.PRIMÁRIO EMPRESAS ESTATAIS	11,0	0,8	8,3	0,6	11,2	0,7	12,2	0,7
X.PRIMÁRIO UNÃO (VI+ X)	42,9	3,2	42,1	2,8	50,2	3,2	54,6	3,2

De acordo com o estabelecido na alínea "b", inciso III, do art. 10 da LDO, seguem também os parâmetros econômicos atualizados, que foram utilizados para a estimativa de cada segmento. Além disso, em atendimento ao inciso IV do mesmo art. 10, cumpre ressaltar que a responsabilidade pela apuração e divulgação dos resultados fiscais, para fins de cumprimento da meta ao final do exercício, é do Banco Central do Brasil - BACEN.

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL E OS PARÂMETROS UTILIZADOS

As Necessidades de Financiamento do Setor Público referem-se a uma metodologia consagrada internacionalmente para a avaliação de políticas fiscais, consistindo da soma entre o resultado primário do Setor Público Não-Financeiro e o pagamento de juros por competência. O resultado primário de um determinado ente, por sua vez, diz respeito à diferença entre receitas e despesas primárias, em um determinado período de tempo, e pode ser apurado por dois critérios: pela variação do nível de endividamento do ente durante o período considerado, ou pela soma dos itens de receita e despesa que geram o resultado. O primeiro critério, chamado "abaixo da linha", é calculado também pelo BACEN e considerado o resultado oficial, por fornecer também o nível de endividamento final obtido com a geração do superávit/déficit primário. O segundo, denominado "acima da linha", possibilita o controle dos itens que compõe o resultado, sendo fundamental para a elaboração dos orçamentos e planejamento fiscal para um exercício financeiro.

O orçamento ora apresentado está condicionado à obtenção da meta fiscal estabelecida na LDO 2004, com todas as suas receitas e despesas com ela compatíveis. Assim, a metodologia das necessidades de financiamento pode ser desagregada na metodologia dos itens que a compõe, ou seja, nas receitas e despesas primárias.

Dessa forma, são apresentadas a seguir as metodologias das principais receitas e despesas constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2004, em valores correntes, sendo que os principais indicadores econômicos utilizados para as estimativas são os apresentados no quadro abaixo:

PARÂMETROS ECONÔMICOS 2004

PIB			Mercado de Trabalho - Var. média s/ano anterior			
R\$ milhões	Variação Real	Deflator	Massa Salarial	Nível de Emprego	PEA	Rendim. Nominal
1.730.979,5	3,50%	6,14%	12,83%	3,25%	3,50%	9,30%

Inflação - IGP/DI		Inflação - IPCA		Câmbio - Taxa Média	
Var. Média	Var. Acum.	Var. Média	Var. Acum.	Variação	R\$/US\$
7,17%	7,50%	5,79%	5,50%	6,76%	3,3717

Elaboração: MF/SPE.

Receitas, exceto Previdência Social

Para a apuração do resultado são consideradas apenas as receitas primárias, excluindo-se as provenientes de privatização.

A seguir, apresenta-se a composição de cada um dos itens que integram a receita primária:

Administradas: incluem os impostos e as principais contribuições, tanto sociais quanto de intervenção no domínio econômico, arrecadadas pela União e administradas pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda - SRF, com exceção daquelas diretamente arrecadadas pelos órgãos da administração pública. As estimativas dessas receitas são determinadas, primordialmente, pelo nível de atividade econômica e inflação.

Concessões: compõem-se de todas as permissões da União para que empresas privadas explorem determinados serviços, tais como os setores de telecomunicações, petróleo e energia elétrica. O valor programado para 2003 é calculado em função da expectativa de venda dessas permissões, conforme cronograma elaborado pelas respectivas agências reguladoras.

Dividendos: consideram-se as projeções de todos os pagamentos a serem efetuados pelas empresas estatais controladas pela União e pelas empresas em que a União tenha participação acionária, a título de remuneração do capital investido.

Cota-Parte de Compensações Financeiras: compreende as parcelas recebidas em decorrência da exploração de petróleo, xisto ou gás, de recursos minerais e hídricos, para

fins de geração de energia elétrica, incluídos os royalties devidos pela Itaipu Binacional ao Brasil. Nesse caso, variáveis como a produção e a cotação internacional do barril de petróleo, e a geração de energia, assumem papel fundamental para estimativa dessas receitas.

Receitas Próprias: englobam, além dos recursos provenientes de doações e convênios, todas as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos públicos da Administração direta ou indireta, em decorrência, principalmente, da prestação de serviços. Assim como as receitas tributárias e de contribuições, são preponderantemente influenciadas pelo crescimento do PIB e inflação.

Demais receitas: nesse grupo destacam-se o salário-educação, as pensões militares e outras taxas e contribuições vinculadas a diversos órgãos da Administração Pública Federal.

Incentivos fiscais: parcela do imposto de renda pago por pessoas jurídicas que fizeram opção pela aplicação em projetos considerados prioritários para o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste e do Estado do Espírito Santo. Atendendo ao disposto no art. 5º, parágrafo único, inciso I da LDO para 2004, segue demonstrativo dos Fundos de Investimentos:

FUNDOS DE INCENTIVOS FISCAIS - PLO 2004	
	R \$ milhões
Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR	155,0
Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM	111,4
Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES	7,0
TOTAL	273,4

Transferências Constitucionais por Repartição de Receita

Integram essa rubrica as transferências constitucionais a Estados, Municípios e Distrito Federal, por repartição de receitas da União, como é o caso dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios, do IPI Exportação, do IOF ouro, do salário-educação, das compensações financeiras e das receitas de concurso de prognósticos.

Cumpra esclarecer que a metodologia empregada para mensuração do resultado primário requer que as despesas sejam estimadas pelo regime contábil de caixa, diferentemente das constantes do orçamento, as quais são programadas por competência. Para compatibilizar esses diferentes critérios, é necessário fazer um ajuste que, no caso dos Fundos de Participação, é estimado pela diferença entre os recursos arrecadados no último decêndio do mês de

dezembro de 2003, repassados em 2004, e os de 2004, repassados em 2005. Esse ajuste está estimado em R\$ 0,3 bilhão para 2004.

Também é computado nesse item a estimativa do impacto primário dos financiamentos realizados com os recursos dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, calculada com base no custo de oportunidade da aplicação de tais recursos utilizando-se taxas de juros de mercado. Tal estimativa, que perfaz em 2004 o montante de R\$ 1,1 bilhão, é feita pela aplicação, sobre o patrimônio líquido de cada Fundo, da diferença entre a TJLP e a taxa de retorno efetiva da carteira de financiamento, e acaba por refletir o montante de subsídios que são absorvidos pelos beneficiários desses Programas, incluindo aí taxas administrativas, rebates de juros e principal e outros benefícios previstos na legislação vigente.

Despesas, exceto Benefícios Previdenciários

Do lado das despesas, para apuração dos resultados primário e nominal, leva-se em conta apenas os gastos não-financeiros ou primários, que excluem os pagamentos de amortizações da dívida pública, assim como as despesas que geram créditos da União junto a terceiros, chamadas de despesas financeiras.

Vale lembrar também que consta no Projeto de Lei Orçamentária para 2004, em todas as categorias de programação de despesa, código identificador de sua natureza primária, conforme determinado no § 4º, do art. 6º da LDO 2004.

A seguir, apresenta-se a composição de cada um dos itens de despesa primária:

Pessoal e Encargos Sociais: estão incluídos os dispêndios com pessoal civil e militar do Governo Central, incluindo ativos, inativos e pensionistas, bem como os precatórios alimentícios fixados para o período e engloba toda a despesa classificada no grupo de natureza de despesa "Pessoal e Encargos Sociais". Nesse item, cabe destacar a transferência para pagamento de pessoal do Governo do Distrito Federal, por intermédio do Fundo criado pela Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, em atendimento ao inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal. Assim como o item de Transferências Constitucionais, o valor dessa rubrica é ajustado para o regime de caixa, mediante incorporação da variação da folha de pagamentos do mês de dezembro dos exercícios financeiros de 2003 e 2004, haja vista que os valores empenhados e liquidados nesse mês (despesa orçamentária, por competência), serão pagos efetivamente apenas em janeiro do ano seguinte. A estimativa desse ajuste para 2004 é de R\$ 0,4 bilhão.

Gastos obrigatórios com o Ministério da Saúde, nos termos do disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 2000;

Outras Despesas Não-Discrecionárias: excetuadas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios, constituem os pagamentos relativos aos programas de Seguro Desemprego e Abono Salarial, Sentenças Judiciais, complementação da União ao FUNDEF, benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, indenizações relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO e outras despesas previstas no anexo de despesas obrigatórias da LDO 2004, inclusive os Subsídios e Subvenções no âmbito das Operações Oficiais de Crédito, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério das Minas e Energia.

Despesas Discrecionárias: classificam-se nessa rubrica as despesas primárias de execução não-obrigatória no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União. Para essas despesas, os Poderes possuem a discricionariedade de alocação das dotações orçamentárias de acordo com suas metas e prioridades. Atente-se que, caso seja necessária a limitação de empenho e movimentação financeira para o cumprimento da meta fiscal, essa limitação recairá sobre esse item de despesa, de acordo com o que estabelece o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, combinado com o art. 70 da LDO para 2004.

Por princípio, na elaboração orçamentária, assume-se que o fluxo de despesas discrecionárias, assim como das outras despesas obrigatórias não mencionadas, seja nulo, admitindo-se que o montante dessas despesas de exercícios anteriores a serem pagas em 2004 seja o mesmo de despesas de competência deste exercício a serem pagas em 2005.

Resultado do Regime Geral da Previdência Social

Arrecadação Líquida da Previdência: refere-se à arrecadação da Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, prevista nos incisos I e II do art. 195 da Constituição, deduzidos os valores transferidos a terceiros, principalmente aos órgãos do chamado sistema "S". Dado que se refere a contribuição incidente sobre folha salarial, tem como parâmetro mais importante para estimação o crescimento da massa salarial nominal, índice que varia em função da população economicamente ativa e do rendimento nominal médio, ambos apurados pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE.

Benefícios da Previdência: engloba todos os benefícios que compõem o Regime Geral de Previdência Social, como aposentadorias, pensões e demais auxílios devidos pelo INSS. Os parâmetros que mais influenciam a estimativa para esses gastos são o Índice Nacional de

Preços ao Consumidor – INPC do IBGE, utilizado para a correção dos benefícios com vistas à manutenção de seu poder real, e o salário mínimo, dado que constitui no valor mínimo para aqueles e cuja alteração, portanto, afeta necessariamente a despesa total com benefícios. Vale ressaltar que foi utilizado o regime contábil de caixa no texto desde expediente.

Resultado Nominal do Governo Central

Para a apuração do resultado nominal, acrescentam-se as despesas líquidas totais com os juros nominais da dívida pública ao resultado primário. Essas despesas são apuradas pelo regime de competência e, na prática, correspondem ao componente financeiro das necessidades de financiamento do Setor Público.

METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS EMPRESAS ESTATAIS

A apuração do resultado primário das empresas estatais federais, a preços correntes, não considera os dados do Programa de Dispêndios Globais – PDG das empresas Braspetro Oil Services Company – Brasoil, Fronape International Company – FIC, Petrobrás International Finance Company – PIFCo, Braspetro Oil Company – BOC, Petrobrás International Braspetro B.V. – PIBBV e Petrobrás Netherlands B.V. – PNBV, do Grupo Petrobrás, que, por atuarem exclusivamente no exterior, não afetam os agregados macroeconômicos internos. As instituições financeiras, devido à sua característica de intermediárias na movimentação e distribuição da poupança da comunidade, também não integram os agregados que impactam as contas públicas nacionais, segundo o conceito de necessidade de financiamento líquido.

O resultado fiscal das empresas estatais federais considera o impacto do orçamento da Itaipu Binacional, devido à co-responsabilidade da União na liquidação de suas dívidas contraídas quando da implantação do empreendimento, com recursos oriundos principalmente da Eletrobrás, embora seus dispêndios não sejam fixados pelos órgãos de coordenação e controle brasileiros.

Conforme o Quadro a seguir, estima-se que as empresas estatais federais deverão gerar superávit primário de R\$ 12,2 bilhões, equivalentes a 0,70% do PIB, valor compatível com o montante fixado no Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003 (LDO –2004).

EMPRESAS DO SETOR PRODUTIVO ESTATAL
PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS -PDG -Exercício de 2004
NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO -NEFIL (acima da linha)
Leinº 10.707, de 30 de julho de 2003 (LDO), art. 10, inciso VI

DISCRIMINAÇÃO	PDG -Programação	
	R\$ milhões	% do PIB
I-RECEITAS TOTAIS	185.993	10,74
-Operacionais	167.936	9,70
.Venda de Bens/serviços	162.420	9,38
.Demas Operacionais	5.516	0,32
-Financeiras	5.974	0,35
-Demais Não Operacionais	4.305	0,25
-Outras Receitas	7.697	0,44
-Transferências do Tesouro Nacional	81	0,00
II-DESPESAS TOTAIS	180.767	10,44
-Pessoais Encargos Sociais	10.092	0,58
-Encargos Financeiros	10.840	0,63
-Outros Custeios	128.028	7,40
-Materiais e Produtos	31.199	1,80
-Serviços de Terceiros	17.574	1,02
-Tributos e Encargos Parafiscais	52.423	3,03
-Demas Custeios	26.832	1,55
-Investimentos	22.150	1,28
-Outros Dispêndios de Capital	9.657	0,56
III-AJUSTE CRITÉRIO COMPETÊNCIA/CAIXA	1.588	0,09
-Variação de Contas a Pagar (vencendo)	3.058	0,18
-Variação de Contas a Receber (vencendo)	951	0,05
-Variação Receitas/Despesas Financeiras	(519)	(0,03)
IV -RESULTADO NOMINAL (I- II+ III)	6.814	0,39
V -Correção Monetária/Juros Líquidos (Despesa -Receita)	5.385	0,31
VI-RESULTADO PRIMÁRIO (IV + V)	12.199	0,70

OBS.: Valores positivos = superávit

Para o cálculo do resultado das empresas estatais, sob a ótica de regime de caixa, são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas, excluindo-se aquelas provenientes de privatização, por se tratarem de receitas patrimoniais, não usuais. Por outro lado, são abatidas todas as despesas correntes e de capital, inclusive dispêndios com investimentos e exclusive as amortizações de operações de crédito e os empréstimos concedidos pelas empresas. Para a apuração do resultado primário, são também excluídas as receitas e despesas financeiras.

Considerando que as receitas e despesas constantes do Programa de Dispêndios Globais - PDG das estatais estão expressas segundo o regime de competência, para a obtenção do resultado primário utiliza-se a rubrica "Ajuste Critério Competência/Caixa", no qual são identificadas as variações das rubricas "Contas a Receber", "Contas a Pagar" e "receitas/despesas financeiras".

A obtenção do superávit primário das estatais está pautada, principalmente, na receita oriunda da venda de bens e serviços. Do total dessas receitas, estimadas para 2004 em R\$

162,4 bilhões, o Grupo Petrobrás é responsável por 73,4% (R\$ 119,1 bilhões), seguido pelo Grupo Eletrobrás com 13,6% (R\$ 22,1 bilhões).

As demais receitas não-operacionais decorrem, basicamente, de transferências de bens patrimoniais para outras empresas, fora do programa de desestatização, da alienação de valores mobiliários, de aluguéis e outras. Nessa rubrica está incluída a estimativa de ingresso de recursos para a Petrobrás holding, decorrente da conclusão de negócios relacionados a Projects Finances. As outras receitas referem-se aos ingressos de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos.

Os gastos estimados com "Pessoal e Encargos Sociais" estão compatíveis com os valores previstos para o corrente ano e com os planos de cargos e salários de cada empresa.

A rubrica "Materiais e Produtos" indica a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, compra de energia, material de consumo e outros. Do total previsto nessa rubrica para 2004, de R\$ 31,2 bilhões, o Grupo Petrobrás é responsável por R\$ 18,5 bilhões (59,2%), que se destinam, principalmente, à aquisição de petróleo e derivados no mercado externo. O Grupo Eletrobrás, por sua vez, deverá gastar cerca de R\$ 12,0 bilhões, em virtude, principalmente, da aquisição da energia elétrica produzida por Itaipu Binacional e por produtores independentes.

Os dispêndios com "Serviços de Terceiros" resultam da contratação de serviços técnicos, administrativos e operacionais e dos dispêndios indiretos com pessoal próprio. O Grupo Petrobrás despenderá cerca de R\$ 11,3 bilhões, que representam aproximadamente 64,1% do total estimado de gastos - R\$ 17,6 bilhões. A maior parte desses dispêndios está vinculada à manutenção de equipamentos, especialmente de exploração e produção de petróleo nas plataformas marítimas.

Do total previsto para "Tributos e Encargos Parafiscais", R\$ 52,4 bilhões, cerca de 89,6% (R\$ 47,0 bilhões) são de responsabilidade do Grupo Petrobrás, em função da previsão de recolhimento de tributos incidentes sobre a venda de combustíveis e outras receitas operacionais, bem como sobre rendimentos financeiros.

Nos "Demais Custeios", destaca-se o pagamento de "royalties" pelos Grupos Petrobrás e Eletrobrás, nos valores de R\$ 9,3 bilhões e de R\$ 338,5 milhões, respectivamente, e de aluguéis de plataformas e outras instalações.

O valor dos investimentos, no montante de R\$ 22,1 bilhões, difere do total consignado no Orçamento de Investimento, uma vez que, conforme já mencionado anteriormente, segundo o conceito de Necessidade de Financiamento Líquido (acima da linha), não são considerados os dispêndios das empresas Brasoil, PIFCo, FIC, BOC, PIBBV e PNBV, do

Grupo Petrobrás, bem como das instituições financeiras.

Na rubrica "Outros Dispendios de Capital" estão incluídas previsões para pagamento de dividendos pelas empresas estatais do setor produtivo (R\$ 4,9 bilhões), inversões financeiras em outras empresas (R\$ 785,4 milhões) e operações de Projects Finances da Petrobrás (R\$ 3,6 bilhões).

**Demonstrativo das Metas e Prioridades Incluídas na Proposta Orçamentária
em Cumprimento ao § 2º do art. 2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003**

<i>Órgão / Programa / Ação</i>	<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta</i>
Justiça do Trabalho			
Erradicação do Trabalho Escravo - (0107)			
Implantação de Vara do Trabalho Itinerante - (103Q)	Vara do Trabalho Itinerante instalada	unidade	1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Abastecimento Agroalimentar - (0352)			
Organização dos Micro e Pequenos Varejistas - (4710)	Unidade de varejo atendida	unidade	10
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas - (0356)			
Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal - (2132)	Análise realizada	unidade	3.000.000
Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal - (213)	Análise realizada	unidade	6.000.000
Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal - (2145)	Estabelecimento inspecionado	unidade	4.000
Certificação da Origem e da Movimentação de Insumos e Produtos Agropecuários - Rastreabilidade - (2487)	Certificado emitido	unidade	7.920.000
Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados - (4745)	Fiscalização realizada	unidade	100
Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários - (0357)			
Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos - (2134)	Partida inspecionada	unidade	1.800
Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos - (2139)	Partida inspecionada	unidade	200.000
Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos - (2180)	Partida inspecionada	unidade	1.800
Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos - (2181)	Partida inspecionada	unidade	2.000
Minimização de Riscos no Agronegócio - (0365)			
Zoneamento Agrícola - (5920)	Zoneamento realizado	unidade	64
Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social - (1161)			
Pesquisa e Desenvolvimento para Diferenciação e Agregação de Valor à Produção Extrativista, Agropecuária e Agroindustrial de Pequena Escala - (4682)	Pesquisa desenvolvida	unidade	5
Pesquisa e Desenvolvimento em Sistemas Integrados de Produção Aplicáveis a Processos Produtivos em Pequena Escala - (4684)	Pesquisa desenvolvida	unidade	5
Pesquisa e Desenvolvimento para a Sustentabilidade de Comunidades - (4686)	Pesquisa desenvolvida	unidade	5

**Demonstrativo das Metas e Prioridades Incluídas na Proposta Orçamentária
em Cumprimento ao § 2º do art. 2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003**

<i>Órgão / Programa / Ação</i>	<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta</i>
Ministério da Assistência Social			
Erradicação do Trabalho Infantil - (0068)			
Atendimento à Criança e ao Adolescente em Jornada Ampliada (2060)	Criança/adolescente atendido	unidade	399.070
Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude - (0070)			
Serviços de Proteção Socioassistencial à Infância e à Adolescência - (2556)	Criança/adolescente atendido	unidade	1.655.566
Serviços de Proteção Socioassistencial à Juventude - (2558)	Jovem atendido	unidade	24.200
Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento a Crianças e Adolescentes - (7972)	Pessoa atendida	unidade	400
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - (0073)			
Serviços de Proteção Socioassistencial às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual (2383)	Pessoa atendida	unidade	28.530
Atendimento Integral à Família - (1093)			
Capacitação de Técnicos e Gestores para Implementação do Atendimento Integral à Família - (4916)	Pessoa capacitada	unidade	4.680
Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial - (1152)			
Concessão de Bolsas de Estudo no Combate à Discriminação - (0738)	Bolsa concedida	unidade	5
Transferência de Renda com Condiionalidades - (1335)			
Transferência de Renda diretamente às Famílias Remanescente de Outros Auxílios Similares - (003V)	Família atendida	milhar	839
Ministério da Ciência e Tecnologia			
Inovação e Competitividade - (0463)			
Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (CT-Verde Amarelo) - (2113)	Pesquisa realizada	unidade	313
Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Mineral (CT- Mineral) - (2119)	Pesquisa realizada	unidade	10
Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Energia Elétrica (CT-Energ) - (2189)	Pesquisa realizada	unidade	154
Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transportes Terrestres e Hidroviários (CT-Transporte) - (2191)	Pesquisa realizada	unidade	3
Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Saúde (CT-Saúde) - (2997)	Pesquisa realizada	unidade	31
Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor do Agronegócio (CT-Agronegócio) - (4043)	Pesquisa realizada	unidade	53

**Demonstrativo das Metas e Prioridades Incluídas na Proposta Orçamentária
em Cumprimento ao § 2º do art. 2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003**

<i>Órgão / Programa / Ação</i>	<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta</i>
Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Aeronáutico (CT-Aeronáutico) - (4053)	Pesquisa realizada	unidade	23
Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro) - (4156)	Pesquisa realizada	unidade	98
Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa na Região Amazônica - (4949)	Pesquisa realizada	unidade	30
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Conversão de Energia - (4954)	Pesquisa realizada	unidade	12
Fomento a Projetos de Incubação, Extensão e Transferência de Tecnologias - (6434)	Projeto apoiado	unidade	20
Sociedade da Informação - (0465)			
Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor de Tecnologia da Informação (CT Info) - (2199)	Profissional capacitado	unidade	342
Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - (4172)	Ponto de rede mantido	unidade	27
Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - OS - (4655)	Rede mantida	unidade	6
Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - (0471)			
Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional - (0752)	Projeto apoiado	unidade	10
Fomento ao Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas da Dinâmica de Inovação e Desenvolvimento Regional - (6256)	Projeto apoiado	unidade	3
Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer - (0503)			
Monitoramento de Queimadas e Prevenção de Incêndios Florestais - (2063)	Mapa de risco de fogo gerado	unidade	365
Ministério da Cultura			
Monumenta - (0813)			
Capacitação de Técnicos na Área do Patrimônio Histórico Urbano - (5017)	Pessoa capacitada	unidade	800
Educação Patrimonial na Área do Monumenta - (5021)	Pessoa conscientizada	unidade	388.000
Preservação do Patrimônio Histórico Urbano - (5538)	Conjunto histórico preservado	unidade	26
Cultura, Identidade e Cidadania - (1141)			
Fomento a Projetos de Produção e Difusão Cultural em Áreas habitadas por Populações em Situação de Vulnerabilidade Social - (2936)	Projeto apoiado	unidade	102

**Demonstrativo das Metas e Prioridades Incluídas na Proposta Orçamentária
em Cumprimento ao § 2º do art. 2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003**

<i>Órgão / Programa / Ação</i>	<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta</i>
Capacitação de Artistas, Técnicos e Produtores em Arte e Cultura em Áreas habitadas por Populações em Situação de Vulnerabilidade Social - (2948)	Profissional capacitado	unidade	1.380
Instalação e Modernização de Espaços Culturais em Áreas habitadas por Populações em Situação de Vulnerabilidade Social - (5104)	Espaço cultural instalado	unidade	13
<i>Ministério da Defesa</i>			
Calha Norte - (0643)			
Implantação da Infra-estrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região da Calha Norte - (1211)	Obra executada	unidade	74
Implantação de Unidades Militares na Região da Calha Norte - (1213)	Unidade implantada	unidade	9
Conservação de Rodovias na Região da Calha Norte - (2442)	Rodovia conservada	km	300
Apoio às Comunidades da Região da Calha Norte - (2444)	Comunidade atendida	unidade	30
<i>Ministério da Educação</i>			
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - (0073)			
Apoio Educacional a Crianças e Adolescentes em Situação de Discriminação e Vulnerabilidade Social - (001S)	Família beneficiada	unidade	2.000
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas - (0150)			
Apoio ao Ensino Fundamental Escolar Indígena - (0948)	Aluno beneficiado	unidade	32.500
Sociedade da Informação - (0465)			
Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - (4172)	Ponto de rede mantido	unidade	27
Brasil Alfabetizado - (1060)			
Apoio à Distribuição de Material Didático para Alfabetização - (0929)	Material didático distribuído	unidade	105.688
Apoio à Distribuição de Merenda Escolar aos Alfabetizandos Jovens e Adultos - (0931)	Aluno beneficiado	unidade	20.186
Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos - (6299)	Alfabetizador capacitado	unidade	75.000
Serviço de Bibliotecas Itinerantes - (6300)	Livro ofertado	unidade	40.000
Fornecimento de Óculos para Alunos Portadores de Deficiência Visual - (7756)	Aluno beneficiado	unidade	400.000
Brasil Escolarizado - (1061)			
Apoio à Educação Profissional com Elevação de Escolaridade - (0932)	Educando atendido	unidade	2.500

**Demonstrativo das Metas e Prioridades Incluídas na Proposta Orçamentária
em Cumprimento ao § 2º do art. 2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003**

<i>Órgão / Programa / Ação</i>	<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta</i>
Apoio à Educação Fundamental no Campo - (0946)	Aluno beneficiado	unidade	217.886
Expansão e Melhoria da Rede Escolar (PROMED) - (3682)	Escola atendida	unidade	5.400
Distribuição de Livros Didáticos para o Ensino Fundamental - (4046)	Exemplar distribuído	milhar	110.635
Distribuição de Material Didático para a Educação Especial - (6113)	Aluno beneficiado	unidade	20.000
Disseminação do Conhecimento sobre Educação Especial - (6131)	Estudo disseminado	unidade	37
Distribuição de Material Especializado e de Livros e Textos no Sistema Braille - (6135)	Exemplar distribuído	unidade	69
Resgate da Cidadania da Criança e do Adolescente em Situação de Risco - (6298)	Criança/adolescente integrado	unidade	3.770
Distribuição de Livros Didáticos para o Ensino Médio - (6322)	Exemplar distribuído	milhar	1.000
Distribuição de Uniformes Escolares para Alunos do Ensino Fundamental - (6325)	Aluno beneficiado	unidade	500.000
Democratizando o Acesso à Educação Profissional, Tecnológica e Universitária - (1062)			
Apoio às Instituições de Educação Profissional do Campo - (093)	Instituição apoiada	unidade	50
Apoio à Implantação de Educação Profissional de Nível Básico em Escolas Agrícolas - (0957)	Escola atendida	unidade	40
Implementação da Expansão da Educação Profissional (PROEP) - (3685)	Programa implantado	% de execução física	8
Implantação de Centros Escolares de Educação Profissional (PROEP) - (7109)	Centro implantado	unidade	40
Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação - (1072)			
Apoio à Capacitação de Professores do Ensino Médio - (0914)	Professor atendido	unidade	10.739
Apoio à Capacitação de Professores do Ensino Fundamental - (0966)	Professor capacitado	unidade	22.000
Apoio à Capacitação de Recursos Humanos no Ensino Médio (PROMED) - (0968)	Profissional capacitado	unidade	1.250
Apoio à Capacitação de Professores de Jovens e Adultos - (097)	Professor capacitado	unidade	9.715
Apoio à Capacitação de Professores da Educação Infantil - (097)	Professor capacitado	unidade	17.950
Apoio à Capacitação de Educadores para a Promoção de uma Cultura de Paz nas Escolas de Ensino Fundamental - (0976)	Profissional capacitado	unidade	3.076
Apoio à Capacitação de Professores e Profissionais para Educação Especial - (0977)	Profissional capacitado	unidade	30.000

**Demonstrativo das Metas e Prioridades Incluídas na Proposta Orçamentária
em Cumprimento ao § 2º do art. 2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003**

<i>Órgão / Programa / Ação</i>	<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta</i>
Capacitação dos Profissionais da Educação Profissional (PROEP) - (3676)	Profissional capacitado	unidade	1.400
Capacitação de Profissionais para a Área da Surdez - (6319)	Profissional capacitado	unidade	65.000
Capacitação de Docentes da Educação Profissional - (6358)	Docente capacitado	unidade	2.624
Capacitação de Recursos Humanos para o Uso de Tecnologias na Educação Pública - (6369)	Profissional capacitado	unidade	6.000
Capacitação de Recursos Humanos para a Educação a Distância e para o Programa TV Escola - (6377)	Profissional capacitado	unidade	30.000
Universidade do Século XXI - (1073)			
Fomento à Pós-Graduação - (0485)	Projeto apoiado	unidade	1.780
Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária - (4004)	Pessoa beneficiada	unidade	9.896.476
Assistência Hospitalar e Ambulatorial à População - (4086)	Pessoa atendida	unidade	3.086.599
Universidade Aberta e a Distância - (6328)	Aluno matriculado	unidade	49.879
Transferência de Renda com Condicionais - (1335)			
Transferência Variável de Renda diretamente a Famílias com Crianças de 7 a 15 Anos - (003U)	Família atendida	milhar	6.021
Ministério da Integração Nacional			
Agricultura Familiar - PRONAF - (0351)			
Capacitação de Produtores Familiares nos Perímetros Públicos de Irrigação - (6276)	Produtor familiar capacitado	unidade	3.000
Desenvolvimento da Agricultura Irrigada - (0379)			
Implantação do Perímetro de Irrigação Três Barras com 1.456 ha no Estado de Goiás - (1608)	Projeto executado	% de execução física	5
Implantação do Perímetro de Irrigação Jacaré-Curitiba com 3.150 ha no Estado de Sergipe - (1622)	Projeto executado	% de execução física	8
Implantação do Perímetro de Irrigação Canal do Sertão Alagoan com 40.000 ha no Estado de Alagoas - (1654)	Projeto executado	% de execução física	5
Implantação do Perímetro de Irrigação São João com 3.582 ha no Estado do Tocantins - (1670)	Projeto executado	% de execução física	20
Implantação do Perímetro de Irrigação Marituba com 3.136 ha no Estado de Alagoas - (1686)	Projeto executado	% de execução física	90
Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre com 31.305 ha no Estado da Bahia - (1692)	Projeto executado	% de execução física	15
Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú - 1ª Etapa - com 8.816 ha no Estado do Ceará - (1736)	Projeto executado	% de execução física	4

**Demonstrativo das Metas e Prioridades Incluídas na Proposta Orçamentária
em Cumprimento ao § 2º do art. 2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003**

<i>Órgão / Programa / Ação</i>	<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta</i>
Implantação do Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodi com 5.393 ha no Estado do Ceará - (1744)	Projeto executado	% de execução física	3
Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas - 1ª Etapa - com 10.700 ha no Estado do Ceará - (1746)	Projeto executado	% de execução física	3
Implantação do Perímetro de Irrigação Araras Norte com 3.225 ha no Estado do Ceará - (1750)	Projeto executado	% de execução física	10
Implantação do Perímetro de Irrigação Luiz Alves do Araguaia com 10.790 ha no Estado de Goiás - (3770)	Projeto executado	% de execução física	8
Implantação do Perímetro de Irrigação Várzeas de Sousa com 5.100 ha no Estado da Paraíba - (5246)	Projeto executado	% de execução física	8
Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal com 7.862 ha no Estado de Pernambuco - (5260)	Projeto executado	% de execução física	10
Implantação do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe com 13.639 ha no Estado do Piauí - (5262)	Projeto executado	% de execução física	4
Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos com 8.007 ha no Estado do Piauí - (5266)	Projeto executado	% de execução física	1
Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo de Irecê com 59.3 ha no Estado da Bahia - (5314)	Projeto executado	% de execução física	20
Implantação do Perímetro de Irrigação Jaíba – 1ª Etapa - com 4.678 ha no Estado de Minas Gerais - (5320)	Projeto executado	% de execução física	15
Implantação do Perímetro de Irrigação Jaíba – 3ª Etapa - com 12.000 ha no Estado de Minas Gerais - (5322)	Projeto executado	% de execução física	5
Implantação do Perímetro de Irrigação Propertins com 20.000 ha no Estado do Tocantins - (5932)	Projeto executado	% de execução física	15
Proágua Infra-estrutura - (0515)			
Construção da Barragem do Poço do Marruá no Estado do Piauí (1604)	Obra executada	% de execução física	25
Estudo de Infra-estrutura Hídrica do Empreendimento Canal de Xingó no Estado de Sergipe - (3536)	Estudo realizado	% de execução física	3
Construção do Complexo Castanhão no Estado do Ceará - (360)	Obra executada	% de execução física	80
Construção da Adutora Jucazinho com 243 km de extensão no Estado de Pernambuco - (3647)	Obra executada	% de execução física	95
Construção da Barragem Berizal no Estado de Minas Gerais - (3715)	Obra executada	% de execução física	44
Construção da Adutora São Bento com 13 km no Estado de Santa Catarina - (5143)	Obra executada	% de execução física	53
Construção da Barragem Jequitai no Estado de Minas Gerais - (5308)	Obra executada	% de execução física	15

**Demonstrativo das Metas e Prioridades Incluídas na Proposta Orçamentária
em Cumprimento ao § 2º do art. 2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003**

<i>Órgão / Programa / Ação</i>	<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta</i>
Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO - (1025)			
Apoio a Arranjos Produtivos Locais - (0682)	Arranjo produtivo local viabilizado	unidade	100
Implantação de Sistemas Sanitário e de Abastecimento de Água em Escola Pública - (104E)	Escola atendida	unidade	309
Fortalecimento do Associativismo e do Cooperativismo - (4642)	Associação/cooperativa apoiada	unidade	14
Implantação de Sistemas Sanitário e de Abastecimento de Água em Escola Pública - (5294)	Escola atendida	unidade	426
Estruturação e Organização de Arranjos Produtivos Locais - (6424)	Arranjo produtivo local viabilizado	unidade	23
Integração de Bacias Hidrográficas - (1036)			
Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte) - (5900)	Projeto executado	% de execução física	1
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER - (1047)			
Dessalinização de Água - Projeto Água Boa - (1852)	Poço dessalinizado	unidade	15
Implantação do Canal do Sertão Pernambucano no Estado de Pernambuco - (5336)	Canal implantado	% de execução física	10
Implantação de Sistema Integrado de Abastecimento de Água d Santana com Sistema Adutor de 145 km no Estado da Bahia (Proágua Semi-Árido) - (5658)	Obra executada	% de execução física	60
Implantação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água de Pequenas Localidades de Acordo com o Padrão Centr no Estado da Bahia (Proágua Semi-Árido) - (5666)	Obra executada	% de execução física	28
Ampliação do Abastecimento de Água do Subsistema da Aduto do Feijão - 3ª Etapa - com 232 km no Estado da Bahia (Proágua Semi-Árido) - (5676)	Obra executada	% de execução física	50
Implantação de Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto er Diamantina no Estado de Minas Gerais (Proágua Semi-Árido) - (5782)	Obra executada	% de execução física	95
Implantação da Adutora de Lavras da Mangabeira com 28 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido) - (5804)	Obra executada	% de execução física	1
Implantação do Sistema Adutor de Serra do Félix-Boqueirão do Cesário com 20 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido) - (5812)	Obra executada	% de execução física	70
Implantação de Sistema de Abastecimento de Água em Araçuai no Estado de Minas Gerais (Proágua Semi-Árido) - (5814)	Obra executada	% de execução física	45
Sistema Adutor do Congo com 163 km no Estado da Paraíba (Proágua Semi-Árido) - (5816)	Obra executada	% de execução física	19

**Demonstrativo das Metas e Prioridades Incluídas na Proposta Orçamentária
em Cumprimento ao § 2º do art. 2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003**

<i>Órgão / Programa / Ação</i>	<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta</i>
Implantação do Sistema Adutor de Pires Ferreira com 18 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido) - (5818)	Obra executada	% de execução física	1
Recuperação do Sifão de Umburanas no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido) - (5824)	Obra executada	% de execução física	4
Implantação do Sistema Adutor de Catunda com 2 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido) - (5828)	Obra executada	% de execução física	1
Implantação do Sistema Adutor do Garrincho com 184 km no Estado do Piauí (Proágua Semi-Árido) - (5830)	Obra executada	% de execução física	70
Construção da Barragem Arneiróz II no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido) - (5854)	Obra executada	% de execução física	10
Sistema Adutor Serra de Santana - 2ª Etapa - com 205 km no Estado do Rio Grande do Norte (Proágua Semi-Árido) - (5878)	Obra executada	% de execução física	46
Implantação do Sistema Adutor de Catarina com 20 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido) - (5890)	Obra executada	% de execução física	1
Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Planalto e Bar do Choça com Adutora de 21 km no Estado da Bahia (Proágua Semi-Árido) - (5892)	Obra executada	% de execução física	95
Sistema Integrado Adutora do Piauitinga no Estado de Sergipe (Proágua Semi-Árido) - (5894)	Obra executada	% de execução física	10
Sistema Integrado Adutora do Agreste no Estado de Sergipe (Proágua Semi-Árido) - (5898)	Obra executada	% de execução física	7
Aqüicultura e Pesca do Brasil - (1224)			
Desenvolvimento da Maricultura no Nordeste - (4518)	Tecnologia desenvolvida	% de execução física	25
Desenvolvimento de Tecnologias de Processamento de Pescado - (5282)	Tecnologia desenvolvida	unidade	4
Primeiro Emprego - (1329)			
Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã) - (4786)	Jovem capacitado	unidade	880
Ministério da Justiça			
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas - (0150)			
Comunidade Escolar nas Aldeias - (2713)	Indígena matriculado	unidade	500
Assistência a Estudantes Indígenas fora de suas Aldeias - (6059)	Estudante assistido	unidade	2.000
Modernização do Sistema Penitenciário Nacional - (0661)			
Aparelhamento e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais (1701)	Unidade aparelhada/reaparelhada	unidade	150
Construção, Ampliação e Reforma de Estabelecimentos Penais (1844)	Vaga disponibilizada	unidade	15.400

**Demonstrativo das Metas e Prioridades Incluídas na Proposta Orçamentária
em Cumprimento ao § 2º do art. 2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003**

<i>Órgão / Programa / Ação</i>	<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta</i>
Formação Educacional e Profissional dos Apenados, Internados e Egressos do Sistema Penitenciário Nacional - (2314)	Pessoa beneficiada	unidade	18.000
Serviço Penitenciário Federal - (2316)	Preso mantido	unidade	600
Fomento a Serviços de Acompanhamento da Execução de Penas e de Medidas Alternativas - (2730)	Serviço implantado	unidade	20
Integração dos Sistemas de Informações Penitenciárias em Banco Nacional - (3908)	Banco de dados integrado	unidade	27
Combate à Criminalidade - (0662)			
Reaparelhamento das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico-Científico (Promotec/Pró-Amazônia) - (1899)	Unidade reaparelhada	unidade	106
Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional - (2586)	Passaporte emitido	unidade	1.166.667
Capacitação e Especialização de Recursos Humanos da Polícia Federal para o Combate à Criminalidade - (2662)	Servidor capacitado	unidade	1.293
Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos - (2679)	Fiscalização realizada	unidade	7.000
Combate ao Crime Organizado e ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas - (2680)	Operação realizada	unidade	150
Integração dos Sistemas da Polícia Federal com os Sistemas de Proteção e Vigilância da Amazônia - SIPAM/SIVAM (Promotec/Pró-Amazônia) - (3832)	Sistema integrado	% de execução física	3
Serviço de Proteção ao Depoente Especial - (4679)	Pessoa protegida	unidade	75
Fiscalização do Tráfego Internacional nos Portos, Aeroportos e Fronteiras - (4681)	Pessoa fiscalizada	unidade	500.000
Reforma e Modernização da Academia Nacional de Polícia - (7803)	Unidade reformada	% de execução física	2
Assistência Jurídica Integral e Gratuita - (0699)			
Instalação de Serviços da Defensoria Pública da União - (1783)	Serviço instalado	unidade	10
Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão - (2725)	Pessoa assistida	unidade	94.333
Sistema Único de Segurança Pública - (1127)			
Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional - (2320)	Profissional capacitado	unidade	35.000
Modernização Organizacional das Instituições do Sistema de Segurança Pública (Segurança Cidadã) - (3912)	Instituição modernizada	unidade	50
Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança - (7797)	Projeto apoiado	unidade	110

Ministério da Previdência Social

**Demonstrativo das Metas e Prioridades Incluídas na Proposta Orçamentária
em Cumprimento ao § 2º do art. 2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003**

<i>Órgão / Programa / Ação</i>	<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta</i>
Proteção Previdenciária - (1079)			
Promoção de Ações de Conscientização e Informação - (2284)	Pessoa atendida	unidade	800.000
Ministério da Saúde			
Saneamento Ambiental Urbano - (0122)			
Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes - (3861)	Família beneficiada	unidade	140.289
Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos - (7652)	Família beneficiada	unidade	40.798
Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes - (7654)	Família beneficiada	unidade	33.487
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas - (0150)			
Atenção à Saúde dos Povos Indígenas - (6501)	Indígena atendido	unidade	411.600
Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde - (1201)			
Pesquisas e Inovações Tecnológicas em Medicina Tropical e Meio Ambiente no Instituto Evandro Chagas - (4386)	Pesquisa publicada	unidade	101
Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Insumos Estratégicos no Complexo Produtivo da Saúde - (6146)	Pesquisa realizada	unidade	100
Fomento à Pesquisa em Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos à Saúde - (6165)	Pesquisa realizada	unidade	10
Inovação Tecnológica em Fármacos, Medicamentos, Imunobiológicos e Fitoterápicos - (6166)	Processo/produto desenvolvido	unidade	110
Construção de Planta-Piloto de Imunobiológicos - (7680)	Obra executada	% de execução física	22
Atenção Básica em Saúde - (1214)			
Incentivo Financeiro para a Expansão e a Consolidação da Estratégia de Saúde da Família nos Municípios com População Superior a 100 mil Habitantes - (0442)	Equipe instituída	unidade	231
Atendimento Assistencial Básico nos Municípios Brasileiros - (0587)	Município beneficiado	unidade	5.561
Incentivo Financeiro a Municípios habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para a Saúde da Família - (0589)	Equipe mantida	unidade	23.001
Apoio à Expansão e Consolidação da Saúde da Família - (0812)	Município apoiado	unidade	4.323
Saneamento Rural - (1287)			
Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Localidades com População inferior a 2.500 Habitantes e Áreas Rurais - (7656)	Família beneficiada	unidade	316

Demonstrativo das Metas e Prioridades Incluídas na Proposta Orçamentária em Cumprimento ao § 2º do art. 2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003

<i>Órgão / Programa / Ação</i>	<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta</i>
Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde - (1300)			
Apoio a Projetos de Melhoria da Gestão e Humanização dos Serviços de Saúde - (003I)	Projeto apoiado	unidade	41
Implantação do Cartão Nacional de Saúde - (6152)	Cartão emitido	unidade	50.000.000
Cadastro Nacional de Profissionais e Estabelecimentos Assistenciais de Saúde - (6153)	Estabelecimento cadastrado	unidade	50.000
Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis - (1306)			
Incentivo Financeiro a Estados e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis - (0214)	Ente federativo qualificado	unidade	439
Promoção à Saúde e às Práticas Seguras de Prevenção e Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas vivendo com HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis - (2721)	Preservativo distribuído	milhar	400.000
Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos - (1312)			
Apoio a Unidades e Serviços de Reabilitação - (0838)	Unidade apoiada	unidade	50
Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta pra Casa) - (0843)	Paciente beneficiado	unidade	5.000
Atenção à Saúde da Mulher - (6175)	Mulher beneficiada	unidade	59.971.294
Atenção à Saúde da Criança - (6176)	Criança beneficiada	unidade	32.632.312
Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem - (6177)	Adolescente/jovem beneficiado	unidade	50.421.501
Atenção à Saúde do Idoso - (6178)	Pessoa beneficiada	unidade	11.791.215
Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência - (6181)	Pessoa beneficiada	unidade	120.000
Atenção à Saúde do Trabalhador - (6188)	Trabalhador beneficiado	unidade	30.000.000
Atenção à Saúde Mental - (6233)	Pessoa beneficiada	unidade	352.020
Transferência de Renda com Condiionalidades - (1335)			
Transferência de Renda Básica diretamente a Famílias em Situação de Pobreza Extrema para Melhoria da Segurança Alimentar Nutricional - (003Q)	Família atendida	milhar	5.925

Ministério das Cidades

Saneamento Ambiental Urbano - (0122)

Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 15.000 habitantes - (0636)	Família beneficiada	unidade	3.191
--	---------------------	---------	-------

**Demonstrativo das Metas e Prioridades Incluídas na Proposta Orçamentária
em Cumprimento ao § 2º do art. 2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003**

<i>Órgão / Programa / Ação</i>	<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta</i>
Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários em Municípios com População Superior a 15.000 Habitantes - (0654)	Família beneficiada	unidade	4.457
Nacional de Acessibilidade - (1078)			
Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência - (0598)	Projeto apoiado	unidade	2
Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários - (1128)			
Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários - (0572)	Município apoiado	unidade	20
Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários - (0634)	Família beneficiada	unidade	104
Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) - (0644)	Família beneficiada	unidade	16.364
Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros - (1295)			
Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG - (5176)	Trecho implantado	% de execução física	5
Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA - (5366)	Trecho implantado	% de execução física	14
Implantação do Trecho Sapucaia do Sul-São Leopoldo da Linha do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - (5752)	Trecho implantado	% de execução física	17
Implantação do Trecho Cajueiro Seco-TIP-Timbi do Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE - (5754)	Trecho implantado	% de execução física	5
Habitação de Interesse Social - (9991)			
Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda - (0648)	Família beneficiada	unidade	86
Ministério das Comunicações			
Universalização dos Serviços de Telecomunicações - (0257)			
Cobertura de Parcela de Custo Não-Recuperável pela Prestação de Serviços de Acesso a Redes Digitais de Informação, inclusive Equipamentos Terminais, em Entidades de Ensino e de Assistência a Deficientes, Bibliotecas e para Deficientes Carentes - (0512)	Acesso em operação	unidade	3.194
Cobertura de Parcela de Custo Não-Recuperável de Serviço de Telefonia em Comunidades de até 100 hab., Baixa Renda, Rura ou Remotas e em Órgãos Públicos de Ensino, Saúde, Segurança e Bibliotecas, e para Deficientes Carentes e suas Instituições - (0528)	Acesso telefônico em operação	unidade	23.639
Cobertura de Parcela de Custo Não-Recuperável pela Prestação de Serviços de Acesso a Redes Digitais de Informação em Comunidades de Baixa Renda, em Regiões Remotas e de Fronteira, Estabelecimentos de Saúde e Órgãos de Segurança Pública - (0530)	Acesso em operação	unidade	17.491

**Demonstrativo das Metas e Prioridades Incluídas na Proposta Orçamentária
em Cumprimento ao § 2º do art. 2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003**

<i>Órgão / Programa / Ação</i>	<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta</i>
Ministério das Relações Exteriores			
Relações e Negociações do Brasil no âmbito dos Organismos Internacionais - (1256)			
Relações e Negociações com a Organização das Nações Unidas - ONU - (6099)	Delegação mantida	unidade	13
Relações e Negociações com a Organização Mundial do Comércio - OMC - (6105)	Delegação mantida	unidade	1
Negociações sobre a Conformação da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA - (6110)	Delegação mantida	unidade	1
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros - (1264)			
Relações e Negociações com os Países-Membros do Mercado Comum da América do Sul - Mercosul e Associados - (6284)	Posto de representação mantido	unidade	26
Ministério de Minas e Energia			
Energia Cidadã - (0273)			
Apoio a Projetos de Oferta de Energia Elétrica por meio de Associações e Cooperativas Comunitárias (Prodeem) - (0708)	Projeto apoiado	unidade	1
Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidade Isoladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional (Prodeem) - (1379)	Unidade consumidora atendida	unidade	10.625
Capacitação de Usuários e de Agentes das Comunidades na Instalação, Operação e Manutenção dos Equipamentos de Produção de Energia Elétrica (Prodeem) - (4889)	Pessoa capacitada	unidade	4.220
Implantação de Projetos-piloto de Mecanismo de Atendimento d Necessidades Energéticas em Áreas Remotas (Prodeem) - (529)	Projeto-piloto implantado	unidade	1
Oferta de Energia Elétrica a Domicílios Rurais de Baixa Renda (Luz no Campo) - (7054)	Domicílio atendido	unidade	5.500
Energia na Região Nordeste - (0294)			
Implantação de Sistema de Transmissão Banabuiú - Fortaleza - Pici (27,7 km de Linha de Transmissão e Subestações com 566 MVA, totalizando 2.800 MVA) - (3371)	Sistema implantado	% de execução física	9
Energia na Região Sul - (0295)			
Implantação de Linha de Transmissão Salto Osório-Campo Mourão-Areia-São Mateus (230 kV - 493 km) - (RS) - (3250)	Sistema implantado	% de execução física	18
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste - (0296)			
Implantação de Sistema de Transmissão Cachoeira Paulista-Adrianópolis - 3º Circuito (500 kV - 177 km) - (SP/RJ) - (5361)	Sistema implantado	% de execução física	3
Implantação de Sistema de Transmissão Ouro Preto-Vitória (345 kV - 370 km) - (MG/ES) - (7164)	Sistema implantado	% de execução física	32
Energia Alternativa Renovável - (1044)			

**Demonstrativo das Metas e Prioridades Incluídas na Proposta Orçamentária
em Cumprimento ao § 2º do art. 2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003**

<i>Órgão / Programa / Ação</i>	<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta</i>
Apoio a Centros de Referência e de Demonstração Tecnológica em Energia Alternativa Renovável - (0702)	Centro apoiado	unidade	4
Estudo de Viabilidade de Projetos de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs) e de Aproveitamento de Fontes Energéticas Alternativas (Eólica e Biomassa) - (4893)	Estudo realizado	unidade	1
Implantação de Plantas Demonstrativas de Fontes de Energia Alternativa Renovável - (7050)	Projeto-piloto implantado	unidade	6
Brasil com Todo Gás - (1045)			
Implantação do Gasoduto Campinas-Rio de Janeiro - (7042)	Gasoduto implantado	% de execução física	60
Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Nordeste - (7046)	Gasoduto implantado	km	591
<i>Ministério do Desenvolvimento Agrário</i>			
Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais - (0135)			
Implantação de Projetos de Assentamento Rural - (4296)	Família assentada	unidade	25.108
Assistência Técnica e Capacitação de Assentados - Implantação - (4464)	Família assistida	unidade	25.108
Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária - (0137)			
Recuperação, Qualificação e Emancipação de Projetos de Assentamento Rural - (4312)	Família atendida	unidade	37.000
Fomento à Agroindustrialização, à Comercialização e a Atividades Pluriativas Solidárias - (4320)	Projeto apoiado	unidade	122
Assistência Técnica e Capacitação de Assentados - Recuperação - (4470)	Família assistida	unidade	37.000
Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária - (5158)	Assentamento emancipado	unidade	50
Agricultura Familiar - PRONAF - (0351)			
Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas - (001T)	Comunidade apoiada	unidade	10
Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares - (4260)	Produtor assistido	unidade	182.600
Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar - (4280)	Projeto apoiado	unidade	100
Capacitação de Agricultores Familiares - (4448)	Agricultor capacitado	unidade	40.000
Brasil Alfabetizado - (1060)			
Alfabetização de Jovens e Adultos nas Áreas de Reforma Agrária - (4474)	Trabalhador rural alfabetizado	unidade	44.500

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

**Demonstrativo das Metas e Prioridades Incluídas na Proposta Orçamentária
em Cumprimento ao § 2º do art. 2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003**

<i>Órgão / Programa / Ação</i>	<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta</i>
Desenvolvimento do Comércio Exterior - (0412)			
Sistema Informatizado de Análise de Dados sobre Comércio Exterior - ALICE - (2032)	Sistema mantido	unidade	1
Modernização do Sistema Integrado de Informação e Operação para o Comércio Exterior - SISCOMEX - (5074)	Sistema modernizado	% de execução física	50
Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas - (0419)			
Capacitação para o Crédito e Microcrédito - (2710)	Profissional capacitado	unidade	50
Competitividade das Cadeias Produtivas - (0812)			
Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas - (2768)	Plano estabelecido	unidade	6
Promoção da Marca Brasil - (2772)	Produto certificado	unidade	10
Arranjos Produtivos Locais - (1015)			
Apoio à Instalação de Incubadoras de Empresas nos Arranjos Produtivos Locais - (0490)	Incubadora implantada	unidade	8
Ministério do Esporte			
Inserção Social pela Produção de Material Esportivo - (1245)			
Produção de Material Esportivo por Comunidades Carentes em Situação de Vulnerabilidade Social - Pintando a Cidadania - (2362)	Material esportivo produzido	unidade	871.000
Produção de Material Esportivo por Detentos - Pintando a Liberdade - (2362)	Material esportivo produzido	unidade	1.790.000
Produção de Material Esportivo por Menores em Conflito com a Lei - Pintando a Esperança - (2382)	Material esportivo produzido	unidade	125.000
Rumo ao Pan 2007 - (1246)			
Intercâmbio de Atletas de Alto Rendimento das Modalidades dos Jogos Pan-Americanos e Para-Pan-Americanos em Centros de Excelência de Renome Mundial - (2434)	Atleta beneficiado	unidade	106
Implantação de Infra-estrutura para a Realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro - (3950)	Infra-estrutura implantada	% de execução física	12
Segundo Tempo - (8028)			
Concessão de Prêmios sobre o Esporte Educacional - (2594)	Prêmio concedido	unidade	1
Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional - (4377)	Aluno beneficiado	unidade	91.400
Implantação de Infra-estrutura para o Desenvolvimento do Esporte Educacional - (5069)	Instituição de ensino beneficiada	unidade	68

Ministério do Meio Ambiente

Agricultura Familiar - PRONAF - (0351)

**Demonstrativo das Metas e Prioridades Incluídas na Proposta Orçamentária
em Cumprimento ao § 2º do art. 2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003**

<i>Órgão / Programa / Ação</i>	<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta</i>
Fomento a Projetos de Assistência Técnica e Extensão para Agricultura Familiar - (6462)	Projeto apoiado	unidade	5
Áreas Protegidas do Brasil - (0499)			
Gestão de Unidades de Conservação Federais - (4988)	Unidade mantida	unidade	160
Regularização Fundiária das Unidades de Conservação Federais - (6381)	Área regularizada	ha	3.000
Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer - (0503)			
Prevenção e Combate de Queimadas e Incêndios Florestais no Arco do Desmatamento na Amazônia (Proarco) - (3029)	Área monitorada	km²	200
Manutenção de Brigadas de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais - (6074)	Brigada mantida	unidade	1.000
Fiscalização de Atividades de Desmatamento e Queimadas - (6307)	Propriedade fiscalizada	unidade	7.000
Prevenção e Controle de Desmatamentos e Incêndios Florestais (6329)	Área monitorada	ha	2.997.344
Nacional de Florestas - (0506)			
Controle e Monitoramento das Atividades Florestais e Desmatamentos - (2943)	Autorização concedida	unidade	1.000
Manejo Sustentável de Florestas Nativas e Plantadas - (6009)	Produto extraído	m³	100.000
Monitoramento e Controle da Reposição Florestal Obrigatória - (6046)	Projeto fiscalizado	unidade	10
Comunidades Tradicionais - (1145)			
Capacitação de Comunidades Extrativistas na Amazônia - (6024)	Pessoa capacitada	unidade	2.400
Assistência Técnica à Produção e à Comercialização de Produtos Extrativistas na Amazônia - (6040)	Produtor assistido	unidade	5.600
<i>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão</i>			
Inclusão Digital - (1008)			
Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital - (6492)	Projeto apoiado	unidade	1
<i>Ministério do Trabalho e Emprego</i>			
Erradicação do Trabalho Infantil - (0068)			
Fiscalização para Erradicação do Trabalho Infantil - (2688)	Fiscalização realizada	unidade	2.000
Atualização do Mapa de Focos de Trabalho Infantil - (4731)	Mapa publicado	unidade	1
Apoio Técnico à Escola do Futuro Trabalhador - (4734)	Escola participante	unidade	500

**Demonstrativo das Metas e Prioridades Incluídas na Proposta Orçamentária
em Cumprimento ao § 2º do art. 2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003**

<i>Órgão / Programa / Ação</i>	<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta</i>
Qualificação Social e Profissional - (0101)			
Qualificação de Trabalhadores para Manutenção do Emprego e Incremento da Renda - (4725)	Trabalhador qualificado	unidade	14.301
Qualificação de Trabalhadores Beneficiários de Ações do Sistema Público de Emprego e de Economia Solidária - (4728)	Trabalhador qualificado	unidade	35.520
Qualificação de Trabalhadores Beneficiários de Políticas de Inclusão Social - (4733)	Trabalhador qualificado	unidade	22.927
Erradicação do Trabalho Escravo - (0107)			
Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Resgatado de Condição Análoga à de Escravo - (0686)	Trabalhador beneficiado	unidade	2.125
Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo - (2629)	Fiscalização realizada	unidade	80
Assistência Emergencial a Trabalhadores Vítimas de Trabalho Escravo - (6461)	Trabalhador assistido	unidade	6.000
Economia Solidária em Desenvolvimento - (1133)			
Fomento à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária - (4737)	Empreendimento apoiado	unidade	332
Assistência Técnica para Geração de Finanças Solidárias - (474)	Pessoa capacitada	unidade	250
Primeiro Emprego - (1329)			
Estímulo Financeiro ao Empregador para Geração do Primeiro Emprego destinado a Jovens - (0688)	Emprego criado	unidade	102.738
Fiscalização do Trabalho de Adolescentes - (4729)	Adolescente regularizado	unidade	20.000
Qualificação de Jovens para o Serviço Voluntário - (4787)	Jovem qualificado	unidade	33.690
Concessão de Auxílio-Financeiro a Jovens habilitados ao Primeiro Emprego inseridos no Serviço Voluntário - (4788)	Jovem beneficiado	unidade	33.690
Qualificação e Assistência Técnica ao Jovem para o Empreendedorismo - (4789)	Jovem qualificado	unidade	17.978
Ministério do Turismo			
Brasil: Destino Turístico Internacional - (1163)			
Campanha para a Promoção do Brasil como Destino Turístico Internacional - (4032)	Campanha realizada	unidade	6
Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos - (1166)			
Sinalização Turística - (2301)	Município atendido	unidade	45
Promoção de Eventos para a Divulgação do Turismo Interno - (4620)	Evento realizado	unidade	15

**Demonstrativo das Metas e Prioridades Incluídas na Proposta Orçamentária
em Cumprimento ao § 2º do art. 2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003**

<i>Órgão / Programa / Ação</i>	<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta</i>
Estruturação de Roteiros Turísticos Priorizados - (4622)	Roteiro elaborado	unidade	32
<i>Ministério dos Transportes</i>			
Manutenção da Malha Rodoviária Federal - (0220)			
Operação do Sistema de Pesagem de Veículos - (2325)	Posto mantido	unidade	153
Restauração de Rodovias Federais - (2834)	Trecho restaurado	km	4.652
Conservação Preventiva e Rotineira de Rodovias - (2841)	Trecho conservado	km	66.380
Serviço de Manutenção Terceirizada de Rodovias - (4399)	Trecho mantido	km	4.769
Corredor São Francisco - (0229)			
Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado da Bahia - (105S)	Trecho adequado	km	1
Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Sergipe - (1212)	Trecho adequado	km	1
Corredor Leste - (0230)			
Adequação de Trechos Rodoviários na BR-050 no Estado de Minas Gerais - (1304)	Trecho adequado	km	40
Adequação de Trechos Rodoviários na BR-381 no Estado de Minas Gerais - (1336)	Trecho adequado	km	1
Corredor Transmetropolitano - (0231)			
Adequação de Trechos Rodoviários na BR-116 no Estado de São Paulo - (1344)	Trecho adequado	km	80
Adequação de Trechos Rodoviários na BR-381 no Estado de São Paulo - (1350)	Trecho adequado	km	1
Implantação da Avenida Perimetral no Porto de Santos - (1939)	Trecho implantado	km	6
Corredor Mercosul - (0233)			
Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Santa Catarina - (1208)	Trecho adequado	km	43
Ampliação dos Molhes e Dragagem de Aprofundamento do Canal de Acesso no Porto do Rio Grande - (5019)	Obra executada	% de execução física	7
Ampliação da Infra-estrutura Portuária do Porto de Paranaguá - (5243)	Obra executada	% de execução física	13
Corredor Nordeste - (0235)			
Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado da Paraíba - (105T)	Trecho adequado	km	1

**Demonstrativo das Metas e Prioridades Incluídas na Proposta Orçamentária
em Cumprimento ao § 2º do art. 2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003**

<i>Órgão / Programa / Ação</i>	<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta</i>
Adequação de Trechos Rodoviários na BR-232 no Estado de Pernambuco - (1492)	Trecho adequado	km	15
Recuperação e Melhoramentos da Infra-estrutura do Terminal Salineiro de Areia Branca (RN) - (3255)	Obra executada	% de execução física	9
Melhoramentos na Infra-Estrutura Portuária do Porto de Suape - (5311)	Obra executada	% de execução física	12
Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Pernambuco - (7435)	Trecho adequado	km	2
Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Alagoas - (7624)	Trecho adequado	km	3
Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado do Rio Grande do Norte - (7626)	Trecho adequado	km	1
Corredor Araguaia-Tocantins - (0237)			
Construção da Eclusa de Tucuruí no Estado do Pará - (5750)	Obra executada	% de execução física	17
Corredor Fronteira Norte - (0238)			
Construção de Trechos Rodoviários na BR-156 no Estado do Amapá - (1418)	Trecho pavimentado	km	166
<i>Operações Oficiais de Crédito</i>			
Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais - (0135)			
Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas - Implantação - (0062)	Família atendida	unidade	42.000
Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária - (0137)			
Concessão de Crédito-Instalação aos Assentados - Recuperação - (0427)	Família atendida	unidade	37.000
<i>Presidência da República</i>			
Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei - (0152)			
Apoio a Serviços de Plantão Interinstitucional ou de Atendimento Inicial - (0826)	Pessoa atendida	unidade	1.000
Apoio à Construção, Reforma e Ampliação de Unidades de Internação Restritiva e Provisória - (0878)	Vaga criada	unidade	200
Apoio a Serviços de Atendimento de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas e Egressos - (0880)	Pessoa atendida	unidade	6.000
Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - (0153)			
Apoio a Projetos de Prevenção da Violência nas Escolas - (0904)	Escola apoiada	unidade	5
Combate à Violência Contra as Mulheres - (0156)			

**Demonstrativo das Metas e Prioridades Incluídas na Proposta Orçamentária
em Cumprimento ao § 2º do art. 2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003**

<i>Órgão / Programa / Ação</i>	<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta</i>
Apoio a Abrigos para Mulheres em Situação de Risco - (0790)	Mulher abrigada	unidade	1.382
Apoio a Serviços Especializados no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - (0911)	Mulher atendida	unidade	500.000
Abastecimento Agroalimentar - (0352)			
Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar - (2798)	Alimento adquirido	t	140.000
Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar - (2802)	Alimento adquirido	t	140.000
Informações Integradas para Proteção da Amazônia - (0496)			
Aquisição de Sinais de Telecomunicação e Teleprocessamento SIPAM - (2343)	Sinal adquirido	hora/ano	30.857
Sistema de Informações para Proteção da Amazônia - SIPAM - (6323)	Sistema mantido	unidade	1
Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas - (0670)			
Apoio a Serviços de Assistência e Proteção a Testemunhas Ameaçadas - (0724)	Pessoa protegida	unidade	945
Apoio a Serviços de Assistência a Vítimas de Crimes - (0881)	Pessoa assistida	unidade	42.000
Transporte, Custódia e Proteção a Testemunhas e Pessoas sob Grave Ameaça - (2831)	Pessoa assistida	unidade	6
Banco de Alimentos - (1051)			
Apoio à Instalação de Bancos de Alimentos - (0558)	Banco instalado	unidade	40
Fomento ao Desenvolvimento de Tecnologias para a Redução do Desperdício de Alimentos no Mercado Atacadista, Varejista e no Consumo - (2796)	Projeto apoiado	unidade	4
Nacional de Acessibilidade - (1078)			
Capacitação e Especialização de Técnicos e Agentes Sociais em Acessibilidade - (6263)	Pessoa capacitada	unidade	1.702
Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial - (1152)			
Apoio a Iniciativas para a Promoção da Igualdade Racial - (0770)	Iniciativa apoiada	unidade	40
Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos - (6440)	Comunidade atendida	unidade	50
Aqüicultura e Pesca do Brasil - (1224)			
Fomento a Atividades Pesqueiras e Aqüícolas sob Formas Associativas - (6112)	Unidade apoiada	unidade	30
Instalação de Unidades de Beneficiamento de Pescado - (7604)	Unidade instalada	unidade	5

**Demonstrativo Sintético do
Programa de Dispêndios Globais das
Empresas Estatais
LDO, art. 10, inciso VI**

Empresas do Setor Produtivo

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

22000 MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO**22205 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO AMAZONAS S. A. (EM LIQUIDACAO)**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	1.161.000	RECEITAS	2.856.218
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	664.000	SUBSIDIO DO TESOURO	360.000
SERVICOS DE TERCEIROS	236.000	RECEITA OPERACIONAL	360.218
UTILIDADES E SERVICOS	18.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	2.136.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	123.000	TOTAL DAS FONTES	2.856.218
DEMAIS DISPENDIOS CORRENTES	120.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.695.218
TOTAL DOS USOS	1.161.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.161.000

22208 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	10.323.589	RECEITAS	32.396.172
INVESTIMENTOS	9.547.000	RECEITA OPERACIONAL	13.299.870
OUTROS DISP. DE CAPITAL	776.589	RECEITA NAO OPERACIONAL	19.096.302
DISPENDIOS CORRENTES	21.884.174	TOTAL DAS FONTES	32.396.172
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.347.306	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	816.432
MATERIAIS E PRODUTOS	774.941	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-816.432
SERVICOS DE TERCEIROS	8.152.202	VARIACAO DO DISPONIVEL	-188.409
UTILIDADES E SERVICOS	5.667.696		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	714.029		
DEMAIS DISPENDIOS CORRENTES	228.000		
TOTAL DOS USOS	32.207.763	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	32.207.763

22209 COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.220.000	RECEITAS	16.101.000
INVESTIMENTOS	1.220.000	RECEITA OPERACIONAL	13.500.000
DISPENDIOS CORRENTES	13.755.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	2.601.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.400.000	TOTAL DAS FONTES	16.101.000
MATERIAIS E PRODUTOS	1.005.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	18.027
SERVICOS DE TERCEIROS	2.900.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-1.000
UTILIDADES E SERVICOS	1.000.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.143.027
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	950.000		
DEMAIS DISPENDIOS CORRENTES	2.500.000		
TOTAL DOS USOS	14.975.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	14.975.000

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

22212 COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GERAIS DE SAO PAULO				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	14.660.220	RECEITAS	101.057.514	
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>14.660.220</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>88.213.514</i>	
DISPÊNDIOS CORRENTES	85.735.303	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>12.844.000</i>	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>26.145.884</i>	TOTAL DAS FONTES	101.057.514	
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>7.483.135</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-661.991</i>	
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>21.331.296</i>			
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>14.075.944</i>			
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>12.986.855</i>			
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	<i>3.712.189</i>			
TOTAL DOS USOS	100.395.523	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	100.395.523	

25000 MINISTERIO DA FAZENDA

25207 SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	55.157.103	RECEITAS	741.244.506	
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>55.157.103</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>704.837.000</i>	
DISPÊNDIOS CORRENTES	894.907.219	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>36.407.506</i>	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>490.110.531</i>	TOTAL DAS FONTES	741.244.506	
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>8.688.166</i>	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>50.024.560</i>	
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>168.501.758</i>	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	<i>-3.972.000</i>	
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>8.800.000</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>162.767.256</i>	
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>57.854.607</i>			
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	<i>160.952.157</i>			
TOTAL DOS USOS	950.064.322	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	950.064.322	

25211 CASA DA MOEDA DO BRASIL				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	30.000.000	RECEITAS	289.978.620	
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>27.000.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>285.223.900</i>	
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>3.000.000</i>	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>4.754.720</i>	
DISPÊNDIOS CORRENTES	257.063.040	OPERACOES DE CREDITO	12.000.000	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>70.037.093</i>	<i>OPER.CRED.INT.-BENS/SERV.</i>	<i>12.000.000</i>	
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>114.826.784</i>	TOTAL DAS FONTES	301.978.620	
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>25.884.068</i>	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>15.314.841</i>	
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>9.065.572</i>	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	<i>5.083.618</i>	
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>28.434.074</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-35.314.039</i>	
<i>JUROS E OUTROS</i>	<i>4.544.052</i>			
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	<i>4.544.052</i>			
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	<i>4.271.397</i>			
TOTAL DOS USOS	287.063.040	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	287.063.040	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10, inciso VI

25228 BB - ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO S. A. R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	5.087.240	RECEITAS	101.049.901
OUTROS DISP. DE CAPITAL	5.087.240	RECEITA OPERACIONAL	31.646.201
DISPÊNDIOS CORRENTES	82.694.911	RECEITA NAO OPERACIONAL	69.403.700
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.044.524	TOTAL DAS FONTES	101.049.901
MATERIAIS E PRODUTOS	1.080	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-29.299.819
SERVICOS DE TERCEIROS	2.044.379	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	2.249.589
UTILIDADES E SERVICOS	827.556	VARIACAO DO DISPONIVEL	13.782.480
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	18.506.670		
JUROS E OUTROS	43.636.011		
OUTRAS FONTES	43.636.011		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	16.634.691		
TOTAL DOS USOS	87.782.151	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	87.782.151

25229 BB - CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S. A. R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	35.630.629	RECEITAS	298.523.535
OUTROS DISP. DE CAPITAL	35.630.629	RECEITA OPERACIONAL	279.224.356
DISPÊNDIOS CORRENTES	262.474.435	RECEITA NAO OPERACIONAL	19.299.179
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.525.748	TOTAL DAS FONTES	298.523.535
MATERIAIS E PRODUTOS	56.904	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	22.105.248
SERVICOS DE TERCEIROS	202.930.587	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-1.000.000
UTILIDADES E SERVICOS	375.180	VARIACAO DO DISPONIVEL	-21.523.719
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	44.496.857		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	6.089.159		
TOTAL DOS USOS	298.105.064	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	298.105.064

25230 COBRA - COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S. A. R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	26.250.000	RECEITAS	752.000.000
INVESTIMENTOS	20.000.000	RECEITA OPERACIONAL	750.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	6.250.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	2.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	668.650.672	TOTAL DAS FONTES	752.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.000.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-36.432.435
MATERIAIS E PRODUTOS	193.215.544	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-1.141.033
SERVICOS DE TERCEIROS	337.827.488	VARIACAO DO DISPONIVEL	-19.525.860
UTILIDADES E SERVICOS	6.893.220		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	88.365.491		
JUROS E OUTROS	1.108.967		
OPERACOES INTERNAS	1.108.967		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	21.239.962		
TOTAL DOS USOS	694.900.672	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	694.900.672

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

25246 BBTUR - VIAGENS E TURISMO LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	600.000	RECEITAS	53.593.320
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>600.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>50.287.199</i>
DISPENDIOS CORRENTES	49.889.054	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>3.306.121</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>15.609.938</i>	TOTAL DAS FONTES	53.593.320
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>1.456.012</i>	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>-19.394</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>7.929.412</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-3.084.872</i>
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>2.730.261</i>		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>7.354.703</i>		
<i>JUROS E OUTROS</i>	<i>1.909.700</i>		
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	<i>1.909.700</i>		
<i>DEMAIS DISPENDIOS CORRENTES</i>	<i>12.899.028</i>		
TOTAL DOS USOS	50.489.054	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	50.489.054

25269 BEM SERVICOS GERAIS LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	175.280	RECEITAS	109.950
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>66.880</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>109.950</i>
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>6.000</i>	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	454.123
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>6.400</i>	<i>PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS</i>	<i>454.123</i>
<i>DEMAIS DISPENDIOS CORRENTES</i>	<i>96.000</i>	TOTAL DAS FONTES	564.073
		<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>3</i>
		<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-388.796</i>
TOTAL DOS USOS	175.280	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	175.280

25270 BEM VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES S. A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	2.230.032	RECEITAS	2.265.840
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>1.220.676</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>2.169.840</i>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>19.200</i>	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>96.000</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>388.200</i>	TOTAL DAS FONTES	2.265.840
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>42.000</i>	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>117.584</i>
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>322.236</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-153.392</i>
<i>DEMAIS DISPENDIOS CORRENTES</i>	<i>237.720</i>		
TOTAL DOS USOS	2.230.032	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.230.032

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

25276 EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	2.348.449.617	RECEITAS	1.956.453.359
<i>INVESTIMENTOS</i>	757.800	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	3.688.920
<i>AMORTIZACOES - PRINCIPAL</i>	1.838.485.229	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	1.952.764.439
<i>OUTRAS FONTES</i>	1.838.485.229	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	1.662.486.140
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	509.206.588	TOTAL DAS FONTES	3.618.939.499
DISPENDIOS CORRENTES	2.730.151.189	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	8.533.549
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	4.797.780	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	-224.561.421
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	153.902	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	1.675.689.179
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	420.217.061		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	361.600		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	126.830.826		
<i>JUROS E OUTROS</i>	2.144.688.478		
<i>OUTRAS FONTES</i>	2.144.688.478		
<i>DEMAIS DISPENDIOS CORRENTES</i>	33.101.542		
TOTAL DOS USOS	5.078.600.806	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.078.600.806

32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA**32201 CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELETRICA**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	17.108.690	RECEITAS	108.127.000
<i>INVESTIMENTOS</i>	13.100.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	108.117.000
<i>AMORTIZACOES - PRINCIPAL</i>	4.008.690	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	10.000
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	36.095	TOTAL DAS FONTES	108.127.000
<i>OUTRAS FONTES</i>	3.972.595	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-262.574
DISPENDIOS CORRENTES	88.235.875	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	164.789
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	54.714.000	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-2.684.650
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	2.608.000		
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	21.550.875		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	2.794.000		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	2.298.000		
<i>JUROS E OUTROS</i>	645.000		
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	645.000		
<i>DEMAIS DISPENDIOS CORRENTES</i>	3.626.000		
TOTAL DOS USOS	105.344.565	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	105.344.565

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

32204 ELETROBRAS TERMONUCLEAR S. A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	631.922.418	RECEITAS	1.017.791.000
INVESTIMENTOS	328.036.000	RECEITA OPERACIONAL	1.017.791.000
AMORTIZACOES - PRINCIPAL	303.886.418	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	528.751.749
OPERACOES INTERNAS	351.922	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	528.751.749
OUTRAS FONTES	303.534.496	TOTAL DAS FONTES	1.546.542.749
DISPÊNDIOS CORRENTES	913.450.908	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	11.414.577
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	139.205.307	VARIACAO DO DISPONIVEL	-12.584.000
MATERIAIS E PRODUTOS	210.040.542		
SERVICOS DE TERCEIROS	167.380.510		
UTILIDADES E SERVICOS	8.948.332		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	80.558.149		
JUROS E OUTROS	284.710.744		
OPERACOES INTERNAS	5.177		
OUTRAS FONTES	284.705.567		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	22.607.324		
TOTAL DOS USOS	1.545.373.326	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.545.373.326

32223 CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S. A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	4.739.745.703	RECEITAS	11.413.099.161
INVESTIMENTOS	60.269.000	RECEITA OPERACIONAL	7.710.837.948
INVERSOES FINANCEIRAS	356.659.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	3.702.261.213
AMORTIZACOES - PRINCIPAL	971.014.310	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	1.848.109.628
OPERACOES EXTERNAS	917.660.160	OPERACOES DE CREDITO	6.920.000
OUTRAS FONTES	53.354.150	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	6.920.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	3.351.803.393	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	500.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	9.604.113.804	DEMAIS RECURSOS DE LP	500.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	124.359.508	TOTAL DAS FONTES	13.768.128.789
MATERIAIS E PRODUTOS	7.121.625.798	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	864.052.298
SERVICOS DE TERCEIROS	132.000.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-261.826.747
UTILIDADES E SERVICOS	6.064.661	VARIACAO DO DISPONIVEL	-26.494.833
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.195.909.084		
JUROS E OUTROS	891.803.374		
OPERACOES EXTERNAS	396.975.405		
OUTRAS FONTES	494.827.969		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	132.351.379		
TOTAL DOS USOS	14.343.859.507	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	14.343.859.507

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

32224 CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S. A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.277.440.763	RECEITAS	2.710.496.000
<i>INVESTIMENTOS</i>	1.080.161.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	2.664.566.000
<i>INVERSOES FINANCEIRAS</i>	105.068.970	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	45.930.000
<i>AMORTIZACOES - PRINCIPAL</i>	92.210.793	OPERACOES DE CREDITO	748.714.429
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	30.800.000	<i>OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA</i>	748.714.429
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	11.971.043	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	445.804.044
<i>OUTRAS FONTES</i>	49.439.750	<i>EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)</i>	436.384.044
DISPENDIOS CORRENTES	2.559.069.546	<i>DEMAIS RECURSOS DE LP</i>	9.420.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	285.044.695	TOTAL DAS FONTES	3.905.014.473
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	1.000.561.000	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-125.599.258
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	130.049.702	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	57.095.094
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	9.564.238		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	258.500.194		
<i>JUROS E OUTROS</i>	655.651.430		
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	124.639.210		
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	2.951.359		
<i>OUTRAS FONTES</i>	528.060.861		
<i>DEMAIS DISPENDIOS CORRENTES</i>	219.698.287		
TOTAL DOS USOS	3.836.510.309	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.836.510.309

32225 EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELETRICA DO SUL DO BRASIL S. A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	493.453.386	RECEITAS	580.372.527
<i>INVESTIMENTOS</i>	308.680.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	496.569.755
<i>INVERSOES FINANCEIRAS</i>	55.601.000	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	83.802.772
<i>AMORTIZACOES - PRINCIPAL</i>	87.909.586	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	18.480.300
<i>OUTRAS FONTES</i>	87.909.586	<i>EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)</i>	18.480.300
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	41.262.800	TOTAL DAS FONTES	598.852.827
DISPENDIOS CORRENTES	350.458.009	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	171.040.092
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	113.039.297	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	-20.535.240
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	8.014.858	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	94.553.716
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	45.979.548		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	1.910.080		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	117.619.201		
<i>JUROS E OUTROS</i>	10.713.843		
<i>OUTRAS FONTES</i>	10.713.843		
<i>DEMAIS DISPENDIOS CORRENTES</i>	53.181.182		
TOTAL DOS USOS	843.911.395	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	843.911.395

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

32226 COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	2.090.482.263	RECEITAS	3.854.433.003
INVESTIMENTOS	858.826.000	RECEITA OPERACIONAL	3.823.864.086
INVERSOES FINANCEIRAS	113.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	30.568.917
AMORTIZACOES - PRINCIPAL	914.477.151	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	2.844.761
OPERACOES INTERNAS	477.625	OPERACOES DE CREDITO	59.880.846
OPERACOES EXTERNAS	66.893.843	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	59.880.846
OUTRAS FONTES	847.105.683	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	14.626.500
OUTROS DISP. DE CAPITAL	204.179.112	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	14.626.500
DISPENDIOS CORRENTES	2.290.901.959	TOTAL DAS FONTES	3.931.785.110
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	272.895.574	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	290.300.237
MATERIAIS E PRODUTOS	271.070.675	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-499.947
SERVICOS DE TERCEIROS	130.927.647	VARIACAO DO DISPONIVEL	159.798.822
UTILIDADES E SERVICOS	10.387.563		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	570.135.193		
JUROS E OUTROS	785.081.261		
OPERACOES INTERNAS	22.671		
OPERACOES EXTERNAS	26.616.322		
OUTRAS FONTES	758.442.268		
DEMAIS DISPENDIOS CORRENTES	250.404.046		
TOTAL DOS USOS	4.381.384.222	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.381.384.222

32228 FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S. A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.531.138.000	RECEITAS	6.117.059.594
INVESTIMENTOS	1.023.520.000	RECEITA OPERACIONAL	5.788.460.552
INVERSOES FINANCEIRAS	100.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	328.599.042
AMORTIZACOES - PRINCIPAL	235.864.000	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	60.998.199
OUTRAS FONTES	235.864.000	TOTAL DAS FONTES	6.178.057.793
OUTROS DISP. DE CAPITAL	171.754.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	165.867.478
DISPENDIOS CORRENTES	4.487.444.813	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	15.539.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	330.125.127	VARIACAO DO DISPONIVEL	-340.881.458
MATERIAIS E PRODUTOS	2.389.446.237		
SERVICOS DE TERCEIROS	287.855.900		
UTILIDADES E SERVICOS	9.832.549		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	774.633.000		
JUROS E OUTROS	284.389.000		
OUTRAS FONTES	284.389.000		
DEMAIS DISPENDIOS CORRENTES	411.163.000		
TOTAL DOS USOS	6.018.582.813	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	6.018.582.813

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10, inciso VI

32230 PETROLEO BRASILEIRO S. A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	38.116.310.453	RECEITAS	109.665.314.466
INVESTIMENTOS	14.618.813.129	RECEITA OPERACIONAL	104.821.540.520
INVERSOES FINANCEIRAS	592.040.960	RECEITA NAO OPERACIONAL	4.843.773.946
AMORTIZACOES - PRINCIPAL	2.199.395.266	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	6.905.280.000
OPERACOES INTERNAS	230.942.046	PART. CAPITAL-MERC. ABERTO	6.905.280.000
OPERACOES EXTERNAS	1.274.909.881	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	14.373.286.757
OUTRAS FONTES	693.543.339	OPERACOES DE CREDITO	6.273.002.851
OUTROS DISP. DE CAPITAL	20.706.061.098	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	1.000.000.000
DISPENDIOS CORRENTES	88.187.010.302	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	4.435.879.702
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.293.356.314	OPER.CRED.EXT.-BENS/SERV.	837.123.149
MATERIAIS E PRODUTOS	16.117.371.053	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	4.311.229.176
SERVICOS DE TERCEIROS	11.984.375.666	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	4.311.229.176
UTILIDADES E SERVICOS	343.287.705	TOTAL DAS FONTES	141.528.113.250
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	36.404.604.916	VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO	613.089.669
JUROS E OUTROS	2.337.895.392	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-163.642.955
OPERACOES INTERNAS	361.389.266	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-20.345.579
OPERACOES EXTERNAS	1.747.910.385	VARIACAO DO DISPONIVEL	-15.653.893.630
OUTRAS FONTES	228.595.741		
DEMAIS DISPENDIOS CORRENTES	17.706.119.256		
TOTAL DOS USOS	126.303.320.755	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	126.303.320.755

32232 BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	6.425.576.831	RECEITAS	7.958.388.416
AMORTIZACOES - PRINCIPAL	3.185.764.803	RECEITA OPERACIONAL	7.810.741.658
OPERACOES EXTERNAS	1.661.479.600	RECEITA NAO OPERACIONAL	147.646.758
OUTRAS FONTES	1.524.285.203	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	1.907.288.506
OUTROS DISP. DE CAPITAL	3.239.812.028	OPERACOES DE CREDITO	2.076.849.500
DISPENDIOS CORRENTES	7.630.240.721	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	2.076.849.500
MATERIAIS E PRODUTOS	7.322.711.863	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	2.130.237.071
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	20.768.495	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	2.130.237.071
JUROS E OUTROS	286.605.231	TOTAL DAS FONTES	14.072.763.493
OPERACOES EXTERNAS	207.684.950	VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO	-28.159.350
OUTRAS FONTES	78.920.281	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-62.010.845
DEMAIS DISPENDIOS CORRENTES	155.132	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	43.570.112
		VARIACAO DO DISPONIVEL	29.654.142
TOTAL DOS USOS	14.055.817.552	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	14.055.817.552

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10, inciso VI

32238 INDUSTRIA CARBOQUIMICA CATARINENSE S. A. (EM LIQUIDACAO) R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	6.383.624	RECEITAS	240.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	63.544	RECEITA NAO OPERACIONAL	240.000
MATERIAIS E PRODUTOS	3.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	6.143.624
SERVICOS DE TERCEIROS	256.610	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	6.143.624
UTILIDADES E SERVICOS	28.850	TOTAL DAS FONTES	6.383.624
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	31.620		
DEMAIS DISPENDIOS CORRENTES	6.000.000		
TOTAL DOS USOS	6.383.624	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	6.383.624

32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S. A. R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	826.846.841	RECEITAS	37.502.286.346
INVESTIMENTOS	465.466.840	RECEITA OPERACIONAL	37.042.650.343
INVERSOES FINANCEIRAS	50.000.001	RECEITA NAO OPERACIONAL	459.636.003
OUTROS DISP. DE CAPITAL	311.380.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	51.035.956
DISPENDIOS CORRENTES	38.678.886.326	DEMAIS RECURSOS DE LP	51.035.956
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	432.469.883	TOTAL DAS FONTES	37.553.322.302
MATERIAIS E PRODUTOS	29.934.716.375	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	1.780.717.127
SERVICOS DE TERCEIROS	794.952.259	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	154.835.998
UTILIDADES E SERVICOS	30.683.196	VARIACAO DO DISPONIVEL	16.857.740
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	7.115.286.485		
JUROS E OUTROS	263.542.000		
OPERACOES INTERNAS	263.542.000		
DEMAIS DISPENDIOS CORRENTES	107.236.128		
TOTAL DOS USOS	39.505.733.167	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	39.505.733.167

32240 PETROBRAS GAS S. A. R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	24.442.624	RECEITAS	125.379.254
INVESTIMENTOS	250.000	RECEITA OPERACIONAL	240.000
INVERSOES FINANCEIRAS	17.749.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	125.139.254
AMORTIZACOES - PRINCIPAL	300.000	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	17.999.000
OUTRAS FONTES	300.000	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	17.999.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	6.143.624	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	6.200.000
DISPENDIOS CORRENTES	14.691.341	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	6.200.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.874.749	TOTAL DAS FONTES	149.578.254
MATERIAIS E PRODUTOS	52.920	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-124.043.132
SERVICOS DE TERCEIROS	11.541.672	VARIACAO DO DISPONIVEL	13.598.843
UTILIDADES E SERVICOS	12.000		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	60.000		
DEMAIS DISPENDIOS CORRENTES	150.000		
TOTAL DOS USOS	39.133.965	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	39.133.965

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

32242 PETROBRAS QUIMICA S. A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	163.563.168	RECEITAS	113.557.062
INVESTIMENTOS	3.540.800	RECEITA NAO OPERACIONAL	113.557.062
INVERSOES FINANCEIRAS	96.790.000	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	14.867.669
AMORTIZACOES - PRINCIPAL	8.101.812	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	2.473.055
OUTRAS FONTES	8.101.812	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	2.473.055
OUTROS DISP. DE CAPITAL	55.130.556	TOTAL DAS FONTES	130.897.786
DISPÊNDIOS CORRENTES	39.459.150	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-3.972.432
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.220.727	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-6.434.400
MATERIAIS E PRODUTOS	300.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	82.531.364
SERVICOS DE TERCEIROS	11.528.978		
UTILIDADES E SERVICOS	236.200		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	10.761.607		
JUROS E OUTROS	2.740.600		
OUTRAS FONTES	2.740.600		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	3.671.038		
TOTAL DOS USOS	203.022.318	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	203.022.318

32264 LIGHT PARTICIPACOES S. A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	50.000	RECEITAS	5.472.466
INVESTIMENTOS	50.000	RECEITA OPERACIONAL	5.360.225
DISPÊNDIOS CORRENTES	5.131.065	RECEITA NAO OPERACIONAL	112.241
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.078.468	TOTAL DAS FONTES	5.472.466
MATERIAIS E PRODUTOS	15.724	VARIACAO DO DISPONIVEL	-291.401
SERVICOS DE TERCEIROS	1.159.048		
UTILIDADES E SERVICOS	27.554		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.501.691		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	348.580		
TOTAL DOS USOS	5.181.065	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.181.065

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	21.840.000	RECEITAS	195.090.707
INVESTIMENTOS	19.859.000	RECEITA OPERACIONAL	193.485.506
AMORTIZACOES - PRINCIPAL	1.981.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.605.201
OPERACOES INTERNAS	1.981.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	2.156.161
DISPÊNDIOS CORRENTES	174.918.334	DEMAIS PARTICIPACOES	2.156.161
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.641.785	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	6.159.000
MATERIAIS E PRODUTOS	104.578.784	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	6.159.000
SERVICOS DE TERCEIROS	13.464.604	TOTAL DAS FONTES	203.405.868
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	34.999.991	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-4.677.755
JUROS E OUTROS	1.218.182	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-8.259
OUTRAS FONTES	1.218.182	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.961.520
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	9.014.988		
TOTAL DOS USOS	196.758.334	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	196.758.334

32268 COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	59.598.710	RECEITAS	509.620.349
INVESTIMENTOS	34.000.000	RECEITA OPERACIONAL	509.620.349
AMORTIZACOES - PRINCIPAL	25.598.710	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	18.916.815
OPERACOES INTERNAS	64.014	DEMAIS PARTICIPACOES	18.916.815
OPERACOES EXTERNAS	2.528.172	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	27.100.000
OUTRAS FONTES	23.006.524	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	27.100.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	517.921.883	TOTAL DAS FONTES	555.637.164
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	60.787.687	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-12.183.836
MATERIAIS E PRODUTOS	205.270.498	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	40.785.432
SERVICOS DE TERCEIROS	28.958.741	VARIACAO DO DISPONIVEL	-6.718.167
UTILIDADES E SERVICOS	3.348.862		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	152.078.754		
JUROS E OUTROS	55.042.290		
OPERACOES INTERNAS	125.632		
OPERACOES EXTERNAS	423.398		
OUTRAS FONTES	54.493.260		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	12.435.051		
TOTAL DOS USOS	577.520.593	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	577.520.593

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

32269 COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	49.556.681	RECEITAS	400.305.195
<i>INVESTIMENTOS</i>	34.922.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	400.114.233
<i>AMORTIZACOES - PRINCIPAL</i>	14.634.681	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	190.962
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	14.634.681	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	46.996.300
DISPÊNDIOS CORRENTES	407.639.514	<i>EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)</i>	46.996.300
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	50.581.120	TOTAL DAS FONTES	447.301.495
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	163.313.907	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-13.001.978
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	23.768.267	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	22.178.206
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	4.078.800	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	718.472
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	106.558.705		
<i>JUROS E OUTROS</i>	32.650.322		
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	12.823.380		
<i>OUTRAS FONTES</i>	19.826.942		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	26.688.393		
TOTAL DOS USOS	457.196.195	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	457.196.195

32270 CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S. A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	39.823.205	RECEITAS	551.241.391
<i>INVESTIMENTOS</i>	27.140.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	550.691.391
<i>AMORTIZACOES - PRINCIPAL</i>	12.683.205	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	550.000
<i>OUTRAS FONTES</i>	12.683.205	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	18.765.700
DISPÊNDIOS CORRENTES	498.072.764	<i>EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)</i>	18.765.700
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	40.966.940	TOTAL DAS FONTES	570.007.091
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	302.793.336	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-16.422.688
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	30.398.182	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	-15.207.884
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	2.000.000	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-480.550
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	95.025.584		
<i>JUROS E OUTROS</i>	11.484.955		
<i>OUTRAS FONTES</i>	11.484.955		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	15.403.767		
TOTAL DOS USOS	537.895.969	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	537.895.969

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10, inciso VI

32271 TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLIVIA - BRASIL S. A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	498.947.297	RECEITAS	1.535.350.042
<i>INVESTIMENTOS</i>	37.089.888	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	1.519.016.070
<i>AMORTIZACOES - PRINCIPAL</i>	461.857.409	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	16.333.972
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	87.997.951	OPERACOES DE CREDITO	247.254.344
<i>OUTRAS FONTES</i>	373.859.458	<i>OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA</i>	247.254.344
DISPENDIOS CORRENTES	863.889.000	TOTAL DAS FONTES	1.782.604.386
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	33.015.464	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-35.456.287
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	4.133.347	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	17.551.645
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	48.361.402	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-401.863.447
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	4.792.766		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	369.375.516		
<i>JUROS E OUTROS</i>	378.272.478		
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	87.145.769		
<i>OUTRAS FONTES</i>	291.126.709		
<i>DEMAIS DISPENDIOS CORRENTES</i>	25.938.027		
TOTAL DOS USOS	1.362.836.297	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.362.836.297

32272 BOA VISTA ENERGIA S. A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	16.303.621	RECEITAS	87.185.072
<i>INVESTIMENTOS</i>	13.169.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	87.145.072
<i>AMORTIZACOES - PRINCIPAL</i>	3.134.621	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	40.000
<i>OUTRAS FONTES</i>	3.134.621	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	35.068.970
DISPENDIOS CORRENTES	109.296.516	<i>PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS</i>	35.068.970
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	16.202.511	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	1.691.900
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	59.644.093	<i>EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)</i>	1.691.900
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	17.233.374	TOTAL DAS FONTES	123.945.942
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	660.000	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	1.069.190
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	7.925.754	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	585.005
<i>JUROS E OUTROS</i>	2.168.897		
<i>OUTRAS FONTES</i>	2.168.897		
<i>DEMAIS DISPENDIOS CORRENTES</i>	5.461.887		
TOTAL DOS USOS	125.600.137	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	125.600.137

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

32273 MANAUS ENERGIA S. A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	187.376.000	RECEITAS	1.961.828.140
INVESTIMENTOS	163.025.000	RECEITA OPERACIONAL	1.954.908.838
AMORTIZACOES - PRINCIPAL	24.351.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	6.919.302
OPERACOES EXTERNAS	1.818.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	61.916.500
OUTRAS FONTES	22.533.000	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	61.916.500
DISPÊNDIOS CORRENTES	2.091.281.780	TOTAL DAS FONTES	2.023.744.640
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.670.061	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	241.203.215
MATERIAIS E PRODUTOS	1.616.250.993	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	1.384.569
SERVICOS DE TERCEIROS	53.890.476	VARIACAO DO DISPONIVEL	12.325.356
UTILIDADES E SERVICOS	1.410.076		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	348.104.594		
JUROS E OUTROS	20.628.000		
OPERACOES EXTERNAS	302.000		
OUTRAS FONTES	20.326.000		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	13.327.580		
TOTAL DOS USOS	2.278.657.780	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.278.657.780

32274 PETROBRAS TRANSPORTE S. A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	301.507.228	RECEITAS	2.522.783.417
INVESTIMENTOS	87.271.200	RECEITA OPERACIONAL	2.321.028.169
AMORTIZACOES - PRINCIPAL	114.806.472	RECEITA NAO OPERACIONAL	201.755.248
OPERACOES INTERNAS	114.806.472	TOTAL DAS FONTES	2.522.783.417
OUTROS DISP. DE CAPITAL	99.429.556	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-18.321.045
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.948.474.675	VARIACAO DO DISPONIVEL	-254.480.469
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	420.397.752		
MATERIAIS E PRODUTOS	117.636.039		
SERVICOS DE TERCEIROS	417.389.774		
UTILIDADES E SERVICOS	92.566.428		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	385.804.128		
JUROS E OUTROS	14.622.855		
OPERACOES INTERNAS	14.622.855		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	500.057.699		
TOTAL DOS USOS	2.249.981.903	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.249.981.903

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

32275 FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	103.292.332	RECEITAS	133.018.884
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.387.317	RECEITA OPERACIONAL	133.018.884
MATERIAIS E PRODUTOS	5.671.922	TOTAL DAS FONTES	133.018.884
SERVICOS DE TERCEIROS	3.011.766	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	10.571.018
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	85.221.327	VARIACAO DO DISPONIVEL	-40.297.570
TOTAL DOS USOS	103.292.332	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	103.292.332

32276 COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	64.176.000	RECEITAS	276.600.192
INVESTIMENTOS	64.176.000	RECEITA OPERACIONAL	264.588.106
DISPÊNDIOS CORRENTES	232.348.409	RECEITA NAO OPERACIONAL	12.012.086
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	45.258.000	TOTAL DAS FONTES	276.600.192
MATERIAIS E PRODUTOS	106.434.259	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	1.157.093
SERVICOS DE TERCEIROS	40.318.988	VARIACAO DO DISPONIVEL	18.767.124
UTILIDADES E SERVICOS	1.500.000		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	22.837.162		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	16.000.000		
TOTAL DOS USOS	296.524.409	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	296.524.409

32277 COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	115.122.100	RECEITAS	301.551.562
INVESTIMENTOS	94.272.000	RECEITA OPERACIONAL	301.418.343
AMORTIZACOES - PRINCIPAL	20.850.100	RECEITA NAO OPERACIONAL	133.219
OUTRAS FONTES	20.850.100	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	156.659.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	422.856.120	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	156.659.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.234.295	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	4.739.700
MATERIAIS E PRODUTOS	270.415.654	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	4.739.700
SERVICOS DE TERCEIROS	20.558.218	TOTAL DAS FONTES	462.950.262
UTILIDADES E SERVICOS	1.229.600	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	68.071.883
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	45.777.430	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	1.297.705
JUROS E OUTROS	9.276.247	VARIACAO DO DISPONIVEL	5.658.370
OUTRAS FONTES	9.276.247		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	41.364.676		
TOTAL DOS USOS	537.978.220	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	537.978.220

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

32278 PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	24.677.930.448	RECEITAS	14.353.843.983
AMORTIZACOES - PRINCIPAL	15.593.116.294	RECEITA OPERACIONAL	13.663.145.467
OPERACOES EXTERNAS	3.675.865.535	RECEITA NAO OPERACIONAL	690.698.516
OUTRAS FONTES	11.917.250.759	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	3.458.707.061
OUTROS DISP. DE CAPITAL	9.084.814.154	OPERACOES DE CREDITO	9.021.372.600
DISPÊNDIOS CORRENTES	14.647.257.583	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	9.021.372.600
MATERIAIS E PRODUTOS	13.588.463.634	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	10.887.449.182
SERVICOS DE TERCEIROS	2.052.267	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	10.887.449.182
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	3.461.417	TOTAL DAS FONTES	37.721.372.826
JUROS E OUTROS	1.047.056.828	VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO	-794.100.000
OPERACOES EXTERNAS	823.172.190	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	2.171.458.435
OUTRAS FONTES	223.884.638	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	228.495.113
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	6.223.437	VARIACAO DO DISPONIVEL	-2.038.343
TOTAL DOS USOS	39.325.188.031	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	39.325.188.031

32279 DOWNSTREAM PARTICIPACOES S. A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	537.000.900	RECEITAS	49.708.702
INVERSOES FINANCEIRAS	490.000.900	RECEITA NAO OPERACIONAL	49.708.702
OUTROS DISP. DE CAPITAL	47.000.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	490.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	2.911.620	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	490.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	562.440	TOTAL DAS FONTES	539.708.702
MATERIAIS E PRODUTOS	4.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-864.476
SERVICOS DE TERCEIROS	225.500	VARIACAO DO DISPONIVEL	1.068.294
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	2.061.680		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	58.000		
TOTAL DOS USOS	539.912.520	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	539.912.520

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10, inciso VI

32280 ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A. R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.009.889.395	RECEITAS	6.360.211.215
INVESTIMENTOS	940.083.000	RECEITA OPERACIONAL	6.331.745.110
AMORTIZACOES - PRINCIPAL	1.000.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	28.466.105
OUTRAS FONTES	1.000.000.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	700.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	69.806.395	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	490.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	6.085.922.125	DEMAIS PARTICIPACOES	210.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	62.539.200	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	922.728.000
MATERIAIS E PRODUTOS	3.395.245.608	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	922.728.000
SERVICOS DE TERCEIROS	97.743.678	TOTAL DAS FONTES	7.982.939.215
UTILIDADES E SERVICOS	3.326.504	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	88.718.571
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	2.515.079.935	VARIACAO DO DISPONIVEL	24.153.734
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	11.987.200		
TOTAL DOS USOS	8.095.811.520	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	8.095.811.520

32281 COMERCIALIZADORA BRASILEIRA DE ENERGIA EMERGENCIAL R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	312.000	RECEITAS	3.148.709.325
INVESTIMENTOS	312.000	RECEITA OPERACIONAL	3.143.878.270
DISPÊNDIOS CORRENTES	3.139.315.583	RECEITA NAO OPERACIONAL	4.831.055
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.251.135	TOTAL DAS FONTES	3.148.709.325
MATERIAIS E PRODUTOS	278.100	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-200.132.894
SERVICOS DE TERCEIROS	13.344.474	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-140.710
UTILIDADES E SERVICOS	244.110	VARIACAO DO DISPONIVEL	191.191.862
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	159.128.274		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	2.959.069.490		
TOTAL DOS USOS	3.139.627.583	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.139.627.583

32282 PETROBRAS NETHERLANDS B. V. R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	4.916.097.034	RECEITAS	675.002.459
INVESTIMENTOS	4.196.097.034	RECEITA OPERACIONAL	671.970.258
AMORTIZACOES - PRINCIPAL	720.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	3.032.201
OPERACOES EXTERNAS	720.000.000	OPERACOES DE CREDITO	1.384.560.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	810.148.115	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	1.384.560.000
MATERIAIS E PRODUTOS	180.654.140	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	3.665.937.454
SERVICOS DE TERCEIROS	4.174.878	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	3.665.937.454
JUROS E OUTROS	43.603.344	TOTAL DAS FONTES	5.725.499.913
OPERACOES EXTERNAS	33.232	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	3.001.348
OUTRAS FONTES	43.570.112	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	540.016
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	581.715.753	VARIACAO DO DISPONIVEL	-2.796.128
TOTAL DOS USOS	5.726.245.149	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.726.245.149

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

32286 BRASPETRO OIL COMPANY

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	79.228.333	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	69.228.333
INVESTIMENTOS	69.228.333	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	69.228.333
AMORTIZACOES - PRINCIPAL	10.000.000	TOTAL DAS FONTES	69.228.333
OUTRAS FONTES	10.000.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	10.273.685
DISPÊNDIOS CORRENTES	273.685		
SERVICOS DE TERCEIROS	36.000		
JUROS E OUTROS	207.685		
OUTRAS FONTES	207.685		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	30.000		
TOTAL DOS USOS	79.502.018	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	79.502.018

32287 PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B. V.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	8.849.565.445	RECEITAS	19.439.632.591
INVESTIMENTOS	3.906.352.357	RECEITA OPERACIONAL	17.609.978.541
INVERSOES FINANCEIRAS	222.094.428	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.829.654.050
AMORTIZACOES - PRINCIPAL	4.721.118.660	OPERACOES DE CREDITO	1.246.106.100
OPERACOES EXTERNAS	985.727.600	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	1.246.106.100
OUTRAS FONTES	3.735.391.060	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	3.087.926.648
DISPÊNDIOS CORRENTES	15.290.057.561	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	3.087.926.648
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	524.828.920	TOTAL DAS FONTES	23.773.665.339
MATERIAIS E PRODUTOS	10.749.082.856	VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO	24.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	123.627.958	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-92.317
UTILIDADES E SERVICOS	14.967.165	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	98.673.740
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	2.052.256.635	VARIACAO DO DISPONIVEL	243.376.244
JUROS E OUTROS	745.650.106		
OPERACOES EXTERNAS	537.502.626		
OUTRAS FONTES	208.147.480		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	1.079.643.921		
TOTAL DOS USOS	24.139.623.006	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	24.139.623.006

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

32288 PETROBRAS ENERGIA LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	253.971.141	RECEITAS	670.341.512
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>253.971.141</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>670.341.512</i>
DISPÊNDIOS CORRENTES	413.805.004	TOTAL DAS FONTES	670.341.512
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>227.206.868</i>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>132.847.581</i>
<i>SERVICIOS DE TERCEIROS</i>	<i>11.272.088</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONIVEL</i>	<i>-135.412.948</i>
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>175.326.048</i>		
TOTAL DOS USOS	667.776.145	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	667.776.145

32289 PETROBRAS NEGOCIOS ELETRONICOS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	4.529.600	RECEITAS	8.736.252
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>4.529.600</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>8.640.000</i>
DISPÊNDIOS CORRENTES	8.592.542	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>96.252</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>1.100.724</i>	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	1.800.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>25.920</i>	<i>PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS</i>	<i>1.800.000</i>
<i>SERVICIOS DE TERCEIROS</i>	<i>3.588.480</i>	TOTAL DAS FONTES	10.536.252
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>1.341.859</i>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>-96.252</i>
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	<i>2.535.559</i>	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	<i>-96.252</i>
		<i>VARIAÇÃO DO DISPONIVEL</i>	<i>2.778.394</i>
TOTAL DOS USOS	13.122.142	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	13.122.142

33000 MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL**33202 EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVIDENCIA SOCIAL - DATAPREV**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	36.704.110	RECEITAS	493.998.695
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>35.000.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>476.180.000</i>
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>1.704.110</i>	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>17.818.695</i>
DISPÊNDIOS CORRENTES	448.543.694	TOTAL DAS FONTES	493.998.695
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>190.000.000</i>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>7.936.516</i>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>4.414.903</i>	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	<i>-5.178.288</i>
<i>SERVICIOS DE TERCEIROS</i>	<i>74.701.811</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONIVEL</i>	<i>-11.509.119</i>
<i>UTILIDADES E SERVICIOS</i>	<i>13.098.153</i>		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>50.858.915</i>		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	<i>115.469.912</i>		
TOTAL DOS USOS	485.247.804	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	485.247.804

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

39000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES**39210 COMPANHIA DOCAS DO CEARA**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	13.770.000	RECEITAS	26.353.106
<i>INVESTIMENTOS</i>	13.420.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	21.591.846
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	350.000	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	4.761.260
DISPENDIOS CORRENTES	23.718.279	TOTAL DAS FONTES	26.353.106
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	10.794.340	<i>VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO</i>	7.200.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	442.435	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	2.860.800
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	4.917.441	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	-3.010.800
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	2.116.882	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	4.085.173
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	5.393.570		
<i>DEMAIS DISPENDIOS CORRENTES</i>	53.611		
TOTAL DOS USOS	37.488.279	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	37.488.279

39211 COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	9.290.268	RECEITAS	60.184.013
<i>INVESTIMENTOS</i>	4.800.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	47.541.698
<i>AMORTIZACOES - PRINCIPAL</i>	4.490.268	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	12.642.315
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	2.452.800	TOTAL DAS FONTES	60.184.013
<i>OUTRAS FONTES</i>	2.037.468	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-4.070.009
DISPENDIOS CORRENTES	50.382.799	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	3.559.063
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	16.902.250		
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	362.000		
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	16.836.000		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	2.400.000		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	5.581.216		
<i>DEMAIS DISPENDIOS CORRENTES</i>	8.301.333		
TOTAL DOS USOS	59.673.067	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	59.673.067

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

39212 COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	14.219.560	RECEITAS	63.322.883
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>14.219.560</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>42.768.704</i>
DISPÊNDIOS CORRENTES	49.750.746	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>20.554.179</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>14.619.066</i>	TOTAL DAS FONTES	63.322.883
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>1.571.305</i>	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>-519.660</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>13.848.181</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>1.167.083</i>
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>3.404.902</i>		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>7.351.769</i>		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	<i>8.955.523</i>		
TOTAL DOS USOS	63.970.306	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	63.970.306

39213 COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	84.835.529	RECEITAS	396.202.656
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>74.366.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>396.202.656</i>
<i>AMORTIZACOES - PRINCIPAL</i>	<i>10.469.529</i>	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	60.000.000
<i>OUTRAS FONTES</i>	<i>10.469.529</i>	<i>TESOURO</i>	<i>60.000.000</i>
DISPÊNDIOS CORRENTES	366.722.756	TOTAL DAS FONTES	456.202.656
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>77.586.151</i>	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>-4.006.844</i>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>1.543.300</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-637.527</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>106.090.593</i>		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>10.972.100</i>		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>42.565.972</i>		
<i>JUROS E OUTROS</i>	<i>4.089.536</i>		
<i>OUTRAS FONTES</i>	<i>4.089.536</i>		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	<i>123.875.104</i>		
TOTAL DOS USOS	451.558.285	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	451.558.285

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

39214 COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	300.000	RECEITAS	6.600.000
<i>INVESTIMENTOS</i>	300.000	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	6.600.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	5.980.000	TOTAL DAS FONTES	6.600.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	1.900.000	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	500.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	350.000	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-820.000
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	1.400.000		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	130.000		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	700.000		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	1.500.000		
TOTAL DOS USOS	6.280.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	6.280.000

39215 COMPANHIA DOCAS DO PARA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	11.000.000	RECEITAS	56.676.094
<i>INVESTIMENTOS</i>	11.000.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	47.510.886
DISPÊNDIOS CORRENTES	38.490.766	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	9.165.208
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	14.000.000	TOTAL DAS FONTES	56.676.094
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	2.277.931	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-6.479.922
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	14.174.738	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-705.406
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	2.164.751		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	5.260.207		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	613.139		
TOTAL DOS USOS	49.490.766	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	49.490.766

39216 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	20.332.727	RECEITAS	77.285.069
<i>INVESTIMENTOS</i>	17.500.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	64.547.463
<i>AMORTIZACOES - PRINCIPAL</i>	2.832.727	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	12.737.606
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	2.832.727	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	14.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	89.736.015	<i>TESOURO</i>	14.000.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	46.028.327	TOTAL DAS FONTES	91.285.069
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	2.859.600	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-2.957.407
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	18.687.688	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	21.741.080
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	7.709.200		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	5.900.000		
<i>JUROS E OUTROS</i>	3.030.000		
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	3.030.000		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	5.521.200		
TOTAL DOS USOS	110.068.742	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	110.068.742

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

39217 COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	7.308.198	RECEITAS	36.870.671
<i>INVESTIMENTOS</i>	7.308.198	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	27.108.533
DISPÊNDIOS CORRENTES	33.076.773	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	9.762.138
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	15.034.558	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	5.000.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	3.456.017	<i>TESOURO</i>	5.000.000
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	10.558.362	TOTAL DAS FONTES	41.870.671
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	1.342.434	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-2.293.834
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	2.213.391	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	808.134
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	472.011		
TOTAL DOS USOS	40.384.971	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	40.384.971

39219 REDE FERROVIARIA FEDERAL S.A. (EM LIQUIDACAO)

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	153.754.328	RECEITAS	177.778.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	37.632.740	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	3.899.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	1.615.940	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	173.879.000
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	19.533.300	TOTAL DAS FONTES	177.778.000
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	3.764.910	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-414.920
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	1.855.050	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-23.608.752
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	89.352.388		
TOTAL DOS USOS	153.754.328	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	153.754.328

41000 MINISTERIO DAS COMUNICACOES**41201 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	979.547.000	RECEITAS	7.800.000.000
<i>INVESTIMENTOS</i>	738.302.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	7.260.000.000
<i>AMORTIZACOES - PRINCIPAL</i>	91.245.000	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	540.000.000
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	14.650.000	OPERACOES DE CREDITO	300.000.000
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	76.595.000	<i>OPER.CRED.EXT.-BENS/SERV.</i>	300.000.000
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	150.000.000	TOTAL DAS FONTES	8.100.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	6.882.087.001	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	138.568.881
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	2.120.649.001	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	10.000.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	238.951.000	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-386.934.880
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	3.031.807.000		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	230.090.000		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	798.600.000		
<i>JUROS E OUTROS</i>	89.688.000		
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	15.798.000		
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	63.890.000		
<i>OUTRAS FONTES</i>	10.000.000		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	372.302.000		
TOTAL DOS USOS	7.861.634.001	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	7.861.634.001

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

41202 TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S. A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	31.142.763	RECEITAS	26.359.296
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>2.300.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>67.345</i>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>173.442</i>	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>26.291.951</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>7.922.645</i>	TOTAL DAS FONTES	26.359.296
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>233.923</i>	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>-3.717.565</i>
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>3.130.883</i>	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	<i>-9.312.742</i>
<i>DEMAIS DISPENDIOS CORRENTES</i>	<i>17.381.870</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>17.813.774</i>
TOTAL DOS USOS	31.142.763	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	31.142.763

52000 MINISTERIO DA DEFESA**52212 EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	149.543.636	RECEITAS	1.755.410.526
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>90.343.636</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>1.722.521.581</i>
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>59.200.000</i>	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>32.888.945</i>
DISPENDIOS CORRENTES	1.441.621.422	TOTAL DAS FONTES	1.755.410.526
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>365.000.000</i>	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>-126.430.177</i>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>34.790.675</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-37.815.291</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>514.215.719</i>		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>114.479.919</i>		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>132.325.339</i>		
<i>DEMAIS DISPENDIOS CORRENTES</i>	<i>280.809.770</i>		
TOTAL DOS USOS	1.591.165.058	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.591.165.058

52221 INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.700.000	RECEITAS	56.846.758
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>1.700.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>55.604.060</i>
DISPENDIOS CORRENTES	60.486.608	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>1.242.698</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>15.989.537</i>	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	1.700.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>2.862.033</i>	<i>TESOURO</i>	<i>1.700.000</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>11.997.358</i>	TOTAL DAS FONTES	58.546.758
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>1.435.790</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>3.639.850</i>
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>6.865.399</i>		
<i>JUROS E OUTROS</i>	<i>13.101.997</i>		
<i>OUTRAS FONTES</i>	<i>13.101.997</i>		
<i>DEMAIS DISPENDIOS CORRENTES</i>	<i>8.234.494</i>		
TOTAL DOS USOS	62.186.608	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	62.186.608

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

52231 EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	131.671.655	RECEITAS	148.859.814
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>57.553.276</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>140.649.814</i>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>45.608.200</i>	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>8.210.000</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>12.626.125</i>	TOTAL DAS FONTES	148.859.814
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>598.295</i>	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>-17.160.000</i>
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>14.325.759</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-28.159</i>
<i>DEMAIS DISPENDIOS CORRENTES</i>	<i>960.000</i>		
TOTAL DOS USOS	131.671.655	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	131.671.655

Empresas do Setor Financeiro

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

24000 MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA**24202 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	121.200.000	RECEITA	114.700.000
<i>INVESTIMENTOS</i>	3.000.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	107.700.000
<i>INVERSOES FINANCEIRAS</i>	36.400.000	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	7.000.000
<i>AMORTIZACOES PRINCIPAL</i>	81.800.000	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	60.000.000
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	14.100.000	<i>OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA</i>	60.000.000
<i>DEMAIS OBRIGACOES</i>	67.700.000	DEMAIS OBRIGACOES	450.500.000
DISPENDIOS CORRENTES	108.569.000	<i>FND</i>	105.000.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	57.134.000	<i>TRANSFERENCIA DO FAT</i>	234.500.000
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	11.655.000	<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	111.000.000
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	2.110.000	TOTAL DAS FONTES	625.200.000
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	7.846.000	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	12.669.000
<i>JUROS E OUTROS</i>	22.600.000		
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	2.700.000		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	19.900.000		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	7.224.000		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	229.769.000		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	408.100.000		
TOTAL DOS USOS	637.869.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	637.869.000

25000 MINISTERIO DA FAZENDA**25202 BANCO DA AMAZONIA S. A.**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	155.364.508	RECEITA	1.292.746.367
<i>INVESTIMENTOS</i>	78.734.850	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	1.289.605.276
<i>AMORTIZACOES PRINCIPAL</i>	25.152.825	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	3.141.091
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	25.152.825	TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS	621.247.040
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	51.476.833	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	492.000.016
DISPENDIOS CORRENTES	988.280.866	<i>OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA</i>	492.000.016
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	170.000.000	DEMAIS OBRIGACOES	527.146.421
<i>LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS</i>	17.358.699	<i>DEPOSITOS A VISTA</i>	90.806.818
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	156.419.623	<i>DEPOSITOS A PRAZO</i>	436.339.603
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	23.939.458	TOTAL DAS FONTES	2.933.139.844
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	209.643.088	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	-100.329.486
<i>JUROS E OUTROS</i>	272.956.926	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-74.458.846
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	31.617.869		
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	14.545.430		
<i>DEPOSITOS</i>	226.793.627		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	137.963.072		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	1.143.645.374		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	1.614.706.138		
TOTAL DOS USOS	2.758.351.512	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.758.351.512

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10, inciso VI

25210 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	659.204.879	RECEITA	3.463.959.609
<i>INVESTIMENTOS</i>	40.567.394	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	3.458.038.003
<i>AMORTIZACOES PRINCIPAL</i>	599.787.485	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	5.921.606
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	404.437.501	TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS	1.863.741.113
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	98.050.030	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	838.437.969
<i>OPERACOES RES. 63</i>	97.299.954	<i>OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA</i>	160.000.000
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	18.850.000	<i>OPER.CRED. EXTERNAS</i>	332.297.969
DISPÊNDIOS CORRENTES	2.879.396.605	<i>OPER. RESOLUCAO 63</i>	346.140.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	267.156.882	DEMAIS OBRIGACOES	148.600.000
<i>LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS</i>	19.913.388	<i>TRANSFERENCIA DO FAT</i>	100.000.000
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	191.973.807	<i>DEPOSITOS A VISTA</i>	-48.000.000
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	28.098.186	<i>DEPOSITOS A PRAZO</i>	96.600.000
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	509.907.975	TOTAL DAS FONTES	6.314.738.691
<i>JUROS E OUTROS</i>	1.021.366.577	<i>VAR.OBRIG.EMPREST.C. PRAZO</i>	167.012.550
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	129.406.763	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	-764.883.254
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	95.840.964	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-15.863.092
<i>OPERACOES RESOLUCAO 63</i>	22.619.419		
<i>DEPOSITOS</i>	101.260.000		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	672.239.431		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	840.979.790		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	3.538.601.484		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	2.162.403.411		
TOTAL DOS USOS	5.701.004.895	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.701.004.895

25215 IRB - BRASIL RESSEGUROS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	110.833.981	RECEITA	5.030.349.996
<i>INVESTIMENTOS</i>	18.873.904	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	4.988.986.192
<i>INVERSOES FINANCEIRAS</i>	5.484.750	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	41.363.804
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	86.475.327	TOTAL DAS FONTES	5.030.349.996
DISPÊNDIOS CORRENTES	4.844.749.930	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	96.342.722
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	97.386.701	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-171.108.807
<i>LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS</i>	396.145		
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	64.757.373		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	2.660.862		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	139.954.958		
<i>JUROS E OUTROS</i>	3.669.046		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	3.669.046		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	4.535.924.845		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	4.955.583.911		
TOTAL DOS USOS	4.955.583.911	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.955.583.911

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10, inciso VI

25220 CAIXA ECONOMICA FEDERAL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	3.803.300.909	RECEITA	31.271.472.951
<i>INVESTIMENTOS</i>	980.222.583	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	31.032.176.985
<i>AMORTIZACOES PRINCIPAL</i>	6.483.438	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	239.295.966
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	6.483.438	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	225.000.000
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	2.816.594.888	<i>OPER.CRED. EXTERNAS</i>	225.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	27.219.580.935	DEMAIS OBRIGACOES	8.384.940.058
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	3.790.121.587	<i>DEPOSITOS A VISTA</i>	900.000.000
<i>LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS</i>	1.704.060	<i>DEPOSITOS A PRAZO</i>	7.484.940.058
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	2.857.942.945	TOTAL DAS FONTES	39.881.413.009
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	705.615.766	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	-3.763.770.628
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	1.271.536.913	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-72.704.818
<i>JUROS E OUTROS</i>	17.967.475.930		
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	2.528.682		
<i>DEPOSITOS</i>	8.250.391.470		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	9.714.555.778		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	625.183.734		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	31.022.881.844		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	5.022.055.719		
TOTAL DOS USOS	36.044.937.563	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	36.044.937.563

25234 BANCO DO BRASIL S. A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	20.461.167.526	RECEITA	42.089.559.024
<i>INVESTIMENTOS</i>	1.957.730.003	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	41.762.286.835
<i>AMORTIZACOES PRINCIPAL</i>	17.722.298.173	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	327.272.189
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	2.737.583.055	TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS	621.247.040
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	14.984.715.118	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	18.851.821.918
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	781.139.350	<i>OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA</i>	3.867.106.800
DISPÊNDIOS CORRENTES	37.088.725.277	<i>OPER.CRED. EXTERNAS</i>	14.984.715.118
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	6.415.743.308	DEMAIS OBRIGACOES	12.978.836.876
<i>LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS</i>	106.546.701	<i>DEPOSITOS A VISTA</i>	1.706.366.175
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	3.028.777.820	<i>DEPOSITOS A PRAZO</i>	10.210.283.433
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	944.402.901	<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	1.062.187.268
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	3.773.807.375	TOTAL DAS FONTES	74.541.464.858
<i>JUROS E OUTROS</i>	20.045.496.191	<i>VAR.OBRIG.EMPRES.T.C. PRAZO</i>	32.000.000.000
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	597.151.701	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	-43.740.032.843
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	38.194.522	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	4.639.212.132
<i>DEPOSITOS</i>	8.402.346.792		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	11.007.803.176		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	2.773.950.981		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	57.549.892.803		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	9.890.751.344		
TOTAL DOS USOS	67.440.644.147	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	67.440.644.147

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

25235 BB - BANCO DE INVESTIMENTO S. A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	239.863.417	RECEITA	529.151.208
<i>INVERSOES FINANCEIRAS</i>	<i>34.000.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>529.151.208</i>
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>205.863.417</i>	TOTAL DAS FONTES	529.151.208
DISPÊNDIOS CORRENTES	312.452.881	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	<i>20.083.648</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>27.174.138</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>3.081.442</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>5.116.619</i>		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>654.186</i>		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>20.585.103</i>		
<i>JUROS E OUTROS</i>	<i>248.947.799</i>		
<i>DEPOSITOS</i>	<i>245.629.497</i>		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	<i>3.318.302</i>		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	<i>9.975.036</i>		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	552.316.298		
TOTAL DOS USOS	552.316.298	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	552.316.298

25236 BB ADMINISTRACAO DE ATIVOS - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S. A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	173.007.830	RECEITA	1.072.469.215
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>173.007.830</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>1.072.469.215</i>
DISPÊNDIOS CORRENTES	885.240.724	TOTAL DAS FONTES	1.072.469.215
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>20.722.786</i>	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	<i>-4.660.974</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>713.372.054</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-9.559.687</i>
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>2.422.016</i>		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>133.622.540</i>		
<i>JUROS E OUTROS</i>	<i>2.277.188</i>		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	<i>2.277.188</i>		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	<i>12.824.140</i>		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	1.058.248.554		
TOTAL DOS USOS	1.058.248.554	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.058.248.554

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

25238 BB - LEASING S. A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	228.306.993	RECEITA	120.636.993
<i>INVESTIMENTOS</i>	208.406.251	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	119.518.127
<i>AMORTIZACOES PRINCIPAL</i>	15.021.815	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	1.118.866
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	6.528.682	RETORNO DE OPER. DE CREDITO	272.910.870
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	8.493.133	TOTAL DAS FONTES	393.547.863
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	4.878.927	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	-49.936.746
DISPÊNDIOS CORRENTES	115.501.280	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	197.156
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	2.049.563		
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	27.194.047		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	50.000		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	6.373.383		
<i>JUROS E OUTROS</i>	57.037.027		
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	11.400.066		
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	34.084		
<i>DEPOSITOS</i>	45.602.877		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	22.797.260		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	343.808.273		
TOTAL DOS USOS	343.808.273	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	343.808.273

25245 BB - LEASING COMPANY LIMITED R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	32.947.600	RECEITA	35.222.373
<i>AMORTIZACOES PRINCIPAL</i>	32.947.600	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	35.222.373
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	32.947.600	TOTAL DAS FONTES	35.222.373
DISPÊNDIOS CORRENTES	57.400	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-2.217.373
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	57.400		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	33.005.000		
TOTAL DOS USOS	33.005.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	33.005.000

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10, inciso VI

25247 BRASILIAN AMERICAN MERCHANT BANK

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	139.120	RECEITA	20.968.640
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>139.120</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>20.968.640</i>
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	139.120	TOTAL DAS FONTES	20.968.640
		<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	<i>-29.600.000</i>
		<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>8.770.480</i>
TOTAL DOS USOS	139.120	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	139.120

25257 BANCO DO ESTADO DO CEARA S. A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	51.568.098	RECEITA	252.658.573
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>38.974.250</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>252.655.157</i>
<i>AMORTIZACOES PRINCIPAL</i>	<i>654.091</i>	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>3.416</i>
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	<i>654.091</i>	DEMAIS OBRIGACOES	84.775.058
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>11.939.757</i>	<i>DEPOSITOS A VISTA</i>	<i>-1.365.393</i>
DISPÊNDIOS CORRENTES	262.779.294	<i>DEPOSITOS A PRAZO</i>	<i>63.140.451</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>49.990.482</i>	<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	<i>23.000.000</i>
<i>LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS</i>	<i>2.389</i>	TOTAL DAS FONTES	337.433.631
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>54.484.898</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-1.210.194</i>
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>10.824.021</i>		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>26.344.983</i>		
<i>JUROS E OUTROS</i>	<i>101.423.399</i>		
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	<i>83.444</i>		
<i>DEPOSITOS</i>	<i>49.968.053</i>		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	<i>51.371.902</i>		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	<i>19.709.122</i>		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	314.347.392		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	21.876.045		
TOTAL DOS USOS	336.223.437	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	336.223.437

25259 BEC DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S. A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	2.359.430	RECEITA	3.693.752
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>1.408.015</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>3.691.009</i>
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>928.677</i>	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>2.743</i>
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	<i>22.738</i>	TOTAL DAS FONTES	3.693.752
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	2.359.430	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-1.334.322</i>
TOTAL DOS USOS	2.359.430	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.359.430

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10, inciso VI

25266 BANCO DO ESTADO DO PIAUI S. A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	4.710.000	RECEITA	47.544.000
<i>INVESTIMENTOS</i>	144.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	47.400.000
<i>AMORTIZACOES PRINCIPAL</i>	4.560.000	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	144.000
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	4.200.000	DEMAIS OBRIGACOES	-2.500.000
<i>DEMAIS OBRIGACOES</i>	360.000	<i>DEPOSITOS A VISTA</i>	5.000.000
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	6.000	<i>DEPOSITOS A PRAZO</i>	10.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	43.853.000	<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	-17.500.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	11.731.200	TOTAL DAS FONTES	45.044.000
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	8.569.200	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	4.650.000
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	1.440.000	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	16.869.000
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	1.674.000		
<i>JUROS E OUTROS</i>	19.205.000		
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	1.200.000		
<i>DEPOSITOS</i>	10.800.000		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	7.205.000		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	1.233.600		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	48.563.000		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	18.000.000		
TOTAL DOS USOS	66.563.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	66.563.000

25267 BANCO DO ESTADO DO MARANHAO S. A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	13.512.472	RECEITA	178.127.126
<i>INVESTIMENTOS</i>	12.003.689	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	177.167.126
<i>INVERSOES FINANCEIRAS</i>	454.123	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	960.000
<i>AMORTIZACOES PRINCIPAL</i>	1.054.660	DEMAIS OBRIGACOES	6.000.000
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	1.054.660	<i>DEPOSITOS A VISTA</i>	2.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	185.353.739	<i>DEPOSITOS A PRAZO</i>	4.000.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	21.150.987	TOTAL DAS FONTES	184.127.126
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	39.651.574	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	-7.900.239
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	8.237.186	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-52.164.417
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	4.535.776		
<i>JUROS E OUTROS</i>	99.999.476		
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	92.240		
<i>DEPOSITOS</i>	22.000.000		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	77.907.236		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	11.778.740		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	198.866.211		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	-74.803.741		
TOTAL DOS USOS	124.062.470	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	124.062.470

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

25268 BEM DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	75.000	RECEITA	568.000	
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>75.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>568.000</i>	
DISPÊNDIOS CORRENTES	385.850	TOTAL DAS FONTES	568.000	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>174.920</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>-107.150</i>	
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>26.900</i>			
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>136.030</i>			
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	<i>48.000</i>			
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	460.850			
TOTAL DOS USOS	460.850	TOTAL LÍQUIDO DAS FONTES	460.850	

25271 BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S. A.				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	21.094.288	RECEITA	464.546.382	
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>11.223.980</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>463.091.055</i>	
<i>AMORTIZAÇÕES PRINCIPAL</i>	<i>9.870.308</i>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	<i>1.455.327</i>	
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	<i>9.870.308</i>	DEMAIS OBRIGAÇÕES	149.362.736	
DISPÊNDIOS CORRENTES	467.839.195	<i>DEPOSITOS A VISTA</i>	<i>45.615.582</i>	
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>145.679.717</i>	<i>DEPOSITOS A PRAZO</i>	<i>117.548.612</i>	
<i>LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS</i>	<i>4.375.983</i>	<i>OUTRAS OBRIGAÇÕES</i>	<i>-13.801.458</i>	
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>73.320.107</i>	TOTAL DAS FONTES	613.909.118	
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	<i>12.678.696</i>	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	<i>-107.330.939</i>	
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>14.102.898</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>7.241.265</i>	
<i>JUROS E OUTROS</i>	<i>203.050.720</i>			
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	<i>3.872.482</i>			
<i>DEPOSITOS</i>	<i>71.744.911</i>			
<i>OUTRAS OBRIGAÇÕES</i>	<i>127.433.327</i>			
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	<i>14.631.074</i>			
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	488.933.483			
APLIC. EM OPER. DE CRÉDITO	24.885.961			
TOTAL DOS USOS	513.819.444	TOTAL LÍQUIDO DAS FONTES	513.819.444	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

25272 BESC DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S. A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	735.783	RECEITA	6.516.403
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>735.783</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>6.498.566</i>
DISPENDIOS CORRENTES	3.449.982	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>17.837</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>1.014.876</i>	TOTAL DAS FONTES	6.516.403
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>190.762</i>	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	<i>-2.333.762</i>
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>10.174</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>3.124</i>
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>2.100.432</i>		
<i>JUROS E OUTROS</i>	<i>96.197</i>		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	<i>96.197</i>		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	<i>37.541</i>		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	4.185.765		
TOTAL DOS USOS	4.185.765	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.185.765
25273 BESC FINANCEIRA S. A. CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	3.727.070	RECEITA	49.929.187
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>3.727.070</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>49.925.938</i>
DISPENDIOS CORRENTES	35.020.907	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>3.249</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>4.384.628</i>	DEMAIS OBRIGACOES	134.237.433
<i>LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS</i>	<i>306.287</i>	<i>DEPOSITOS A PRAZO</i>	<i>134.237.433</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>5.107.561</i>	TOTAL DAS FONTES	184.166.620
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>910.443</i>	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	<i>5.139.889</i>
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>9.281.205</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>105.926</i>
<i>JUROS E OUTROS</i>	<i>14.000.777</i>		
<i>DEPOSITOS</i>	<i>13.958.223</i>		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	<i>42.554</i>		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	<i>1.030.006</i>		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	38.747.977		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	150.664.458		
TOTAL DOS USOS	189.412.435	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	189.412.435

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

25274 BESC S. A. ARRENDAMENTO MERCANTIL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.093.520	RECEITA	7.390.804
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>1.093.520</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>7.354.804</i>
DISPENDIOS CORRENTES	3.003.655	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>36.000</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>120.440</i>	TOTAL DAS FONTES	7.390.804
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>260.642</i>	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	<i>-3.297.866</i>
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>2.573.603</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>4.237</i>
<i>JUROS E OUTROS</i>	<i>2.234</i>		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	<i>2.234</i>		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	<i>46.736</i>		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	4.097.175		
TOTAL DOS USOS	4.097.175	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.097.175

25275 BESC S. A. CREDITO IMOBILIARIO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	186.791.956	RECEITA	204.779.126
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>14.530.535</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>203.559.151</i>
<i>LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS</i>	<i>1.017.730</i>	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>1.219.975</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>17.179.746</i>	DEMAIS OBRIGACOES	192.968.133
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>4.257.649</i>	<i>DEPOSITOS A PRAZO</i>	<i>192.968.133</i>
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>8.242.709</i>	TOTAL DAS FONTES	397.747.259
<i>JUROS E OUTROS</i>	<i>139.379.578</i>	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	<i>-201.209.998</i>
<i>DEPOSITOS</i>	<i>132.810.643</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-7.004.836</i>
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	<i>6.568.935</i>		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	<i>2.184.009</i>		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	186.791.956		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	2.740.469		
TOTAL DOS USOS	189.532.425	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	189.532.425

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10, inciso VI

28000 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR

28234 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	7.040.889.286	RECEITA	16.972.040.840
<i>INVESTIMENTOS</i>	77.733.408	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	15.204.526.407
<i>AMORTIZACOES PRINCIPAL</i>	6.707.238.660	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	1.767.514.433
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	99.639.612	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	20.976.822.629
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	2.598.628.950	<i>OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA</i>	330.794.501
<i>DEMAIS OBRIGACOES</i>	4.008.970.098	<i>OPER.CRED. EXTERNAS</i>	16.525.579.074
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	255.917.218	<i>VARIACAO CAMBIAL</i>	4.120.449.054
DISPENDIOS CORRENTES	19.902.679.377	DEMAIS OBRIGACOES	18.002.071.299
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	359.443.579	<i>TESOURO</i>	3.321.655.326
<i>LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS</i>	9.200.000	<i>FND</i>	300.000.000
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	180.743.800	<i>TRANSFERENCIA DO FAT</i>	7.600.947.046
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	16.936.919	<i>DEPOSITOS A VISTA</i>	50.000.000
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	1.090.000.000	<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	6.729.468.927
<i>JUROS E OUTROS</i>	18.186.018.974	TOTAL DAS FONTES	55.950.934.768
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	950.000.000	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	2.345.601.668
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	3.492.599.702	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-1.181.083.305
<i>VARIACAO CAMBIAL</i>	4.517.744.095		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	9.225.675.177		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	60.336.105		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	26.943.568.663		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	30.171.884.468		
TOTAL DOS USOS	57.115.453.131	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	57.115.453.131

28235 BNDES PARTICIPACOES S. A - BNDESPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	4.306.390.675	RECEITA	6.370.607.611
<i>INVERSOES FINANCEIRAS</i>	1.200.000.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	6.143.439.194
<i>AMORTIZACOES PRINCIPAL</i>	2.356.390.675	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	227.168.417
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	2.356.390.675	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	1.185.098.170
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	750.000.000	<i>OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA</i>	1.105.166.545
DISPENDIOS CORRENTES	3.162.833.970	<i>VARIACAO CAMBIAL</i>	79.931.625
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	79.108.919	DEMAIS OBRIGACOES	410.000.000
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	11.957.680	<i>TESOURO</i>	410.000.000
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	564.021.004	TOTAL DAS FONTES	7.965.705.781
<i>JUROS E OUTROS</i>	2.502.646.367	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	-638.313.704
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	800.000.000	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	142.032.568
<i>VARIACAO CAMBIAL</i>	79.931.625		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	1.622.714.742		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	5.100.000		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	7.469.224.645		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	200.000		
TOTAL DOS USOS	7.469.424.645	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	7.469.424.645

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2004**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10, inciso VI

28236 AGENCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	5.325.000.000	RECEITA	6.405.740.244
<i>AMORTIZACOES PRINCIPAL</i>	<i>5.300.000.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>5.285.753.681</i>
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	<i>5.300.000.000</i>	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>1.119.986.563</i>
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>25.000.000</i>	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	19.076.194.724
DISPENDIOS CORRENTES	5.932.205.379	<i>OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA</i>	<i>17.593.435.730</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>31.390.171</i>	<i>VARIACAO CAMBIAL</i>	<i>1.482.758.994</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>10.855.804</i>	DEMAIS OBRIGACOES	500.000.000
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>355.000.000</i>	<i>TESOURO</i>	<i>500.000.000</i>
<i>JUROS E OUTROS</i>	<i>5.532.859.404</i>	TOTAL DAS FONTES	25.981.934.968
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	<i>2.683.433.743</i>	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	<i>507.953</i>
<i>VARIACAO CAMBIAL</i>	<i>1.649.425.661</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>54.397.965</i>
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	<i>1.200.000.000</i>		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	<i>2.100.000</i>		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	11.257.205.379		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	14.779.635.507		
TOTAL DOS USOS	26.036.840.886	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	26.036.840.886